



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

OSMAR MARTINS DE SOUZA

**A EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DA EMANCIPAÇÃO DO
TRABALHO EM O CAPITAL DE MARX**

FORTALEZA/CE
2018

OSMAR MARTINS DE SOUZA

**A EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DA EMANCIPAÇÃO DO TRABALHO EM
O CAPITAL DE MARX**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora: Professora PhD. Maria Susana Vasconcelos Jimenez.

Coorientadora: Professora PhD. Josefa Jackline Rabelo

FORTALEZA/CE
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S1e SOUZA, Osmar Martins de.
A EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DA EMANCIPAÇÃO DO TRABALHO EM O CAPITAL
DE MARX / Osmar Martins de SOUZA. – 2018.
182 f.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa
de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2018.
Orientação: Profa. Dra. Maria Susana Vasconcelos Jimenez.
Coorientação: Profa. Dra. Josefa Jackline Rabelo.
1. Trabalho. 2. Educação. 3. Emancipação. I. Título.

CDD 370

OSMAR MARTINS DE SOUZA

**A EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DA EMANCIPAÇÃO DO TRABALHO EM
O CAPITAL DE MARX**

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. PhD. Maria Susana Vasconcelos Jimenez (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará

Prof^a. PhD. Josefa Jackline Rabelo (UFC)

Prof^a. PhD. Betania Moreira de Moraes
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof^a. PhD. Maria Das Dores Mendes Segundo
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof^a. PhD. Ruth Maria de Paula Gonçalves
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Aos 200 anos de nascimento de Karl Marx, um pensador revolucionário, que sacrificou sua vida à luta dos trabalhadores e à emancipação da humanidade.

“Marx era, antes de tudo, um revolucionário. Cooperar, de um modo ou de outro, para a derrubada da sociedade capitalista e das instituições políticas por ela criadas, contribuir para a emancipação do proletariado moderno, a quem ele havia infundido pela primeira vez a consciência de sua própria situação e de suas necessidades, a consciência das condições de sua emancipação: tal era a verdadeira missão de sua vida. A luta era o seu elemento. E lutou com uma paixão, uma tenacidade e um êxito como poucos” (ENGELS, s.d. p. 353).

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Antônio Martins e Maria Bernadete, que sempre me apoiaram em minhas decisões.

A minha Orientadora e amiga Susana Jimenez, pelo acolhimento no E-Luta, pelas valiosas contribuições, pela confiança depositada em meu trabalho. Serei sempre grato.

A minha coorientadora Jackline Rabelo, que em parceria com Susana, me ajudou a compreender melhor o objeto de estudo, fazendo questionamentos e indicando caminhos.

As professoras que foram membros das bancas de qualificação: Maria Susana Vasconcelos Jimenez, Josefa Jackline Rabelo, Betania Moreira de Moraes, Maria Das Dores Mendes Segundo, agradeço pelas contribuições, sugestões e críticas que fizeram avançar o trabalho.

Aos professores da Linha Marxismo, Educação e Luta de Classes, que há mais de uma década, bravamente, estão lutando para manter no Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, o estudo do pensamento revolucionário de Marx, Lukács e Mészáros.

À Universidade Estadual do Paraná, que mesmo com todas as dificuldades financeiras impostas pelo governador Beto Richa, me concedeu licença para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos camaradas do Grupo de Estudos **Espaço Marx** de Campo Mourão, que através dos nossos estudos e discussões, contribuem com a minha formação.

As camaradas do Grupo **“Eu não renego Marx”**: Lenha, Clea, Manu, Thaíssa, Raquel e Cezar pelo tempo de convivência, pela sincera amizade e carinho. Agradeço imensamente por tê-los como companheiros de luta!

À companheira Analéia Domingues, que nos últimos 14 anos, esteve ao meu lado nos momentos de alegria e também de dificuldades.

A minha tia Dorinha e a todos os meus familiares, que me apoiaram na estadia em Fortaleza.

A minha querida amiga Lenha, por seu carinho, por seu cuidado, pelas conversas, pelas cervejas e pelos puxões de orelha. Lenha é uma preciosidade de pessoa que eu tive imenso prazer de conhecer no programa de Pós-graduação e de ter se tornado uma grande amiga.

Ao amigo Benedito Carlos pela amizade e pelas conversas descontraídas no barzinho.

E sem esquecer eles, meus filhos de quatro patinhas: Pipa, Bolinha e Pitty. O Pitty por morar comigo, esteve sempre por perto me observando. Se pudesse falar, talvez ele diria, larga isso e me dá atenção! Mesmo assim, sempre alegre e carinhoso. Seguramente, o Pitty, tornou esse percurso de pesquisa muito mais prazeroso.

“Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” (MARX, 2007, p. 535).

“Proletários de todos os países, Uni-vos!” (MARX; ENGELS, 2010, p. 69).

RESUMO

O objetivo desta pesquisa, realizada na forma de tese de doutorado, foi discutir a concepção de formação/educação na perspectiva da emancipação do trabalho nos textos de Karl Marx, principalmente, em sua obra de maturidade, *O Capital: crítica da economia política*. Para tanto, buscou-se, a partir do estudo dos próprios textos de Marx, especialmente, do Livro I de *O Capital*, abstrair o que se constitui a sua contribuição para a formação/educação do trabalhador na atual sociabilidade capitalista. Dessa forma, analisando a relação/contradição entre o trabalho e a educação na sociabilidade do capital, procurou-se demonstrar a natureza da educação e a função que desempenha na perspectiva do capital e a que pode assumir na perspectiva da emancipação do trabalho (dos trabalhadores) no processo de luta para a superação das atuais relações sociais e na construção de uma sociedade realmente emancipada. Partiu-se do pressuposto de que a reflexão sobre formação/educação e sua função na perspectiva da emancipação do trabalho na obra de Marx, em especial em *O Capital*, não pode se circunscrever a um simples rastreamento das citações, nas quais o autor se referiu à educação ou fez uso deste conceito, mas o fundamental e necessário procedimento para tratamento dessa questão é considerá-la a partir do conjunto das categorias que Marx apresentou em *O Capital*, a saber, a expressão das determinações reais das contradições entre o capital e o trabalho, na sociabilidade capitalista. Tendo em vista estas contradições, considerou-se, que a atividade educativa em sentido estrito (escolar/formal), subsumida ao poder do capital, tem a função predominante de contribuir com a produção e a reprodução das relações sociais de produção capitalista, entretanto ao considerá-la na perspectiva da emancipação do trabalho (do proletariado), a atividade educativa pode assumir uma função totalmente oposta, qual seja, a de propiciar um conhecimento radical da realidade social, um conhecimento que auxilie a classe trabalhadora no processo de luta contra a sociabilidade do capital e no processo de constituição de uma sociedade verdadeiramente emancipada, fundada no trabalho associado, na qual não haverá mais a sociedade de classes e a dominação do homem pelo homem.

Palavras-chave: Trabalho. Educação. Emancipação

ABSTRACT

The aim of this research, carried out in the form of a doctoral thesis, was to discuss the conception of formation / education in the perspective of the emancipation of the work in Karl Marx's texts, mainly, in his work of maturity, *Capital: critic of the political economy*. In order to do so, it was sought, from the study of Marx's own texts, especially from Book I of *Capital*, to abstract what constitutes his contribution to the formation / education of the worker in the current capitalist sociability. Therefore, analyzing the relationship / contradiction between work and education in the sociability of capital, the aim was to demonstrate the nature of education and the role it plays in the perspective of capital and what it can perform in the perspective of the emancipation of labor) in the process of struggle for overcoming current social relations and building a truly emancipated society. We begin from the assumption that reflection on education / education and its function in the perspective of the emancipation of work in Marx's conceptions, especially in *Capital*, can't be limited to a simple tracing of quotations , in which the author referred to education or used this concept, but the fundamental and necessary procedure for treating this question is to consider it from the set of categories that Marx presented in his book called *Capital*, the expression of the real determinations of the contradictions between capital and labor in capitalist sociability. In view of these contradictions, it was considered that educational activity in the strict sense (school / formal), subsumed to the power of capital, has the predominant function of contributing to the production and reproduction of social relations of capitalist production, however to consider it in the perspective of the emancipation of labor (of the proletariat), the educational activity can assume a totally opposite function, that is, of providing a radical knowledge of social reality, a knowledge that helps the working class in the struggle against sociability of capital and in the process of constitution of a truly emancipated society, founded on associated work, in which there will no longer be class society and man's domination by man.

Keywords: Labor. Education. Emancipation

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Delimitação do objeto e discussões iniciais.....	13
1.2 Procedimentos teórico-metodológicos da pesquisa.....	17
1.3 A organização do texto.....	25
1.4 As obras fundamentais da pesquisa.....	26
2 KARL MARX: UMA OBRA DEDICADA À LUTA DA EMANCIPAÇÃO DO TRABALHO.....	28
2.1 Do encontro com Friedrich Engels à publicação do Livro I d'O capital.....	45
3 AS DETERMINAÇÕES ESSENCIAIS DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA TEORIA MARXISTA.....	60
3.1 Trabalho: o fundamento ontológico da sociabilidade humana.....	61
3.2 O trabalho produtor de valor de uso: eterna necessidade do mundo dos homens.....	68
3.3 A relação entre o trabalho e a educação em suas determinações essenciais.....	72
3.4 A educação: uma eterna necessidade na reprodução social do homem?.....	78
3.4.1 Relações entre a educação em sentido lato e em sentido restrito....	81
4 O TRABALHO PRODUTIVO DE CAPITAL E A EDUCAÇÃO SUBSUMIDA A ESSE FIM NA TEORIA MARXIANA.....	91
4.1 O trabalhador produtivo de capital na teoria marxiana.....	92
4.2 O trabalhador produtivo e improdutivo de capital na teoria marxiana.....	105
4.3 A educação do trabalhador assalariado produtivo de capital	115
5 A EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DA EMANCIPAÇÃO DO TRABALHO NA TEORIA MARXIANA.....	132
5.1 Considerações críticas sobre o conhecimento e a educação burguesa em Marx, Lukács e Mészáros.....	135

5.2 A formação/educação na perspectiva da emancipação do trabalho em O Capital.....	146
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	167
REFERÊNCIAS.....	176

1 INTRODUÇÃO

A presente tese se insere na perspectiva investigativa da Linha Marxismo, Educação e Luta de Classes (E-Luta) do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará. A linha é a única que temos conhecimento no Brasil, que desde o seu nome, como na definição de seus objetivos de pesquisas¹, assume a integralidade dos fundamentos da teoria marxiana, de suas categorias essenciais, para analisar radicalmente os fenômenos sociais e educacionais, tendo em vista o projeto da emancipação humana, da sociedade emancipada, da sociedade comunista.

A nossa pesquisa, intitulada: A educação na perspectiva da emancipação do trabalho em O Capital de Marx, fundamentada no método marxiano (onto-método), visa dar uma contribuição à luta dos trabalhadores por uma sociedade verdadeiramente emancipada, que é a razão essencial dos estudos desenvolvidos pela Linha Marxismo, Educação e Lutas de Classes (E-Luta).

Nesse sentido, ressaltamos o importante trabalho que a Linha Marxismo, Educação e Luta de Classes (E-Luta) vem realizando há mais de uma década no Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, proporcionando o conhecimento do pensamento de Marx, Lukács, Mészáros e produzindo um conhecimento radical e revolucionário, que consideramos ser essencial ao combate da apologética dominante na sociedade capitalista e para auxiliar a classe trabalhadora na luta

¹“Pretende aprofundar a investigação do trabalho como fundamento ontológico do processo de reprodução social (Marx, Lukács), permitindo o tratamento do complexo educacional numa perspectiva histórica, de forma a recuperar as conexões ontológicas entre a sociedade capitalista e a proposta de educação emancipadora. A linha assume como marca investigativa a análise radical e contextualizada dos fenômenos sócio-pedagógicos, ancorada na crítica marxista. A linha mantém relação com o Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário – IMO, da Universidade Estadual do Ceará. A linha edita a revista eletrônica Arma da Crítica. A linha organiza-se em dois eixos: ‘A relação teoria-prática e o problema da transição socialista’, que objetiva contribuir por meio da reflexão teórica para a luta dos trabalhadores com vistas à superação do capitalismo e à construção do socialismo, enfatizando o lugar da educação e da política no contexto da luta de classes. O segundo é o Eixo ‘Ontologia marxiana e educação’ que trata da dimensão ontológico-histórica da educação, articulada à crise do capital. Objetiva, ainda, investigar a política educacional determinada pelos Instrumentos Internacionais da Educação, adotando a análise sobre a formação docente na perspectiva da crítica marxista à pós-modernidade”. Disponível em: www.ppge.ufc.br/linhas. Acesso em: 23 de abril de 2018.

pela superação da sociabilidade do capital e na construção de uma sociedade comunista.

1.1 Delimitação do objeto e discussões iniciais

Esta pesquisa tem como propósito essencial discutir a concepção de formação/educação na perspectiva da emancipação do trabalho em Marx, principalmente, a partir de sua obra de maturidade, *O Capital: crítica da economia política*. Sabe-se que existem muitas discussões, interpretações e divergências entre os mais diversos autores que se ocupam com o estudo do tema da formação/educação no pensamento de Marx. Por isso, não se constitui em objetivo principal desse estudo o de debruçar-se sobre essas mais diversas interpretações e mesmo contradições entre os autores, mas a partir de uma leitura dos próprios textos de Marx, especialmente, do Livro I de *O Capital*, abstrair o que pode se constituir como contribuição para a formação/educação do trabalhador em sua luta contra o capital e por sua emancipação real em outra forma de sociabilidade. Destaca-se, ainda, que também não é de intencionalidade desta pesquisa a discussão em torno das relações entre trabalho e educação em uma sociedade futura, em uma sociedade já emancipada (a comunista), atendo-se à função que a educação pode desempenhar na atual sociedade, a capitalista, na perspectiva da emancipação do trabalho (dos trabalhadores) em seu processo de luta para superar as atuais relações sociais de produção, com vista à construção de uma sociedade efetivamente emancipada, a sociedade comunista.

De todo modo, mesmo tendo circunscrito por objeto de estudo a formação/educação na perspectiva da emancipação do trabalho em *O Capital* de Marx, não se deixa de considerar, que o objetivo essencial dessa formação/educação não se esgota no escopo da sociedade capitalista, visto ter por horizonte uma sociedade futura, a sociedade comunista. Marx em *O Capital*, fez uma crítica radical ao modo de produção capitalista, mas não ficou só no campo da crítica, na medida em que sua análise (sua crítica) demonstrava a possibilidade e a necessidade da transformação radical dessa forma de sociabilidade, por outro modelo de sociedade, que seria efetivada por meio da ação revolucionária da classe trabalhadora.

Tendo isso por pressuposto, consideramos que a reflexão sobre a educação ou sobre a concepção de formação/educação e sua função na perspectiva da emancipação do trabalho na obra de Marx, em especial em *O Capital*, não deve se circunscrever ao rastreamento das citações, nas quais o autor se referiu à educação em sentido estrito (formal/escolar) ou fez uso deste conceito na obra *O Capital* ou em outros textos, como no *Manifesto Comunista*, na *Crítica do programa de Gotha*, etc². Nestes dois últimos textos, pode-se verificar que Marx assumiu a pauta da “educação pública e gratuita”, a “combinação da educação com a produção material” (MARX; ENGELS, 2010, p. 58) e laica (sem a influência da Igreja e do Estado) (MARX, 2012, p. 46)³. Entretanto, essa defesa da educação em sentido estrito (formal/escolar), por parte de Marx, não significa que o pensador acreditasse que seria neste espaço, por excelência, que os trabalhadores teriam acesso a uma formação/educação que contribuísse para a sua efetiva emancipação.

A nossa análise da obra de Marx, bem como do seu envolvimento intenso com a luta revolucionária dos trabalhadores (dos proletários) indica que a sua preocupação essencial era de municiar os trabalhadores com um conhecimento radical sobre a sociabilidade do capital e que este contribuísse com a luta emancipatória do trabalho contra o capital. Este conhecimento radical e revolucionário teve sua forma mais elevada em sua obra de maturidade, *O Capital*. Também não houve indicações que esse conhecimento seria apreendido/aprendido por meio da educação em sentido estrito (escolar/institucionalizada), mas por meio de outras atividades formativas/educativas e em espaços organizados pelos próprios trabalhadores. As poucas referências ou defesa que Marx fez em relação à educação em

² “Educação pública e gratuita a todas as crianças; abolição do trabalho das crianças nas fabricas, tal como é praticado hoje. Combinação da educação com a produção material etc.” (MARX; ENGELS, 2010, p. 58).

“[...] não resta dúvida de que a inevitável conquista do poder político pela classe trabalhadora garantirá ao ensino teórico e prático da tecnologia o seu devido lugar nas escolas operárias. Mas tampouco resta dúvida de que a forma capitalista de produção e as condições econômicas dos trabalhadores que lhe correspondem encontram-se na mais diametral contradição com tais fermentos revolucionários e sua meta: a superação da antiga divisão do trabalho” (MARX, 2013, p. 558).

³ José Paulo Netto ressalta que essa era “uma importante demanda proletária, herdada das lutas anteriores a 1848 e já assumida pelos socialistas utópicos (R. Owen), percorre, desde então, a obra de Marx (e a de Engels): a escola obrigatória, gratuita, laica e vinculada ao trabalho (NETTO, 2015, p. 23).

sentido estrito (escolar/institucionalizada) foram bem pontuais e circunstancializadas e, parece pouco provável, a partir das obras que estudamos, que essas referências ou defesa que Marx fez da educação escolar/formal, signifique que ele creditasse a esse tipo de educação um papel fundamental no processo de emancipação do trabalho ou que essa pudesse assumir essa função. Por isso, considera-se que, o fundamental e necessário procedimento para o tratamento da questão de uma formação/educação na perspectiva da emancipação do trabalho é entendê-la a partir do conjunto das categorias que Marx apresentou em *O Capital*, visto serem estas, a expressão das determinações reais da sociabilidade capitalista e da possibilidade de sua superação. As categorias, conforme o próprio Marx considerou, são formas de ser, que existem na cabeça, por existirem primeiramente no real. Segundo Lukács, Marx concebia e tratava as categorias não como princípios de formação lógicos ou gnosiológicos no interior do conhecimento, mas como determinações do próprio ser (LUKÁCS, 2010, p. 228). Portanto, as categorias foram abstraídas da própria realidade, da própria análise da sociedade burguesa em suas determinações históricas concretas e refletem a forma de ser do capital.

Em *O Capital*, Marx fez uma exposição totalitária do modo de produção capitalista, considerando as contradições essenciais entre o capital e o trabalho, entre a classe burguesa e a classe trabalhadora. Max não abordou só um lado da questão, mas a questão como um todo. Nesse sentido, ao analisar o processo de produção e reprodução do capital, manifestou quais são os interesses da classe burguesa (do capital) e os interesses da classe trabalhadora (do trabalho).

O interesse do capital (da classe burguesa) é o de valorizar o valor (valorizar o capital). Para isso, o capital tem que subsumir o trabalho a sua lógica, tem de intensificar a exploração da força de trabalho do trabalhador assalariado produtivo para aumentar a taxa de extração de mais-valor. A forma vital que o capital (a classe burguesa) encontrou para aumentar a taxa de extração de mais-valor e valorizar o capital foi por meio do desenvolvimento constante das forças produtivas do trabalho, com a introdução de novas máquinas e tecnologias no processo de produção, que contribuiu para diminuir o tempo de trabalho necessário, para baratear o valor da força de trabalho e para aumentar o tempo

de mais-trabalho (o tempo de valorização), no qual o trabalhador trabalha, gratuitamente, para o capitalista, valorizando o capital.

A formação/educação institucionalizada (formal/escolar) não está à margem desse processo, pelo contrário, está subsumida ao processo de valorização do valor, ou seja, à lógica de reprodução do capital. Desse modo, na sociabilidade capitalista a formação/educação institucionalizada está organizada para transmitir os conhecimentos, habilidades, valores, etc., que conformem os trabalhadores à condição de assalariados e para aceitarem de forma natural o modo de vida na sociedade do capital. Esse processo pode ser identificado pela análise concreta das instituições de ensino, na medida em que seus ideais formativos/educativos se circunscrevem a partir dos parâmetros dessa sociabilidade e os indivíduos acorrem a estas, com o intuito (com a esperança) de adquirirem um determinado conjunto de conhecimentos e habilidades para se tornarem assalariados e conseguirem vender sua força trabalho como mercadoria ao proprietário dos meios de produção (a burguesia) e terem acesso aos meios de subsistência para sobreviverem.

Na sociedade burguesa, em sua maior parte, os indivíduos são despossuídos de meios de produção e de subsistência, que estão concentrados e são de propriedade de uma minoria, a burguesia. Esta maioria de indivíduos (classe trabalhadora), por encontrar-se nessa condição, necessita aprender as habilidades que lhes permitam tornar a sua força de trabalho vendável, pois é dessa forma que podem ter acesso aos meios de subsistência para sobreviverem nessa forma de sociedade. O indivíduo despossuído, para tornar-se trabalhador assalariado produtivo ou improdutivo, necessita vender a força de trabalho e, para conseguir tal feito, sua força de trabalho tem de ter valor de uso para o comprador, o capitalista. A força de trabalho que interessa, fundamentalmente, ao capitalista é aquela que produz mais-valor. Isso significa, em linhas gerais, que a formação/educação do trabalhador assalariado produtivo está subsumida à lógica do mercado, à lógica do capital e por isso, a sua função principal é a de corroborar com o processo de reprodução das relações sociais atuais.

Em contraposição à lógica do capital, que inevitavelmente precariza e desumaniza as condições de vida dos trabalhadores (do trabalho), Marx expôs em *O Capital*, o lado do trabalho ou o que deve ser o interesse fundamental dos

trabalhadores (do trabalho) frente ao capital (a classe burguesa). Por sua natureza, o capital (os capitalistas) para valorizarem o valor (o capital) tem de, necessariamente, aumentar o grau de exploração da força de trabalho dos trabalhadores assalariados produtivos de capital, que é o único meio de reprodução do capital. Para Marx, o conhecimento dessa determinação imanente do capital por parte dos trabalhadores é de fundamental importância, pois permite aos trabalhadores entenderem que o capital não pode ser reformado e nem corrigido em sua lógica e que a luta do trabalho (dos trabalhadores) não deve ser, meramente, defensiva ou contra os efeitos do capital (melhor salário, melhores condições de trabalho, melhor educação, mais empregos), mas deve assumir como objetivo a superação das relações sociais capitalistas e a organização de uma nova forma de sociedade, a sociedade comunista, que supera o trabalho assalariado pelo trabalho associado.

É nesse contexto de enfrentamento do trabalho contra o capital, dos trabalhadores à classe burguesa, que detêm interesses inconciliáveis, que deve se situar a concepção de formação/educação na perspectiva da emancipação do trabalho (dos trabalhadores) na obra *O Capital* de Marx. Se, na lógica do capital, a formação/educação dos trabalhadores tem por função precípua a de conformá-los e de prepará-los para se submeterem às relações de produção capitalistas, a formação/educação na ótica da emancipação do trabalho se coloca em um caminho oposto, tendo como função, a de propiciar um conhecimento radical da realidade social (da sociedade burguesa) como vista a sua transformação e superação radical.

1.2 Procedimentos teórico-metodológicos da pesquisa

Em nossa análise – de caráter teórico-bibliográfico – tomamos como referencial o método marxiano (onto-método). Os fundamentos dessa forma de análise da realidade foram sistematizados por Karl Marx e Friedrich Engels, principalmente a partir da elaboração da obra *A Ideologia Alemã*⁴, que foi escrita

⁴ O ponto culminante da elaboração dos fundamentos dessa nova concepção se encontra precisamente em *A ideologia alemão*. Nela, Marx e Engels fazem uma crítica de alguns autores

entre o ano de 1845-1846⁵ e, na qual, estes pensadores delinearam os seus pressupostos teóricos metodológicos essenciais, que serviram para orientar os seus estudos posteriores. Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels ressaltam o pressuposto fundamental do método:

Os pressupostos de que partimos não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas **pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tantas aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação.** Esses pressupostos são, portanto, constatáveis por via puramente empírica (MARX; ENGELS, 2007, p. 86, grifos nossos).

Marx e Engels evidenciam que o pressuposto fundamental das suas análises é o mundo real, o concreto⁶, e é, a partir deste, que abstraem e elaboram as categorias correspondentes. Nesse sentido, as categorias são abstrações da realidade, ou seja, capturam a lógica que existe na própria realidade. Para existirem na cabeça do sujeito que faz a abstração, elas têm de existir na própria realidade, da qual é abstraída. Desta forma, esses pensadores instauram um novo método, uma nova forma de produzir o conhecimento, que

alemães que expressavam a maneira idealista de pensar e esboçam os fundamentos da concepção materialista da história (TONET, 2010, p. 11).

⁵Descrevendo o processo de redação desta obra e o seu significado, Marx disse no Prefácio a *Contribuição à crítica da economia política*: “E quando, na primavera de 1845, ele (Engels) também veio domiciliar-se em Bruxelas, resolvemos trabalhar para salientar o contraste de nossa maneira de ver com a ideologia da filosofia alemã, visando, de fato, acertar as contas com nossa antiga consciência filosófica. O propósito se realizou sob a forma de uma crítica da filosofia pós-hegeliana. O manuscrito [*A ideologia alemã*], dois grossos volumes em oitavo, já se encontrava há muito tempo em mãos do editor em Westphalia, quando nos advertiram que uma mudança de circunstâncias criava obstáculos à impressão. Abandonamos o manuscrito à crítica roedora dos ratos, tanto mais a gosto quanto já havíamos alcançado nosso fim principal, que era nos esclarecer (MARX, 2007, p. 47).

⁶Na discussão do método da economia política, Marx expôs o seu entendimento de concreto, tomando como exemplo o conceito de população: “Parece ser correto começarmos pelo o real e pelo o concreto, pelo pressuposto efetivo, e, portanto, no caso da economia, por exemplo, começarmos pela população, que é o fundamento e o sujeito do ato social de produção como um todo. Considerando de maneira mais rigorosa, entretanto, isso se mostra falso. A população é uma abstração quando deixo de fora, por exemplo, as classes das quais é constituída. Essas classes, por sua vez, são uma palavra vazia se desconheço os elementos nos quais se baseiam. P. ex., trabalho assalariado, capital etc. Estes supõem troca, divisão do trabalho, preço etc. O capital, p. ex., não é nada sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço etc. Por isso, se eu começasse pela população, esta seria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais precisa, chegaria analiticamente a conceitos cada vez mais finos, até que tivesse chegado às determinações mais simples. Daí teria de dar início à viagem de retorno até que finalmente chegasse de novo à população, mas dessa vez não como a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações. [...] O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade” (MARX, 2011, p. 54).

se opôs ao método científico moderno (gnosiológico). Diferentemente do segundo, que tem a centralidade no sujeito, no método marxiano (onto-método), a centralidade recai sobre a realidade, a realidade é o polo regente⁷. No onto-método, a prioridade ontológica é da realidade ou do objeto, e o sujeito que pesquisa tem que capturar a sua lógica e não enquadrá-lo em uma lógica *a priori*.

Na perspectiva marxiana, a realidade objetiva tem uma existência independente da consciência e, portanto, tem uma prioridade sobre a subjetividade. Pode existir objeto (realidade objetiva; coisa) sem sujeito, mas não pode existir sujeito sem objeto. Uma mesa é uma mesa, independente de ser conhecida. Ela é resultado da atividade humana. Como tal, sua existência implica a intervenção do conhecimento. Sua transformação, porém, em objeto de conhecimento não altera sua natureza. Do mesmo modo, a sociedade é sempre resultado da práxis humana. Por sua definição, esta é sempre uma síntese entre subjetividade e objetividade. Conhecer, por sua vez, é transformar os resultados dessa síntese – os fenômenos sociais – em objeto de conhecimento. Isso mostra, claramente, a prioridade ontológica da objetividade (do objeto) sobre a subjetividade (sujeito) no processo de conhecimentos (TONET, 2013, p. 101).

Essa diferença essencial do método marxiano em relação ao moderno é explicitada por Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*, ao fazerem a seguinte crítica ao idealismo hegeliano:

Totalmente ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu a terra, aqui se eleva da terra ao céu. Quer dizer, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; **parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos** (MARX; ENGELS, 2007, p. 94, grifos nossos).

Para Marx e Engels, as abstrações, os conceitos, as categorias são extraídas pela inquirição do mundo real. O real é o ponto de partida, o real em sua efetividade, em sua totalidade. Ao sujeito, ao investigador, cabe o esforço de capturar o movimento real da coisa (da realidade) em sua totalidade pelo processo de abstração. Por isso, a abstração realizada pelo sujeito, nesta forma de análise (onto-método), deve ser a reprodução ideal do movimento, da estrutura e da dinâmica do objeto real em questão (NETTO, 2011, p. 18). Foi

⁷ “Partir do ponto de vista gnosiológico é partir do sujeito; partir do ponto de vista ontológico é partir do objeto” (CHASIN, 1988, p. 5).

nesta direção que Marx expôs no Posfácio da segunda edição do Livro I de *O Capital*:

A investigação tem de se apropriar da matéria [Stoff] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Se isso é realizado com sucesso, e se a vida da matéria é agora refletida idealmente, o observador pode ter a impressão de se encontrar diante de uma construção a priori (MARX, 2013, p. 90).

Dessa forma, o método⁸ proposto por Marx, postula que no processo de investigação, o sujeito que investiga o real, tem que se “apropriar da matéria” (do real), para extrair a sua lógica interna e seus nexos essenciais. Somente após a realização desse trabalho é que se pode expor, adequadamente, o movimento do próprio real em termos abstratos com a formulação das categorias. Desse modo, no processo de conhecimento, o sujeito tem que ser fiel ao objeto e não a regras definidas *a priori*, pois seu objetivo não é lhe impor uma formatação, mas é o de extrair dele as suas múltiplas determinações reais, ou seja, o sujeito deve capturar as principais determinações do ser-precisamente-assim existente (LESSA, 2012, p. 87). Assim, o referencial teórico-

⁸ O método implica, para Marx, uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações (NETTO, 2011, p. 53). José Chasin faz observações importantes sobre a questão do método em Marx ao ressaltar: A rigor, não há uma questão de método no pensamento de marxiano. [...] Se por método se entende uma arrumação operativa, a priori, da subjetividade, consubstanciada por um conjunto normativo de procedimentos, ditos científicos, com os quais o investigador deve levar a cabo seu trabalho, então, não há método em Marx. Em adjacência, se todo método pressupõe um fundamento gnosiológico, ou seja, uma teoria autônoma das faculdades humanas cognitivas, preliminarmente estabelecida, que sustente ao menos parcialmente a possibilidade do conhecimento, ou, então, se envolve e tem por compreendido um *modus operandi* universal da racionalidade, não há, igualmente, um problema do conhecimento na reflexão marxiana. [...] Mesmo porque, no caso, a ausência da “questão do método”, bem como do “problema do conhecimento”, isto é, de tematizações autônomas sobre metodologia e gnosiologia, que pretendam fundar um discurso científico e guiar sua constituição por meio do ordenamento autárquico e independente da atividade subjetiva, não assinala qualquer omissão ou deslize quanto ao reconhecimento do complexo do conhecimento em sua efetividade, nem indiferença em relação aos procedimentos cognitivos. Ao contrário, é um clarão que alerta para a peculiaridade do tratamento marxiano destes temas, de modo que a ausência de equacionamento convencional do assunto é apenas o sinal negativo da completa reconversão e resolução positivas que a matéria encontra na reflexão marxiana, ainda que só tratada ocasional e esparsamente, tanto que à mesma não foi reservado um único texto exclusivo e sistemático que delineasse os contornos de sua fisionomia. Contudo, atentando para momentos fundamentais da elaboração fragmentária de Marx a esse respeito, é possível captar e expor as linhas mestras de sua concepção em quatro tópicos: a fundamentação ontoprática do conhecimento; a determinação social do pensamento e a presença histórica do objeto; a teoria das abstrações e a lógica da concreção (CHASIN, 2009, p. 89-90).

metodológico ou o método de Marx, pontuava a necessidade da máxima fidelidade do sujeito que pesquisa para com o objeto investigado, mas esse procedimento não deve ser confundido com uma mera teoria do reflexo, porque esse processo demanda um sujeito ativo, rico em determinações para ser capaz de trazer à consciência as abstrações que sintetizem as múltiplas determinações que compõem a realidade em sua totalidade (NETTO, 2006, p. 57).

Desse modo, Marx determinou o papel do sujeito no processo de conhecimento e o *locus* da verdade (CHASIN, 2009, p. 90). A verdade é abstraída da realidade social ou natural e não um produto autônomo do sujeito pensante (autônomo), como postulava os pensadores modernos e Hegel⁹. Sobre isso, Marx ao tratar do método da economia política em os *Grundrisse*, afirma:

Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que sintetiza-se em si, aprofunda-se em si e movimenta-se a partir de si mesmo, enquanto o método de ascender do abstrato ao concreto é somente o modo do pensamento de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como um concreto mental. Mas de forma alguma é o processo de gênese do próprio concreto (MARX, 2011, p. 55).

Assim, o método de Marx se balizava na análise do movimento do real¹⁰ e se diferencia radicalmente do hegeliano, que dava prioridade ao movimento do pensamento. O abstrato em Marx é o concreto pensando. É o concreto abstraído no pensamento. Desse modo, no referido Posfácio da segunda edição do *Livro I de O Capital*, Marx fez questão de ressaltar as diferenças entre o seu método e o de Hegel.

⁹ Não se trata de que as categorias ou a ordem do pensamento produzam a realidade (Hegel). Não se trata de pensar que a realidade se manifesta já nitidamente na representação plena (empirismo). Nem se trata, tampouco, de confundir a ordem do pensamento (categorias) com a da realidade (nisso Proudhon tem razão, ao distinguir a duas). Porém, tampouco se deve pensar que ambas as ordens estão absolutamente separadas, o que determinaria que a ordem da sucessão ou movimento das categorias seja o efeito da pura ordem do pensamento (idealismo, ao fim). Não se pode pensar, ainda, que a ordem das categorias está determinada pela sua aparição na história (primeiro as categorias mais antigas e depois as mais modernas). Não. A ordem das categorias (ordem do pensamento teórico, que surge da realidade, mas não se confunde com ela) deve estar determinada por sua posição sincrônica e essencial na moderna sociedade capitalista. Deste modo, a ordem das categorias (mesmo sendo uma ordem teórica) reconstitui a realidade numa ordem abstrata, surgindo da própria realidade (e não das ideias). Mas a realidade à qual a ordem das categorias se refere é a totalidade concreta, com múltiplas determinações, que é a moderna sociedade burguesa (DUSSEL, 2012, p. 57).

¹⁰ [...] o ponto essencial do novo método: o tipo e o sentido das abstrações, dos experimentos ideais, são determinados não a partir de pontos de vista gnosiológicos ou metodológicos (e menos ainda lógicos), mas a partir da própria coisa, ou seja, da essência ontológica da matéria tratada (LUKÁCS, 2012, p. 322).

Meu método dialético, em seus fundamentos, não é apenas diferente do método hegeliano, mas exatamente seu oposto. Para Hegel, o processo do pensamento, que ele, sob o nome de Ideia, chega mesmo a transformar num sujeito autônomo, é o demiurgo do processo efetivo, o qual constitui apenas a manifestação externa do primeiro. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem (MARX, 2013, p. 90).

Ficam evidentes as diferenças do método em Marx em relação ao método idealista de Hegel. Para o primeiro, as ideias, abstrações ou categorias não surgem delas mesmas, mas são produzidas a partir da realidade e não se confundem com a realidade, ou seja, a categoria é uma abstração da realidade e não a própria realidade¹¹.

[...] a totalidade concreta como totalidade de pensamento, como um concreto de pensamento, é de fato um produto do pensar, do conceituar, mas de forma alguma é um produto do conceito que pensa fora e acima da intuição e da representação, e gera a si próprio, sendo antes produto da elaboração da intuição e da representação em conceitos. O todo como um todo de pensamentos, tal como aparece na cabeça, é um produto da cabeça pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível [...]. O sujeito real, como antes, continua a existir em sua autonomia fora da cabeça; isso, claro, enquanto a cabeça se comporta apenas de forma especulativa, apenas teoricamente. Por isso, também no método teórico o sujeito, a sociedade, tem de estar continuamente presente como pressuposto da representação (MARX, 2011, p. 55).

Isso significa que a abstração é de uma natureza distinta da realidade e que, em Marx, não há uma identidade entre o sujeito e o objeto, entre o conhecimento e a realidade como postulava Hegel. Em Marx, sujeito e objeto (realidade) são ontologicamente distintos. A categoria é uma representação da realidade e não a própria realidade. A categoria é a forma de representação da realidade em termos abstratos e na medida em que capturada os seus nexos internos (imanentes), expressa a sua forma de ser. Essa forma de compreensão foi explicitada nos Grundrisse, em que Marx afirma:

Como em geral em toda ciência histórica e social, no curso das categorias econômicas é preciso ter presente que o sujeito, aqui a

¹¹ [...] Marx distingue claramente o que é da ordem da realidade, do objeto, do que é da ordem do pensamento (o conhecimento operado pelo sujeito): começa-se pelo real e pelo concreto, que aparecem como dados; pela análise, um e outro elementos são abstraídos e, progressivamente, com o avanço da análise, chega-se a conceitos, a abstrações que remetem a determinações as mais simples. Este foi o caminho ou, se quiser, o método (NETTO, 2011, p. 42).

moderna sociedade burguesa, é dado tanto na realidade como na cabeça, e que, por conseguinte, as categorias expressam formas de ser, determinações da existência, com frequência somente aspectos singulares, dessa sociedade determinada, desse sujeito, e que, por isso, a sociedade, também, do ponto de vista científico, de modo algum só começa ali onde o discurso é sobre ela enquanto tal (MARX, 2011, p. 59).

As categorias expressam ou refletem as formas de ser e as determinações da existência¹², neste caso, as determinações da moderna sociedade burguesa, que foi o principal objeto de estudo de Marx em *O Capital*. Segundo Lukács, Marx concebia e tratava as categorias não como princípios de formação lógicos ou gnosiológicos no interior do conhecimento, mas como determinações do próprio ser (LUKÁCS, 2010, p. 228). Nesta linha de interpretação do sentido das categorias em Marx e de sua diferenciação em relação a Hegel, István Mészáros afirma:

[...] as categorias da filosofia não poderiam ser produzidas pela “autoatividade da Ideia”, mas, enquanto “formas de ser”, tinham de refletir de forma adequada alguma relação essencial. Tampouco poderiam ser isentas das determinações históricas, mas, ao contrário, como formas de um ser social irreprimivelmente mutável, elas se qualificaram como conceitualizações verdadeiras daquele ser somente por colocar em relevo a dinâmica histórica inerente a todo o processo em questão. Portanto, a filosofia poderia somente alcançar sua realização ao “deixar a realidade falar sua própria verdade, em vez de comprimir a última em um leito de Pro custo de categorias preconcebidas, em nome de alguma ‘verdade eterna’” (MÉSZÁROS, 2011, p. 34).

Por isso, na análise da sociedade burguesa em suas determinações históricas concretas, em sua forma de ser real, Marx elaborou as abstrações, as categorias que expressavam as determinações essenciais da sociabilidade capitalista, como a categoria do valor, do *mais valor*, do capital, do trabalho concreto, do trabalho abstrato, do trabalho produtivo, do trabalho assalariado produtivo de capital, do trabalho assalariado improdutivo de capital, etc. Essas categorias não foram formuladas de forma arbitrária por Marx e apresentadas em sua obra *O Capital*, mas foram abstraídas da própria sociedade burguesa, assim como ela é, e por isso, *O Capital* é a reprodução ideal (categorial) do

¹² Segundo Lukács: “[...] o ser só pode ser abordado como ser se for objetivamente determinado em todos os sentidos. Um ser privado de determinações é apenas um produto do pensamento: uma abstração de todas as determinações (LUKÁCS, 2010, p. 171).

movimento real da sociedade capitalista (NETTO, 2006, p. 55). Sobre isso, José Paulo Netto acrescenta:

[...] O capital [...] teoria da sociedade burguesa: um complexo articulado de hipóteses verificadas e verificáveis, extraídas da análise histórica concreta, sobre a gênese, a constituição, o desenvolvimento e as condições de crise da ordem social que se estrutura sobre o modo de produção capitalista (NETTO, 2017, p. 153).

Tendo por pressuposto que em *O Capital*, Marx apresenta uma totalidade¹³ de categorias que reproduzem idealmente o movimento real (concreto) da sociabilidade do capital, em seu processo de produção, reprodução, crises e possibilidade de superação, ou seja, em sua totalidade contraditória entre capital e trabalho, que procuramos situar a discussão sobre uma possível proposta de educação na perspectiva da emancipação do trabalho em *O Capital*.

Portanto, analisando o conjunto das principais categorias que estão presentes em *O Capital*, especialmente em seu Livro I, e ancorado nas interpretações e reflexões de György Lukács, em *Para uma ontologia do ser social* e de István Mészáros, em *A educação para além do capital*, considerou-se o significado essencial e concreto do trabalho e da educação na atual sociabilidade do capital e a função que esta assume concretamente no processo de reprodução da ordem burguesa, mas principalmente, a função que a educação pode assumir (desempenhar) na perspectiva da emancipação do trabalho, que é de contribuir com o processo de superação dessas relações sociais e na construção de uma nova sociabilidade, a comunista.

¹³A totalidade [...] expressa o fato de que a realidade social é um conjunto articulado de partes. Cada uma dessas partes é, em si mesma, uma totalidade, de maior ou menor complexidade, mas jamais absolutamente simples. Expressa ainda o fato de que as partes que constituem cada um desses conjuntos se determinam reciprocamente e que sua natureza é resultado de uma permanente processualidade. Expressa também o fato de que há uma relação dialética entre o todo e as partes, sendo, porém, o todo o momento determinante. E, por fim, expressa o fato de que esse conjunto é permeado por contradições e por mediações, que resultam no dinamismo próprio de todos os fenômenos sociais e na específica concretude de cada um deles (TONET, 2013, p. 96).

1.3 A organização do texto

Para alcançar os objetivos dessa pesquisa, organizamos o texto, fundamentalmente, em cinco partes: a) objeto de pesquisa e considerações gerais sobre a pesquisa; b) Karl Marx: uma obra dedicada à luta da emancipação do trabalho; c) As determinações essenciais do trabalho e da educação na teoria marxista; d) O trabalho produtivo de capital e a educação subsumida a esse fim na teoria marxiana; e) A educação na perspectiva da emancipação do trabalho na teoria marxiana.

Na primeira parte desta tese, apresentamos o objeto de pesquisa e sua delimitação, bem os fundamentos teórico-metodológicos, as obras principais que foram utilizadas na pesquisa e a divisão do texto.

Na segunda parte deste texto, discutiu-se sobre a obra de Marx, destacando que esta foi marcada por um forte compromisso com a luta dos trabalhadores e pela emancipação efetiva do trabalho. Desde suas primeiras obras, Marx compreendeu que não era suficiente compreender e interpretar intelectualmente a realidade, mas que o compreender/conhecer devia se vincar a práxis, ou seja, devia servir para transformar radicalmente a realidade, e que o agente principal dessa práxis era a classe trabalhadora (o proletariado).

Na terceira parte deste trabalho, desenvolveu-se uma discussão sobre a relação entre trabalho e educação em suas determinações essenciais, ou seja, independentemente de uma formação social em específico (escravista, feudal ou capitalista), bem como a função que a educação assume em uma sociedade de classes, como na sociedade capitalista. Esta reflexão teve o objetivo de considerar que, de acordo com a teoria marxiana, a relação entre o trabalho, como complexo fundante do ser social e a educação, como complexo fundado, é uma eterna necessidade no processo de produção e reprodução do ser social. Para tal, nos fundamentamos principalmente nas reflexões elaboradas por Marx, Lukács e Mészáros sobre o trabalho e a educação.

Na quarta parte deste trabalho, fundamentado principalmente na obra, *O Capital* de Marx, discutiu-se a relação entre trabalho produtivo de capital e educação. Neste ponto, procurou-se entender o trabalho, concretamente, na sociabilidade capitalista, ou seja, o trabalho subsumido ao capital, o trabalho

enquanto produtor de mais-valor e, a partir desta base, considerou-se a função predominante que a educação assume no processo de reprodução do capital.

Na quinta parte, apresentou-se, com base nas principais categorias de *O Capital*, o que possivelmente se constitui na concepção marxiana de formação/educação na perspectiva da emancipação do trabalho (dos trabalhadores). Considerando que os interesses entre o trabalho e o capital são opostos, o desafio enfrentado aqui foi o de abstrair a partir destas categorias, a função que a formação/educação pode assumir no processo de luta de emancipação do trabalho contra o domínio do capital e, por conseguinte, na superação das atuais relações sociais de dominação.

1.4 As obras fundamentais da pesquisa

Na elaboração deste trabalho de tese - de caráter teórico-bibliográfico - além das referências bibliográficas mais gerais, que fundamentaram o seu desenvolvimento, foram utilizadas as seguintes obras fundamentais:

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: Livro III: o processo global da produção do capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico. Vol I**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

Destas obras, destacamos o Livro I de *O Capital*: O processo de produção do Capital e o Livro IV, volume I de *O Capital*: Teorias da mais-valia, porque foram as fontes essenciais que nortearam a discussão proposta nesta pesquisa de doutorado, que teve como objeto, a reflexão sobre uma educação na perspectiva da emancipação do trabalho em *O Capital*.

Com esse objetivo, procuramos analisar as principais categorias que Marx elaborou em sua investigação sobre a sociedade capitalista e as apresentou no Livro I de *O Capital*: O processo de produção do Capital e o Livro IV, volume I de *O Capital*: Teorias da mais-valia e a partir destas, abstrair a concepção de uma educação em sentido estrito, mas não escolar (institucionalizada), na perspectiva da emancipação do trabalho.

2 KARL MARX: UMA OBRA DEDICADA À LUTA DA EMANCIPAÇÃO DO TRABALHO

A obra de Karl Marx¹⁴, desde a sua juventude, com os seus primeiros textos, até a elaboração de *O Capital*: crítica da economia política está predominante relacionada à situação da classe trabalhadora, com as suas lutas contra a exploração capitalista e pela organização de uma nova forma de sociabilidade, a comunista, na qual, se superaria toda forma de exploração do homem pelo homem. Desse modo, a obra de Marx revela que sua vida foi marcada por um forte compromisso com a luta dos trabalhadores e pela emancipação efetiva do trabalho, porque desde cedo compreendeu e tomou por norte, que não era suficiente compreender e interpretar intelectualmente a realidade, mas que o compreender/conhecer devia se vincular à práxis, ou seja, devia servir para transformar radicalmente a realidade, e que o agente principal

¹⁴ Marx foi o cientista social, historiador e revolucionário que mais influenciou o pensamento filosófico e social da humanidade. Nasceu em 1818, em uma família de classe média de situação confortável, em Trier na Alemanha. Aos 17 anos, ficou noivo de Jenny com quem se casaria mais tarde. Matriculou-se na Faculdade de Direito da Universidade de Bonn. No ano seguinte, seu pai o enviou para a Universidade de Berlim onde ficou por quatro anos e onde se tornou hegeliano. Participou ativamente do movimento dos jovens hegelianos que produzia uma crítica radical ao cristianismo e, implicitamente, uma oposição liberal a autocracia prussiana. Em 1842, começou a dirigir e a escrever artigos para a Gazeta Renana, que logo foi fechada pelo governo por causa dos incisivos artigos de Marx sobre a questão econômica. Em 1843, mudou-se para a França onde se tornou um comunista convicto. Nesse momento, começou a registrar as suas ideias e novas concepções em uma série de escritos que posteriormente ficaram conhecidos como *Manuscritos Econômicos e filosóficos*. Foi também em Paris que Marx iniciou a colaboração com Friedrich Engels que duraria toda a sua vida. Em fins de 1844, Marx foi expulso da capital francesa e transferiu-se junto com Engels para Bruxelas. Em Bruxelas, Marx se dedicou a um estudo intensivo da história e criou a teoria que ficou conhecida como a concepção materialista da história. Essa concepção foi exposta num trabalho escrito em colaboração com Engels intitulado *A ideologia alemã*. Nessa obra, Marx esboça a história dos vários modos de produção, prevendo o colapso do modo de produção capitalista e a sua substituição pelo comunismo. Ao mesmo tempo ingressou na Liga Comunista e tornou-se o principal teórico dela. Em 1848, publicaram o Manifesto Comunista. Nesse mesmo ano, voltou para Paris e logo após para a Alemanha onde fundou de novo o periódico Nova Gazeta Renana. Em maio de 1849 com a proibição do seu jornal, Marx se transfere para Londres onde volta a participar de uma liga Comunista. Em Londres, dedica-se intensamente aos estudos da economia política. A importante produção teórica de Marx sobre a economia política fez progressos lentos. Em 1857-1858, ele já tinha redigido um gigantesco manuscrito de 800 páginas, esboço inicial de uma obra que tratava do capital, propriedade agrária, trabalho assalariado, estado, comércio exterior e do mercado mundial. Esse manuscrito só foi publicado em 1941 com o título *A crítica da economia política*. Só em 1867 pode, Marx, publicar os primeiros resultados do seu trabalho no primeiro livro de *O Capital*. O segundo e terceiro livro de *O Capital* estavam em grande parte inacabados na década de 1860, e Marx trabalhou neles pelo resto de sua vida. Foram publicados postumamente por Engels. A contribuição de Marx para nossa compreensão da sociedade foi imensa. Passou a última década de sua vida com a saúde muito fragilizada, mas mesmo assim conseguia fazer análises e comentários sobre a política contemporânea, principalmente sobre a Alemanha e a Rússia. Morreu em março de 1883 (BOTTOMORE, 1988, p. 239-240).

dessa práxis era a classe trabalhadora (o proletariado). Neste sentido, não trataremos de todos os aspectos da vida e da obra de Marx, pois já dispomos de livros que cumprem essa função¹⁵, mas somente de alguns pontos que vinculam o desenvolvimento de sua obra, de sua teoria social (de seu pensamento), com a situação e com a luta da classe trabalhadora, pois consideramos que essa delimitação nos ajudará a entender a concepção de formação/educação na perspectiva da emancipação do trabalho na teoria marxiana.

O contato com a realidade, com os problemas materiais, com os problemas da sobrevivência ou de como sobreviver na moderna sociedade capitalista em constituição foram fundamentais no processo de desenvolvimento do pensamento de Marx, pois lhe permitiu tomar contato com as lutas da classe trabalhadora, criticar o hegelianismo (de direita e de esquerda) e a partir de outras experiências teóricas, como a do socialismo francês e da economia política inglesa, elabora a sua teoria social, com a qual explica o modo de produção e de reprodução da sociabilidade capitalista e a forma de sua superação, tendo o proletariado como o sujeito principal dessa transformação (NETTO, 2009, p. 21).

Este itinerário foi descrito resumidamente pelo próprio Marx no Prefácio da obra: *Contribuição à crítica da economia política* de 1859, na qual, o autor mencionou que como redator do Jornal *Gazeta Renana*¹⁶, teve que tratar de problemas materiais, como a questão do roubo de lenha e a pobreza dos viticultores de Mosela. Sobre esse fato, no Prefácio a *Contribuição crítica da economia política* de 1859, Marx afirma:

Em 1842-1843, na qualidade de redator da Rheinische Zeitung (Gazeta Renana), encontrei-me, pela primeira vez, na embaraçosa obrigação de opinar sobre o chamados interesses materiais. Os debates do Landtag [parlamento – alemão] renano sobre os delitos florestais e o parcelamento da propriedade fundiária, a polêmica oficial que o sr. Von Schaper, então governador da província da renana, travou com a

¹⁵ FEDOSSEIEV, P. N. et al. **KARL MARX**: Biografia. Lisboa: Edições Avante, 1983.
GABRIEL, Mary. **Amor e capital**: a saga familiar de Karl Marx e a história de uma revolução. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
MEHRING, Franz. **Karl Marx**: a história de sua vida. São Paulo: José Luís e Rosa Sundermann, 2013.

MACLELLAN, David. **KARL MARX**: vida e pensamento. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

KONDER, Leandro. **Marx**: vida e obras. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

RUBEL, Maximilien. **Crônica de Marx - Vida e Obra**. São Paulo: Ensaio, 1991.

¹⁶ A Rheinische Zeitung (A Gazeta Renana) foi fundada em Colônia no dia primeiro de janeiro de 1842 (MEHRING, 2013, p. 48).

Gazeta Renana sobre as condições de existência dos camponeses do Mosela, as discussões, por último, sobre o livre câmbio e o protecionismo, proporcionaram-me os primeiros motivos para que eu começasse a me ocupar das questões econômicas (MARX, 2007, p. 44).

Marx, na *Gazeta Renana*, ao ter que opinar sobre os chamados interesses materiais, ou seja, sobre a lei do furto de lenha e sobre a situação de pobreza dos viticultores de Mosela, toma posição em favor dos direitos dessa massa empobrecida (LUKÁCS, 2009, p. 139). Ao abordar essas questões, o jovem Marx também observa que existe uma estreita relação entre a formulação das leis e os interesses dos que possuem o poder (a classe dominante). Isso se torna mais evidente com o fechamento da *Gazeta Renana*¹⁷ e os dezoito (18) meses posteriores foram decisivos para o desenvolvimento de seu pensamento (MCLELLAN, 1980, p. 70). A este respeito, José Paulo Netto acrescenta:

Na *Gazeta Renana*, Marx faz a sua primeira experiência política: de um lado, percebe – ainda que de forma pouco nítida – que nos conflitos políticos estão em jogo interesses econômico-sociais colidentes e que o papel arbitral e neutro do estado é uma aparência; de outro, verifica a vacilação e a covardia da burguesia liberal, que prefere os conchavos e os acordos à luta consequente pelos seus proclamados ideais de liberalismo (NETTO, 2009, p. 19).

Entretanto, em 1842 e 1843, o jovem Marx, ainda era um democrata radical e não havia se tornado um comunista. Desse modo, a linha principal da argumentação de Marx nos textos da *Gazeta Renana* se vincula às estruturas tradicionais da filosofia clássica e da filosofia hegeliana, segundo a qual, considera a política e o Estado fundamental para a realização humana e a expressão da racionalidade (CHASIN, 2009, p. 49)¹⁸. A transição para o

¹⁷ Em 19 de Janeiro de 1843, o governo decidiu proibir o jornal a partir de 1 de abril de 1843. Até lá, devia submeter-se a uma censura particularmente severa. O anúncio oficial declarava que a *Gazeta Renana* se distinguia por uma “tendência que manifestamente tinha por objetivo provocar a hostilidade para com [a ordem] existente no Estado e na Igreja, fomentar o descontentamento, vilipendiar mal-intencionadamente a administração do Estado... e insultar as potências amigas”. Esta última frase referia-se à violência crítica feita pela *Gazeta Renana* a propósito da ingerência do tsar nos problemas alemães, crítica que provocara o descontentamento dos representantes da autocracia russa. O embaixador czarista em Berlim anunciou satisfeito a Sampetersburgo que tinha sido proibido o jornal, “cuja orientação continuava a assumir um caráter abertamente revolucionário” (FEDOSSEIEV, P. N. et al., 1983, p. 44).

¹⁸ Nos artigos de *A Gazeta Renana*, Marx é um adepto vibrante da linha de pensamento – clássica e de origem tão remota quanto a própria filosofia – que identifica na política e no estado a própria realização do humano e de sua racionalidade. Em outros termos, estado e liberdade ou universalidade e civilização ou hominização se manifestam em determinações recíprocas, de

comunismo e a superação dessa forma de entendimento ocorreu na passagem de 1843 para 1844¹⁹ e corresponde à evolução teórico-prática que o autor alcançou entre estes anos e esta, serviu de base para o desenvolvimento de suas pesquisas posteriores e do seu engajamento com a luta dos trabalhadores (MANDEL, 1968, p. 16). Nesse sentido, considera José Paulo Netto:

O primeiro semestre de 1844 assinala a passagem do pensamento de Marx a um novo estágio de desenvolvimento, passagem [...] que nos revela um pensamento em transito da filosofia à crítica da Economia Política, no rumo da elaboração da teoria social e revolucionária (NETTO, 2015, p. 11).

No período posterior ao fechamento de *A Gazeta Renana*, Marx decide se recolher ao gabinete de estudos em *Kreuznach*, na França, com o objetivo de resolver as dúvidas que o assolavam em função dos chamados “interesses materiais”. Dessa experiência na *Gazeta Renana*, Marx se defronta com duas constatações: os limites da revolução burguesa e do liberalismo burguês; e da sua formação intelectual de base hegeliana, pois esta não dava conta dos problemas histórico-concretos e que era necessário superar essa filosofia para agir na transformação da realidade social (NETTO, 2009, p. 20). Em face disto, no período de cerca de 15 meses que vive na França, Marx começa a revelar o seu perfil de pensador original, no qual, faz uma crítica radical da filosofia do direito de Hegel²⁰ e empreende outros estudos, como o da

tal forma que a politicidade é tomada como predicado intrínseco ao ser social, e nessa condição – eterna, sob modos diversos, que de uma forma ou de outra maneira a conduziram à plenitude da estatização verdadeira na modernidade. Politicidade como atributo perene, positivamente indissociável da autêntica entificação humana, portanto constitutiva do gênero, de sorte que orgânica e essencial em todas as suas atualizações. Em suma, à época de *A Gazeta Renana*, Marx está vinculado às estruturas tradicionais da filosofia política, ou seja, à determinação ontopositiva da politicidade, e enquanto tal, formalmente, a uma das inclinações fortes e características do neo-hegelianismo (CHASIN, 2000, p. 132).

¹⁹ O ano de 1844 é o momento decisivo no seu percurso teórico. É nesse ano que ele (Marx) começa a lançar os fundamentos metodológicos que orientarão toda a sua obra (TONET, 2010, p. 9). Sobre isso, Bottomore acrescenta: “O período decisivo na formação da teoria social de Marx situa-se entre março de 1843, quando renunciou ao cargo de redator da *Rheinsche Zeitung* (*Gazeta Renana*), e outubro de 1844. Durante essa época, Marx escreveu uma extensa crítica da filosofia hegeliana do Estado, e publicou os seus dois ensaios – ‘Sobre a questão judia’ e ‘Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel: introdução’ – nos *Deutsch-Französische Jahrbücher* (*Anais Franco-Alemães*) e redigiu os Manuscritos econômicos e filosóficos. Os aspectos mais significativos do seu desenvolvimento intelectual são, primeiro, a formulação da concepção de proletariado, e, segundo, o início de sua crítica da economia política (BOTTOMORE, 1981, p. 12-13).

²⁰Hegel, Georg Wilhelm Friedrich (Stuttgart, 27 de agosto de 1770 – Berlim, 14 de novembro de 1831). Filho de um coletor de impostos, Hegel estudou filosofia, letras clássicas e teologia na

literatura francesa²¹ e da economia política inglesa²². Desses estudos resultam, principalmente, os seguintes textos, *Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução*, escrito entre dezembro de 1843 a janeiro de 1844; *Sobre a Questão judaica*, escrito entre agosto e dezembro de 1843; *Manuscritos Econômico-filosóficos*, escrito entre março e agosto de 1844 e *Glosas Críticas Marginais ao artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social” de um Prussiano*, publicado nos dias 7 e 10 de agosto de 1844, no jornal alemão, de tendência democrática, *Vorwärts! (Avante!)*. Os textos, *Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução* e *Sobre a Questão judaica* -são publicados no número duplo dos *Anais Franco-Alemães*²³ em fevereiro de 1844 e marcam a inflexão intelectual de Marx, a partir da qual, passa a elaborar seu próprio pensamento (CHASIN, 2009, p. 57). Nesta direção, Daniel Bensaïd afirma:

Os dois artigos publicados na primavera de 1844 nos *Anais Franco-Alemães* marcam, portanto, exatamente uma guinada na formação do pensamento crítico de Marx. Eles constituem um adeus definitivo à filosofia alemã especulativa e inauguram, no entanto com o proletariado parisiense, o grande canteiro de obras críticas (BENSAÏD, 2010, p. 27).

Com a mudança em seu pensamento, Marx supera a filosofia especulativa alemã, elabora uma crítica radical à concepção de Estado hegeliana, que até então, tinha lhe servido de base em suas reflexões sobre os

Universidade de Tübingen, passando depois a trabalhar como professor particular, primeiro em Berna e depois em Frankfurt. Em 1801 tornou-se docente universitário (*Privatdozent*) e, em 1805, professor da Universidade de Jena, onde foi escrita sua primeira obra importante, *Phänomenologie des Geistes* (Fenomenologia do Espírito), publicada em 1807. De 1808 a 1816, foi reitor do Aegidiengymnasium em Nuremberg e, em seguida, professor em Heidelberg (1816-1818) e em Berlim, onde ficou de 1818 até sua morte e onde começou a formar-se um escola hegeliana (BOTTOMORE, 1988, p. 175).

²¹ Em Kreuznach, Marx trabalha numa revisão crítica da filosofia política de Hegel, iniciada provavelmente em março de 1842. É neste volumoso manuscrito que Marx rompe definitivamente com a ideia de estado como instituição racional. Além disso, estuda a história da revolução francesa (Ludwig, Ranke, Wachsmuth). Entre as leituras desse período podem ser salientadas igualmente: Rousseau, *O Contrato Social*; Montesquieu, *O Espírito das Leis*; Maquiavel, *Do Estado*; Th. Hamilton, *Homens e Costumes da América* (RUBEL, 1991, p. 25).

²² De abril a Junho de 1844, Marx se dedica ao estudo da economia política e preenche vários cadernos com extratos de leitura, que são acompanhados por comentários apaixonados. Durante esse ano lerá os economistas ingleses em tradução francesa (A. Smith, D. Ricardo, J. Mill, MacCulloch), além de Boisguillebert, J. B. Say, Skarbek, S. Sismondi, E. Buret, W. Schulz, etc. (RUBEL, 1991, p. 26).

²³ O primeiro e único fascículo dos *Anais Franco-Alemães* circula em Paris no fim de fevereiro. Além das contribuições de Marx e Ruge, contém o ensaio de Engels, *Esboços de uma Crítica da Economia Política*; os *Cantos de Louvor ao Rei Luís*, de Heine; *Traição*, poema de G. Herwegh e as cartas de Paris, de Moses Hess. Engels figura também com uma resenha do *Passado e Presente*, de Carlyle (RUBEL, 1991, p. 26).

chamados problemas materiais. A concepção crítica sobre o Estado e sua função na sociedade de classes elaborada por Marx nesse período é praticamente a mesma que aparecerá em textos posteriores, como no *Manifesto Comunista*, de 1848; *A guerra civil na França*, de 30 de maio de 1871. Sobre essa revisão crítica da filosofia política de Hegel, no Prefácio a *Contribuição crítica da economia política* de 1859, Marx considera:

O primeiro trabalho que empreendi para resolver as dúvidas que me assaltavam foi uma revisão crítica da Filosofia do Direito, de Hegel, trabalho cuja introdução apareceu nos *Anais franco-alemães*, publicados em Paris em 1844. **Minhas investigações me conduziram ao seguinte resultado: as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas**, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; **essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência**, em totalidades, condições estas que Hegel, a exemplo dos ingleses e dos franceses do século 18, compreendia sob o nome de “sociedade civil”. **Cheguei também à conclusão de que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política** (MARX, 2008, p. 45, grifos nossos).

Marx observa, ainda tendo por base principal a reflexão filosófica, que as relações jurídicas e o Estado devem ser explicadas a partir das condições materiais, a partir da realidade concreta que produz a necessidade de constituição dessas estruturas. É também na *Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução*, que aparece pela primeira vez o proletariado na obra de Marx. O proletariado, pelo lugar que ocupa na sociedade civil (capitalista), passa a ser considerado por Marx, o agente da emancipação, ou seja, o proletariado é o sujeito essencial da transformação da sociedade e da construção de uma nova sociedade. Neste sentido, na *Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução*, Marx precisa:

Na formação de uma classe que tenha cadeias radicais, de uma classe na sociedade civil que não seja uma classe da sociedade civil, de um estamento que seja a dissolução de todos os estamentos, de uma esfera que possua caráter universal porque os seus sofrimentos são universais e que não exige uma reparação particular porque o mal que lhe é feito não é um mal particular, mas o mal geral, que já não possa exigir um título histórico, mas apenas um título humano; de uma esfera que não se oponha a consequências particulares, mas que se oponha totalmente aos pressupostos do sistema político alemão; por fim, de uma esfera que não pode emancipar-se a si mesma nem se emancipar de todas as outras esferas da sociedade sem emancipá-las a todas – o que é, em suma, a perda total da humanidade, portanto, só pode

redimir-se a si mesma por uma redenção total do homem. A dissolução da sociedade, como classe particular, é o proletariado. [...] **Assim como a filosofia encontra as armas materiais no proletariado, assim o proletariado tem suas armas intelectuais na filosofia. [...] A filosofia é a cabeça desta emancipação e o proletariado é seu coração. A filosofia não pode realizar-se sem a supra-sunção do proletariado, o proletariado não pode supra-sumir-se sem a realização da filosofia** (MARX, 2005, p. 156, grifos nossos).

É em Paris que Marx tem contato com o movimento organizado dos trabalhadores e com a luta desses trabalhadores pela transformação da sociedade o marcam profundamente (KONDER, 2015, p. 32). Isso pode ser comprovado na *Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução*, na qual, Marx elege o proletariado como o sujeito da ação de transformação da sociedade. De fato, o encontro de Marx em Paris com a luta do proletariado, conforme Bensaïd (2010, p. 27): “é grande canteiro de suas obras críticas”. Nesta esteira, se situa o texto *Sobre a Questão judaica e as Glosas Críticas Marginais ao Artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social” de um Prussiano*. Em *Sobre a Questão Judaica*, Marx faz uma dura crítica ao pensamento de Bruno Bauer²⁴, na qual, expôs em termos concretos e não mais idealista, a diferença entre emancipação política e a emancipação humana. Considera que a emancipação política é promovida pela burguesia, é parcial, pois não suprime a exploração do homem pelo homem, a sociedade de classes e a emancipação humana é a que será efetivada pelo proletariado, será universal, porque superará a exploração do homem pelo homem, ou seja, eliminará a sociedade de classes e realizará a emancipação real.

Em *Sobre a Questão Judaica* (1843), Marx critica a análise de Bruno Bauer sobre a emancipação política dos judeus, considerando que o mesmo não resolveu essa questão por ficar restrito ao campo meramente religioso. “Bauer formula a questão de modo idealista, religioso e teológico” (LUKÁCS, 2009, p. 165). Ao se referir ao posicionamento de Bauer, Marx se expressa nos seguintes termos:

²⁴ Filósofo e teólogo alemão (1809-1882); considerado da esquerda hegeliana por causa de suas obras *Crítica dos fatos contidos no Evangelho de São João* (1840) e *Crítica da história evangélica dos sinópticos* (1841), suas teses tiveram efeito demolidor, mas foram postas em dúvida por Marx e Engels (JAPIASSU; MARCONDES, 1993, p. 34).

Ele impõe condições que não estão fundadas na essência da emancipação *política* mesma. Ele levanta perguntas que não estão contidas na tarefa que se propôs e resolve problemas que deixam o seu questionamento sem resposta. Bauer diz sobre os adversários da emancipação dos judeus que: “Seu único erro foi presumirem que o Estado cristão é o único verdadeiro e não o submeterem à mesma crítica com que contemplaram o judaísmo” (p. 3); diante disso, **vemos o erro de Bauer no fato de submeter à crítica tão somente o “Estado cristão”, mas não o “Estado como tal”**, no fato de não investigar a *relação entre emancipação política e emancipação humana* e, em consequência, de impor condições que só se explicam a partir da confusão acrítica da emancipação política com a emancipação humana em geral (MARX, 2010, p. 36, grifos nossos).

Marx deixa claro que a crítica de Bruno Bauer se limita ao aspecto teológico – “*vemos o erro de Bauer no fato de submeter à crítica tão somente o “Estado cristão”, mas não o “Estado como tal”* - ou seja, ele considera que o problema da emancipação política se resolve na crítica da religião. Marx, ao contrário de Bauer, dirige sua crítica ao “*Estado como tal*” e o que ele representa em termos concreto. Por isso, em Marx: “*A questão da relação entre emancipação política e religião transforma-se para nós na questão da relação entre emancipação política e emancipação humana*” (MARX, 2010, p. 38).

Para Marx, a questão fundamental não se refere à relação entre emancipação política e religião, mas entre a emancipação política e a emancipação humana. A emancipação política é a emancipação do Estado e não elimina as contradições da sociedade, enquanto a emancipação humana, é a emancipação real e efetiva. Nesse sentido, em Sobre a questão judaica, Marx argumenta:

A emancipação *política* do judeu, do cristão, do homem *religioso* de modo geral consiste na *emancipação* do Estado em relação ao judaísmo, ao cristianismo, à *religião* como tal. Na sua forma de *Estado*, no modo apropriado à sua essência, o Estado se emancipa da religião, emancipando-se da *religião do Estado*, isto é, quando o Estado como Estado não professa nenhuma religião, mas, ao contrário, professa-se Estado. A emancipação *política* em relação à religião não é a emancipação já efetuada, isenta de contradições, em relação à religião, porque a emancipação política ainda não constitui o modo já efetuada, isento de contradições, da emancipação *humana* (MARX, 2010, p. 38).

A emancipação política, por ser burguesa, não elimina a religião, não elimina as contradições na sociedade, não produz a liberdade e a igualdade

efetiva entre homens, ela representa a liberdade do Estado frente à religião. A emancipação política constituiu um avanço, mas os seus limites são evidentes e podem ser constatados nas sociedades em que ela se realizou. Por isso, Marx é categórico: “O limite da emancipação política fica evidente de imediato no fato de o Estado ser capaz de se libertar de uma limitação sem que o homem realmente fique livre dela, no fato de o estado ser capaz de ser um **Estado Livre sem que o homem seja um homem livre**” (MARX, 2010, p. 39, grifos nossos).

Marx, em *Sobre a questão judaica*, alcança a clareza do significado da emancipação política, ou seja, é a emancipação da classe burguesa. Ela traz apenas a liberdade jurídica, uma emancipação formal, isto é, proclama uma liberdade que não pode se realizar na sociedade burguesa (LUKÁCS, 2009, p. 167). A emancipação política é o resultado da revolução burguesa, portanto, emancipação da burguesia e não do proletariado e nem da humanidade.

A emancipação política de fato representa um grande progresso; não chega a ser a forma definitiva da emancipação humana em geral, mas constitui a forma definitiva da emancipação humana dentro da ordem mundial vigente até aqui. Que fique claro: estamos falando aqui de emancipação real, de emancipação prática (MARX, 2010, p. 41, grifos nossos).

Com a emancipação política, a burguesia se efetiva como a classe dominante (governante) com a consolidação do regime político moderno em substituição ao Antigo Regime, o feudal²⁵, mas isso não significou a eliminação da sociedade de classes e nem levou a emancipação humana. A emancipação política é a forma definitiva da emancipação humana dentro da ordem vigente, dentro da sociedade capitalista. A emancipação política trouxe uma forma de liberdade superior à que existia na sociedade feudal, mas deixa intactas as raízes da desigualdade social, que é a propriedade privada dos meios de produção (TONET, 2010, p. 27). O trabalhador se torna “livre”, mas não deixa de ser trabalhador, não deixa de ser explorado. Antes como servo, na sociedade

²⁵ A emancipação política representa concomitantemente a dissolução da sociedade antiga, sobre a qual está baseado o sistema estatal alienado do povo, o poder do soberano. **A revolução política é a revolução da sociedade burguesa.** Qual era o caráter da sociedade antiga? Uma palavra basta para caracterizá-la: a feudalidade (MARX, 2010, p. 51, grifos nossos).

feudal, na sociedade capitalista, como assalariado²⁶. Por isso, Marx chega à conclusão de que o objetivo a ser buscado pelo proletariado não é a emancipação política, mas a emancipação humana. Sobre isto, afirma Marx em *Sobre a questão judaica*:

A emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente, e, por outro, a *cidadão*, a pessoa moral. Mas a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado *ente genérico* na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas "*forces propres*" (forças próprias) como forças *sociais* e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força *política* (MARX, 2010, p. 54).

Portanto, emancipação política foi o resultado da revolução burguesa, da classe burguesa. Dessa forma, ela não pode emancipar a humanidade, ou seja, não supera a sociedade de classes, pois é fundada na particularidade e no interesse individual (da classe burguesa). A emancipação humana, que é real e que produzirá a igualdade efetiva entre os homens, é de uma outra natureza, é social, é universal e só pode ser levada a cabo por outra classe social, o proletariado.

Marx, no texto as *Glosas Críticas Marginais ao Artigo "O Rei da Prússia e a Reforma Social" de um Prussiano*, em discussão com Arnold Ruge²⁷,

²⁶O escravo romano estava preso por grilhões a seu proprietário; o assalariado o está por fios invisíveis. Sua aparência de independência é mantida pela mudança constante de padrões individuais e pela fictio juris do contrato (MARX, 2013, p. 648). O produtor direto, o trabalhador, só pôde dispor de sua pessoa depois que deixou de estar acorrentado à gleba e de ser servo ou vassalo de outra pessoa. Para converter-se em livre vendedor de força de trabalho, que leva sua mercadoria a qualquer lugar onde haja mercado para ela, ele tinha, além disso, de emancipar-se do jugo das corporações, de seus regulamentos relativos a aprendizes e oficiais e das prescrições restritivas do trabalho. Com isso, o movimento histórico que transforma os produtores em trabalhadores assalariados aparece, por um lado, como libertação desses trabalhadores da servidão e da coação corporativa, e esse é o único aspecto que existe para os nossos historiadores burgueses. Por outro lado, no entanto, esses recém-libertados só se convertem em vendedores de si mesmos depois de lhes terem sido roubados todos os seus meios de produção, assim como todas as garantias de sua existência que as velhas instituições feudais lhes ofereciam (MARX, 2013, p. 787).

²⁷Arnold Ruge (1802-1880) nació en Bergen (Sajonia) y estudió filología y filosofía en las Universidades de Jena, Halle y Heidelberg. Ruge se destacó en la fundación y dirección de publicaciones periódicas en las cuales colaboraron principalmente los hegelianos, y sobre todo los hegelianos de izquierda: los *Hallische Jahrbücher für Deutsche Wissenschaft und Kunst*, fundados en 1838, en colaboración con Theodor Echermeier y en donde escribieron, entre otros, D. F. Strauss, L. Feuerbach, Bruno Bauer, E. Zeller, Heine. En 1841 Ruge tuvo que trasladarse a Dresde por presión del gobierno prusiano y allí continuó su publicación con el

aprofunda o debate entre o significado da revolução política e da revolução social. “A revolução política é a da sociedade burguesa” (MARX, 2010, p. 51), ou seja, é a manutenção do Estado burguês e de todas as suas contradições. Já a revolução social representa a superação da revolução política, cujo resultado foi a emancipação política. A revolução social tem como objetivo a emancipação humana, a humanidade emancipada, ou seja, a sociedade comunista.

Em as *Glosas Críticas Marginais ao Artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social” de um Prussiano*, Marx explicita de modo cortante para o protagonismo do proletariado no processo de transformação efetiva da sociedade, com vista à emancipação humana. **“O proletariado proclama, de modo claro, cortante, implacável e poderoso, o seu antagonismo com a sociedade da propriedade privada”** (MARX, 2010, p. 68, grifos nossos). Ao polemizar com Arnold Ruge sobre a revolta dos tecelões da Silésia, Marx, inequivocamente diferencia o proletário da burguesia, a emancipação humana da política e a revolução social da política. Para ele, a revolta dos tecelões supera todas as outras revoltas anteriores dos trabalhadores, pois traz de forma lúcida o antagonismo entre burguesia e proletariado. Em as *Glosas*, Marx ressalta a natureza da revolta dos tecelões da Silésia e sua diferença em relação às revoltas anteriores dos trabalhadores, com os seguintes termos:

A revolta silesiana começa exatamente lá onde terminam as revoltas dos trabalhadores franceses e ingleses, isto é, na consciência daquilo que é a essência do proletariado. A própria ação traz este caráter superior. Não só são destruídas as máquinas, essas rivais do trabalhador, mas também os livros comerciais, os títulos de propriedade, e enquanto todos os outros movimentos se voltavam primeiramente contra o senhor da indústria, o inimigo visível, este movimento volta-se também contra o banqueiro, o inimigo oculto. Enfim, nenhuma outra revolta de trabalhadores ingleses foi conduzida com tanta coragem, reflexão e duração (MARX, 2010, 68, grifos nossos).

nombre de *Deutsche Jahrbücher für Wissenschaft und Kunst*, em los que empezó a colaborar Marx. Por nueva presión del gobierno prusiano fue suspendida la publicación. El mismo año se traslado Ruge a París, donde fundo, como continuación de los anteriores *Jahrbücher*, los *Deutsch französische Jahrbücher*, em cuya dirección colaboró Marx. Sin embargo, Ruge rompió pronto con Marx y se traslado primero a Zürich y luego a Frankfurt, donde se consagró a actividades políticas. En 1848 fundó em Berlín *Die Reform*, que fue suspendida el mismo año. Emigrado a Inglaterra, donde falleció, siguió dedicándose a actividades políticas en favor del movimiento democrático y liberal europeo, pero poco después de advenir Bismarck al poder se adhirió a la política bismarckiana (MORA, 1971, p. 594-595).

Nas Glosas, Marx explicita a contradição entre o projeto do proletariado e o da burguesia pela contradição entre o político e o social (FREDERICO, 2009, p. 114). A luta do proletariado deve ser social, pois a política não altera a sua condição material. Assim, era imperativo sair do ponto de vista político para poder imprimir uma transformação radical na sociedade (MÉSZÁROS, 2002, p. 564). Isso significa que a luta do proletariado não deveria ser dirigida para a conquista do poder político (o Estado), mas para sua supressão, já que a sua existência implicava (e implica) a manutenção da propriedade privada e da exploração do homem pelo homem.

Marx, em as Glosas, pela análise do processo histórico em curso, chega a compreensão que o proletariado tem que buscar outro tipo de revolução, a social, pois nos países em que a revolução política tinha se realizado, a sua condição de vida não havia melhorado, pelo contrário, o pauperismo generalizava-se. Por isso, o proletariado não deveria limitar à sua luta nos marcos da revolução política, pois esta representava os interesses da burguesia. Nesse sentido, Marx afirma:

Já demonstramos ao "prussiano" quanto o intelecto político é incapaz de descobrir a fonte da miséria social. Apenas mais uma palavra sobre essa sua concepção. Quanto mais evoluído e geral é o intelecto político de um povo tanto mais o proletariado - pelo menos no início do movimento - gasta suas forças em insensatas e inúteis revoltas sufocadas em sangue. Uma vez que ele pensa na forma da política, vê o fundamento de todos os males na vontade e todos os meios para remediá-los na violência e na derrocada de uma determinada forma de Estado. Demonstração: as primeiras revoltas do proletariado francês. Os operários de Lyon julgavam perseguir apenas fins políticos, ser apenas soldados do socialismo. Deste modo, o seu intelecto político lhes tornou obscuras as raízes da miséria social, falseou o conhecimento dos seus objetivos reais e, deste modo, o seu intelecto político enganou o seu instinto social (MARX, 2010, p. 73).

Desse modo, o instinto social do proletariado não pode ser falseado na revolução meramente política, visto que esta leva ao fortalecimento do Estado burguês. Para Marx, a revolução social deve ser seu objetivo máximo, porque é a única que poderá resultar numa sociedade verdadeiramente humana, ou seja, numa sociedade emancipada. Considera que a revolução política foi um avanço e necessária, mas não pode se constituir o norte da luta dos trabalhadores, pois

seu horizonte se reduz a emancipação política. Por isso, em as *Glosas*, Marx enfatiza:

Mas a comunidade da qual o trabalhador está isolado é uma comunidade inteiramente diferente e de uma outra extensão que a comunidade política. Essa comunidade, da qual é separado pelo seu trabalho, é a própria vida, a vida física e espiritual, a moralidade humana. **A essência humana é a verdadeira comunidade humana.** E assim como o desesperado isolamento dela é incomparavelmente mais universal, insuportável, pavoroso e contraditório, do que o isolamento da comunidade política, assim também a supressão desse isolamento e até uma reação parcial, uma revolta contra ele, é tanto mais infinita quanto infinito é o homem em relação ao cidadão e a vida humana em relação à vida política. Deste modo, por mais parcial que seja uma revolta industrial, ela encerra em si uma alma universal; e por mais universal que seja a revolta política, ela esconde, sob as formas mais colossais, um espírito estreito (MARX, 2010, p. 75, grifos nossos).

Para Marx, a revolução política é parcial, estreita e resulta numa sociedade em que a liberdade é meramente formal. A constatação real de que a liberdade essencial não poder efetivar-se sob a (des) ordem humano-societária do capital, possibilita ao proletariado não se iludir com a emancipação política (CHASIN, 2000, p. 151). Assim, para Marx, a luta política do proletariado não é pela emancipação política, mas pela emancipação humana, que só pode ser efetivada com a revolução social.

Uma revolução social se situa do ponto de vista da totalidade porque - mesmo que aconteça apenas em um distrito industrial - ela é um protesto do homem contra a vida desumanizada, porque parte do ponto de vista do indivíduo singular real, porque a comunidade, contra cuja separação o indivíduo reage, é a verdadeira comunidade do homem, é a essência humana (MARX, 2010, p. 76).

Por isso, o proletariado deve orientar as suas lutas políticas não com o objetivo de chegar ao poder e colocar o Estado ao seu serviço, pois a manutenção do Estado implica em ficar restrito aos marcos da emancipação política e em dar continuidade a exploração e a dominação do homem pelo homem. As suas lutas políticas devem orientar-se pela lógica da revolução social, que destruindo a máquina estatal abre caminho para a sociedade realmente emancipada. Desse modo, em as *Glosas Críticas*, Marx se opõe

radicalmente a toda tradição política ocidental, desde Platão²⁸, Aristóteles²⁹ à Hegel, ao considerar que o Estado devia ser destruído em uma sociedade socialista (TONET, 2010, p. 11). A esse respeito, Marx acrescenta em as *Glosas*:

A revolução em geral - a derrocada do poder existente e a dissolução das velhas relações - é um ato político. Por isso, o socialismo não pode efetivar-se sem revolução. Ele tem necessidade desse ato político na medida em que tem necessidade da destruição e da dissolução. No entanto, logo que tenha início a sua atividade organizativa, logo que apareça o seu próprio objetivo, a sua alma, então o socialismo se desembaraça do seu revestimento político (MARX, 2010, p. 78).

Portanto, para Marx, a revolução social deve se sobrepor à revolução política, assim como a emancipação humana deve estar acima da emancipação política, pois somente elas (Revolução Social/ Emancipação Humana) podem levar a uma sociedade efetivamente humana, a sociedade socialista (comunista), que realmente promoverá a superação de toda forma exploração do homem pelo homem.

As reflexões de Marx realizadas nos textos anteriores ainda tinham um predomínio da filosofia, mas em os *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, que foi escrito no segundo semestre de 1844, a partir dos seus estudos de economia política, Marx elaborou uma “análise bem estruturada do modo de produção capitalista, ou mais, da forma capitalista da atividade de produção” (RANIERI, 2010, p. 14). Desse modo, os *Manuscritos Econômico-filosóficos* são a primeira obra de Marx no campo da economia política e constituem o primeiro esforço do pensador alemão em criticar os dados clássicos à luz da realidade da sociedade burguesa (MANDEL, 1968, p. 38). Nessa perspectiva de entendimento dos *Manuscritos Econômico-filosóficos* de 1844, José Paulo Netto acrescenta:

²⁸Platão nasceu em Atenas, em 428/427 a. C. Seu verdadeiro nome era Aristócles. Platão é um apelido que derivou, como referem alguns, de seu vigor físico ou, como contam outros, da amplitude de seu estilo ou ainda da extensão de sua testa (em grego, *platôs* significa precisamente “amplitude”, “largueza”, “extensão”). Platão foi discípulo de Sócrates, cuja morte marcou profundamente sua vida e os encaminhamentos de sua posição teórica. Platão travou diversos embates políticos e em 347 a. C. morreu em Atenas (REALE, 1994, p. 126).

²⁹Filósofo grego (nascido em Estagira, Macedônia). Discípulo de Platão na Academia. Preceptor de Alexandre Magno. Construiu um grande laboratório, graças à amizade com Felipe e seu filho Alexandre. Aos cinquenta anos funda sua própria escola, o Liceu, perto de um bosque dedicado a Apolo Lício. Daí o nome de seus alunos: os peripatéticos. Seus últimos anos são entremeados de lutas políticas. O partido nacional retoma o poder em Atenas. Aristóteles se exila na Eubéia, onde morre (JAPIASSU; MARCONDES, 1993, p. 25).

Nos Manuscritos está o passo inicial do que constituirá a crítica da Economia Política que Marx empreende a partir de 1844 e que terá a sua perspectiva teórico-metodológica determinada ao fim de quase três lustros de pesquisa. [...] **É como os manuscritos que Marx abre a grande inflexão que seu pensamento experimentará nos anos 1844-1846 – cobrindo, pois, a sua elaboração (com Engels a seu lado) até as Teses sobre Feuerbach e A ideologia alemã.** (NETTO, 2015, p. 104, grifos nossos).

Nos Manuscritos está o passo inicial da futura crítica da economia política de Marx (*O Capital*) e estes, segundo Lukács (2009, p. 180), tiveram o estímulo do genial escrito de Engels³⁰, *Esboço de uma crítica da economia política*, publicado nos *Anais Franco-Alemães*. Por ser o passo inicial de sua crítica da economia política, os *Manuscritos Econômico-filosóficos* têm suas limitações, como por exemplo, o problema da produção do valor e do mais-valor. Por isso, segundo Ernest Mandel, a parte mais relevante dos *Manuscritos* se refere à análise dos fundamentos socioeconômicos da alienação. Sobre isso, acrescenta:

Marx se esforça agora por cavar mais profundamente e descobre as raízes últimas da alienação humana no trabalho alienado, isto é, na divisão do trabalho e na produção mercantil. Entre produção mercantil, divisão do trabalho e propriedade privada há uma interação constante na produção da alienação, mas é a divisão do trabalho que é seu ponto de partida histórico (MANDEL, 1968, p. 35).

As considerações que Marx faz em os *Manuscritos Econômico-filosóficos* de 1844 sobre a questão da alienação humana, diferentemente de

³⁰Friedrich Engels nasceu em 1820. Filho de um industrial têxtil foi educado nos rigores do calvinismo. Desde a escola secundária mostrava ambições literárias radicais. Iniciou os estudos sobre Hegel em 1841 em Berlim quando se ligou intimamente ao círculo dos jovens hegelianos. Em 1842 partiu para a Inglaterra para trabalhar na firma de seu pai. Já era um jovem comunista. Em 1845, distancia-se do grupo dos hegelianos e escreve *A condição da classe trabalhadora na Inglaterra*, enfatizando que a classe operária seria o instrumento da transformação revolucionária para o comunismo. Teve o primeiro contato com Marx e juntos lançaram em 1845 *A sagrada família*. Entre 1845 e 1850 o contato entre Engels e Marx foi muito estreito. Em 1850, instalou-se em Manchester e voltou a trabalhar na firma da sua família. Ali permaneceu até 1870. Além de trabalhar em sua bem sucedida atividade comercial, ajudou a família empobrecida de Marx. Quando a saúde de Marx começou a se agravar, Engels assumiu uma parte crescente do trabalho político de ambos, em particular a direção da Primeira Internacional. Depois da morte de Marx, em 1883, passou a maior parte de seu tempo organizando e publicando os segundo e terceiro volume de *O Capital*. Participou também ativamente da Segunda Internacional, que considerava o maior veículo para o desenvolvimento do socialismo. Estava trabalhando no quarto volume de *O Capital* quando morreu de câncer em 1895 (BOTTOMORE, 1988, p. 126-127).

outros autores como Feuerbach³¹, que a reduzem ao campo religioso (teológico), Marx a situa essencialmente a partir do trabalho, ou seja, do trabalho alienado na sociedade capitalista. Em relação ao pensamento de Feuerbach, Marx supera sua crítica da alienação, bem como o seu materialismo³². Sobre essa forma de trabalho (alienado), Marx, nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, discorre:

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas (Sachenwelt) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (Menshenwet). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral (MARX, 2010, p. 80, grifos nossos).

Essa concepção do trabalho alienado formulado em os *Manuscritos* por Marx, segundo a qual, o produto do trabalho não pertence ao trabalhador (produtor), mas ao proprietário dos meios de produção (o capitalista) e, por isso,

³¹ Filósofo alemão (1804-1872) é um pensador que faz parte da esquerda hegeliana. Rompe com Hegel em 1837, porque não reconhece no movimento da história a razão que Hegel nele coloca. Crítica sua filosofia procurando seu verdadeiro conteúdo. Hegel havia posto no cume de todo o processo dialético a ideia absoluta. Feuerbach interpreta essa ideia de modo teológico e, em seguida, a condena, colocando o homem no lugar de Deus (ou ideia). Em *A essência do Cristianismo* e em *A essência da religião* (1841), mostra que a religião é uma alienação do homem, adoração de ídolos criados pelos próprios homens que projetam suas esperanças em vez de realizá-las. Segundo Engels, essa opinião teve grande efeito em Marx. Está na origem do chamado humanismo ateu radical; o homem cria os deuses à sua imagem e semelhança, transfere para o Céu o ideal de justiça que não consegue realizar na Terra (JAPIASSU; MARCONDES, 1993, p. 98).

³² O principal defeito de todo o materialismo existente até agora (o de Feuerbach incluído) é que o objeto [Gegenstand), a realidade, o sensível, só é apreendido sob a forma do objeto [Objekt] ou da contemplação, mas não como atividade humana sensível, como prática; não subjetivamente. Daí o lado ativo, em oposição ao materialismo, [ter sido] abstratamente desenvolvido pelo idealismo – que, naturalmente, não conhece a atividade real, sensível, como tal. Feuerbach quer objetos sensíveis [sinnliche Objekte], efetivamente diferenciados dos objetos do pensamento: mas ele não apreende a própria atividade humana como atividade objetiva [gegenstandliche Tätigkeit]. Razão pela qual ele enxerga, na Essência do cristianismo, apenas o comportamento teórico como o autenticamente humano, enquanto a prática é apreendida e fixada apenas em sua forma de manifestação judaica, suja. Ele não entende, por isso, o significado da atividade revolucionária, prático-crítica (MARX, 2007, p. 533). É certo que Feuerbach tem em relação aos materialistas “puros” a grande vantagem de que ele compreende que o homem é também “objeto sensível”; mas, fora o fato de que ele apreende o homem apenas como “objeto sensível” e não como “atividade sensível” – pois se detém ainda no plano da teoria -, e não concebe os homens em sua conexão social dada, em suas condições de vida existentes, que fizeram deles o que são, ele não chega nunca até os homens ativos, realmente existentes, mas permanece na abstração “o homem” e não vai além de reconhecer no plano sentimental o “homem real, individual, corporal”, isto é, não conhece quaisquer outras “relações humanas” “do homem com o homem” que não sejam as do amor e da amizade, e ainda assim idealizadas. Não nos dá nenhuma crítica das condições de vida atuais (MARX; ENGELS, 2007, p. 32).

quanto mais ele produz, mais ele se empobrece, mais aumenta o poder objetivo do mundo das coisas (das mercadorias, do capital) sobre si mesmo, como um poder estranhado e que o domina³³, é uma evolução fundamental na análise econômica de Marx, tanto que em sua forma mais elaborada em sua obra de maturidade, *O Capital: crítica da economia política*, as suas linhas essenciais permanecem inalteradas, conforme pode-se verificar no Livro I de *O Capital*, em seu capítulo 21, a Reprodução simples:

O trabalhador sai do processo sempre como nele entrou: como fonte pessoal de riqueza, porém despojado de todos os meios para tornar essa riqueza efetiva para si. Como antes de entrar no processo seu próprio trabalho já está alienado dele [*ihm selbst entfremdet*], apropriado pelo capitalista e incorporado ao capital, esse trabalho se objetiva continuamente, no decorrer do processo, em produto alheio. Sendo processo de produção e, ao mesmo tempo, processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, o produto do trabalhador transforma-se continuamente não só em mercadoria, mas em capital, em valor que suga a força criadora de valor, em meios de subsistência que compram pessoas, em meios de produção que se utilizam dos produtores. Por conseguinte, o próprio trabalhador produz constantemente a riqueza objetiva como capital, como poder que lhe é estranho, que o domina e explora [...] (MARX, 2013, p. 645-646).

Em os *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*, Marx considera que a superação da alienação humana, do trabalho estranhado, da propriedade privada, passa pela a emancipação humana, que é compreendida em sua forma econômico-social, ou seja, como supressão do trabalho humano alienado (CORNU apud MANDEL, 1968, p. 163). Sobre essa questão, Marx, em os *Manuscritos*, afirma:

[...] que a emancipação da propriedade privada etc., da servidão, se manifesta na forma política da emancipação dos trabalhadores, não como se dissesse respeito somente à emancipação deles, mas porque na sua emancipação está encerrada a [emancipação] humana universal. Mas esta [última] está aí encerrada porque a opressão humana inteira está envolvida na relação do trabalhador com a produção, e todas as relações de servidão são apenas modificações e consequências dessa relação (MARX, 2010, p. 88-89, grifos nossos).

³³ O trabalhador produz o capital; o capital produz o trabalhador. O trabalhador [produz], portanto, a si mesmo, e o homem enquanto trabalhador, enquanto mercadoria, é produto do movimento total. O homem nada mais é do que trabalhador e, como trabalhador, suas propriedades humanas o são apenas na medida em que o são para o capital, que lhe é estranho (MARX, 2010, p. 91).

Para Marx, a emancipação humana passa pela emancipação dos trabalhadores (do trabalho), pois é somente por meio da emancipação do trabalho que se supera todas as formas de opressão, visto que estas, são consequências do trabalho alienado, do trabalho estranhado. A emancipação do proletariado significa a emancipação de todas as outras classes, por isso, o proletariado ao abolir a si mesmo, abole todas as outras classes e generaliza a emancipação humana (AVINERI, 1981, p. 108). Mas a emancipação humana, econômico-social, não é decorrente de um ato do pensamento. A emancipação humana, a sociedade emancipada (comunista)³⁴ requer uma ação real e concreta para a sua efetivação e esta ação, segundo Marx, deve ser levada a cabo pelo proletariado.

2.1 Do encontro com Friedrich Engels à publicação do Livro I de *O Capital*

A colaboração entre Marx e Engels só teve início no segundo semestre do ano de 1844, todavia ambos já haviam se encontrado na Gazeta Renana, em Colônia e Marx, como redator dos *Anais Franco-Alemães*, publicou em fevereiro de 1844 dois textos de Engels, *Esboços de uma crítica da economia política* e *A situação da Inglaterra*. Foi entre 28 de agosto e 6 de setembro de 1844, que se iniciou a colaboração direta entre Engels e Marx³⁵, tendo por objetivo, a publicação da obra, *A sagrada família*³⁶, na qual iniciaram o acerto de contas com o idealismo alemão, com os jovens-hegelianos de esquerda e consolidavam a postura materialista (NETTO, 2017, p. 140)³⁷. Sobre o sentido

³⁴Para superar o pensamento da propriedade privada, basta perfeitamente o comunismo pensado. Para suprimir a propriedade privada real, é preciso uma ação comunista real. A história há de trazê-la, e aquele movimento, que em pensamento já sabemos ser um movimento que se suprime, percorrerá na realidade um processo muito mais duro e extenso (MARX, 2015, p. 401).

³⁵ Em setembro, quando Friedrich Engels conheceu Marx em Paris, nascia uma amizade e uma cooperação que perdurariam pelo resto da vida. Ele proporcionou a Marx um conhecimento prático dos mecanismos do capitalismo, além de representar uma fonte de ajuda financeira sempre à mão e uma amizade que Marx cultivou durante toda a vida (MCLELLAN, 1975, p. 19).

³⁶ Escrita em 1844 e publicada em princípios de 1845, *A Sagrada Família* foi o primeiro livro em que Marx e Engels apareceram na condição de coautores (GORENDER, 2013, p. 20)

³⁷ *A sagrada família* ou *Crítica da crítica crítica*. Contra Bruno Bauer e consortes centra-se na crítica dos “jovens hegelianos”, especialmente nas suas concepções idealistas – o livro, realmente, dá início ao balanço da filosofia pós-hegeliana que Marx e Engels desenvolveriam logo mais. Em contraposição àquelas concepções, Marx não só consolida a sua postura

da obra, *A sagrada família ou A crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes*, Jacob Gorender, acrescenta:

Trata-se de obra caracteristicamente polêmica, que assinala o rompimento com a esquerda hegeliana. O título sarcástico identifica os irmãos Bruno, Edgar e Egbert Bauer e dá o tom do texto. Enquanto a esquerda hegeliana depositava as esperanças de renovação da Alemanha nas camadas cultas, aptas a alcançar uma consciência crítica, o que negava os trabalhadores, **Marx e Engels enfatizaram a impotência da consciência crítica que não se tornasse a consciência dos trabalhadores. E, nesse caso, só poderia ser uma consciência socialista** (GORENDER, 2013, p. 20, grifos nossos).

Marx e Engels, em *A sagrada família*, explicitam o papel fundamental do proletariado no processo de superação de uma sociedade assentada sob a propriedade privada, como a capitalista, mas também destacam a necessidade de os proletários possuírem a consciência crítica, a consciência socialista (comunista), pois só a partir desta, poderiam empreender uma ação (uma práxis) de efetiva transformação e supressão da sociedade burguesa. A este respeito, Marx e Engels, em *A sagrada família* afirmam:

O proletariado na condição de proletariado [...], é obrigado a supra-sumir a si mesmo e com isso à sua antítese condicionante, aquela que o transforma em proletariado: a propriedade privada. [...] Em seu desenvolvimento econômico-político, a propriedade privada se impulsiona a si mesma, em todo caso, à sua dissolução; contudo, apenas através de um desenvolvimento independente dela, inconsciente, contrário a sua vontade, condicionado pela própria natureza da coisa: **apenas enquanto engendra o proletariado enquanto proletariado, enquanto engendra a miséria consciente de sua miséria espiritual e física, enquanto engendra a desumanização consciente – e portanto supra-sunora – de sua própria desumanização.** O proletariado executa a sentença que a propriedade privada pronuncia sobre si mesma ao engendrar o proletariado, do mesmo modo que executa a sentença que o trabalho assalariado pronuncia sobre si mesmo ao engendrar a riqueza alheia e a miséria própria. Se **o proletariado** vence, nem por isso se converte, de modo nenhum, no lado absoluto da sociedade, pois ele **vence de fato apenas quando supra-sume a si mesmo e à sua antítese.** Aí sim tanto o proletariado quanto a sua antítese condicionante, **a propriedade privada**, terão desaparecido (MARX; ENGELS, 2009, p. 48-49, grifos nossos).

materialista, mas prossegue na crítica da economia política e na sinalização do protagonismo histórico da classe operária (NETTO, 2017, p. 140).

O proletariado na condição de proletariado (de explorado), só pode abolir esta situação, se extinguir o elemento que o torna proletariado, a propriedade privada. O resultado do desenvolvimento econômico-político da propriedade privada traz consigo o aprofundamento da miserabilidade física e espiritual do proletariado, como também a consciência de que essa condição de desumanidade pode e deve ser supressumida pelo próprio proletariado. Assim, o proletariado enquanto proletariado, ou seja, consciente de que sua miséria é causada pela propriedade privada capitalista, entende que para sair dessa condição de miséria e desumanidade, tem que agir concretamente para destruir a propriedade privada³⁸. Nesse sentido, Marx e Engels, em *A sagrada família* acrescentam:

[...] nas condições de vida do proletariado estão resumidas as condições de vida da sociedade de hoje, agudizadas do modo mais desumano; porque o homem se perdeu a si mesmo no proletariado, mas ao mesmo tempo ganhou com isso não apenas a consciência teórica dessa perda, como também, sob a ação de uma penúria absolutamente imperiosa – a expressão prática da necessidade -, que já não pode mais ser evitada nem embelezada, **foi obrigado à revolta contra essas desumanidades; por causa disso o proletariado pode e deve liberta-se a si mesmo.** Mas ele não pode libertar-se a si mesmo sem supra-sumir suas próprias condições de vida sem supra-sumir todas as condições de vida desumana da sociedade atual, que se resumem em sua própria situação (MARX; ENGELS, 2009, p. 49, grifos nossos).

O proletariado, por se encontrar nas piores condições de vida na moderna sociedade burguesa, expressa a desumanidade desta forma de sociedade. A sua situação é causada por esta forma de sociedade, desse modo, a sua revolta (a sua luta) em libertar-se dessa condição, é uma revolta (é uma luta) contra essa forma de sociedade. Por isso, o proletariado ao se libertar das suas condições de vida desumanas, suprimirá todas as desumanidades da sociedade burguesa.

Essas reflexões apresentadas por Marx e Engels em *A sagrada família* aparecem de forma mais elaborada na obra *A ideologia alemã*. Esta obra

³⁸ Os operários devem, portanto, procurar sair dessa situação que os embrutece, criar para si uma existência melhor e mais humana e, para isso, devem lutar contra os interesses da burguesia enquanto tal, que consistem precisamente na exploração dos operários (ENGELS, 2010, p. 247).

foi escrita por Marx e por Engels na passagem do ano de 1845 para o ano de 1846. Marx e Engels, em *A ideologia alemã*, fazem uma autocrítica do próprio itinerário filosófico que percorreram e acertaram as contas de forma definitiva com a antiga consciência. Sobre isso, o próprio Marx, no Prefácio da *Contribuição à crítica da economia política*, relata:

E quando, na primavera de 1845, ele também veio domiciliar-se em Bruxelas, resolvemos trabalhar em comum para salientar o contraste de nossa maneira de ver com a ideologia da filosofia alemã, visando, de fato, acertar as contas com a nossa antiga consciência filosófica. O propósito se realizou sob a forma de uma crítica da filosofia pós-hegeliana. O manuscrito [*A ideologia alemã*], dois grossos volumes em oitavo, já se encontrava há muito tempo em mãos do editor na Westphalia, quando nos advertiram que uma mudança de circunstâncias criava obstáculos à impressão. Abandonamos o manuscrito à crítica roedora dos ratos, tanto mais a gosto quanto já havíamos alcançado nosso fim principal, que era nos esclarecer (MARX, 2008, p. 47).

Em *A ideologia alemã*, Marx e Engels dirigem a crítica ao postulado fundamental do idealismo jovem-hegeliano de esquerda, segundo o qual, considerava que era suficiente “modificar a consciência”, “interpretar diferentemente o que existe” sem combater “de maneira nenhuma o mundo realmente existente” (LÖWY, 2002, p. 175). Marx, nas *Teses Ad Feuerbach* de 1845³⁹ expõe essa crítica de forma sintética na décima primeira tese: “Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” (MARX, ENGELS, 2007, p. 535). Nas *Teses sobre Feuerbach*, Marx faz um esboço das ideias fundamentais do materialismo histórico⁴⁰, que alguns meses mais tarde, como Engels, seria desenvolvida em *A ideologia Alemã* (MCLELLAN, 1990, p. 155). Além dessa crítica ao idealismo hegeliano de esquerda e do acerto de contas com a antiga consciência filosófica, na ideologia alemã, Marx e Engels, explicitaram pela primeira vez, as suas originais concepções teórico-metodológicas da sua teoria social (NETTO, 2017, p. 141).

³⁹ As Teses ad Feuerbach foram escritas por Marx em meados de 1845, em Bruxelas, e encontram-se no seu livro de anotações de 1844-1847 com o título de “1. Ad Feuerbach. Foram publicadas pela primeira vez em 1888, por Engels, como apêndice do seu livro Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã e com o título de “Marx sobre Feuerbach” (ENDERLE, 2007, p. 571).

⁴⁰ [...] as onze teses marxianas não apenas reavaliam criticamente o materialismo de Feuerbach, antes valorizado por Marx – nelas se funda a concepção materialista dialética que seria desenvolvida intensivamente no outro documento, escrito por Marx e Engels entre novembro de 1845 e abril de 1846, *A ideologia alemã* (NETTO, 2017, p. 140).

Nesta direção, o próprio Engels, no texto: *Para a história da liga dos comunistas*, de outubro de 1885, atesta:

Em Bruxelas na primavera de 1845, Marx [...] já havia desenvolvido plenamente, nas linhas fundamentais, a sua concepção materialista da história, e nos pusemos então a elaborar a nova concepção em detalhe e nas mais diversas direções (ENGELS, 1996, p. 138).

Marx e Engels, em *A ideologia alemã*, avançam na análise materialista da realidade⁴¹, que propicia a compreensão do processo de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho e dos meios de intercâmbio. Para eles, na sociedade atual (capitalista), estas forças se convertem em forças de destruição, que se assentam na exploração do trabalho de uma classe, o proletariado. Sobre esse processo, Marx e Engels, em *A ideologia alemã*, discorrem:

No desenvolvimento das forças produtivas advém uma fase em que surgem forças produtivas e meios de intercâmbio que, no marco das relações existentes, causam somente malefícios e não são mais forças de produção, mas forças de destruição (maquinaria e dinheiro) – e, ligado a isso, surge uma classe que tem de suportar todos os fardos da sociedade sem desfrutar de suas vantagens e que, expulsa da sociedade, é forçada à mais decidida oposição a todas as outras classes; uma classe que configura a maioria dos membros da sociedade e da qual emana a consciência da necessidade de uma revolução radical, a consciência comunista, que também pode se formar, naturalmente, entre as outras classes, graças à percepção da situação dessa classe; [...] para a criação em massa dessa consciência comunista quanto para o êxito da própria causa faz-se necessária uma transformação massiva dos homens, o que só se pode realizar por um movimento prático, por uma revolução; que a revolução, portanto, é necessária não apenas porque a classe dominante não pode ser derrubada de nenhuma outra forma, mas também porque somente com a revolução a classe que derruba datem o poder de desembaraçar-se

⁴¹ O fato é, portanto, o seguinte: indivíduos determinados, que são ativos na produção de determinada maneira, contraem entre si estas relações sociais e políticas determinadas. A observação empírica tem de provar, em cada caso particular, empiricamente e sem nenhum tipo de mistificação ou especulação, a conexão entre a estrutura social e política e a produção. A estrutura social e o Estado provêm constantemente do processo de vida de indivíduos determinados, mas desses indivíduos não como podem aparecer na imaginação própria ou alheia, mas sim tal como realmente são, quer dizer, tal como atuam, como produzem materialmente e, portanto, tal como desenvolvem suas atividades sob determinados limites, pressupostos e condições materiais, independentes de seu arbítrio. A produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real (MARX; ENGELS, 2007, p. 93).

de toda a antiga imundície e de se tornar capaz de uma nova fundação da sociedade (MARX;ENGELS, 2007, p. 41-42).

O proletariado, a classe que carrega todos os fardos da sociedade, não desfruta do resultado do próprio trabalho. Nesta condição, o proletariado pelo lugar que ocupa no processo de produção, desenvolve a consciência coletiva (de classe), de que é necessário empreender uma luta decidida, isto é, uma luta por uma revolução radical e que culmine numa sociedade comunista. A revolução, a mudança radical da sociedade, não se dá por um ato do pensamento, mas por um processo prático, não qual, o proletariado derruba a atual classe dominante (a burguesia) e funda uma nova sociedade, a comunista. Nessa mudança radical, Marx e Engels, também consideram a necessidade de os proletários derrubarem o Estado, que é uma expressão da sociedade de classes e dos interesses da burguesia⁴². Por isso, afirmam:

Os proletários, para afirmar a si mesmos como pessoas, têm de supressumir sua própria condição de existência anterior, que é, ao mesmo tempo, a condição de toda a sociedade anterior, isto é, o trabalho. Eles se encontram, por isso, em oposição ao Estado, a forma pela qual os indivíduos se deram, até então, uma expressão coletiva, e têm de derrubar o Estado para impor a sua personalidade (MARX; ENGELS, 200, p. 66).

Para Marx e Engels, a sociedade comunista ou o comunismo não é um ideal pelo qual a realidade terá de se regular. O comunismo é o movimento real, que a partir do próprio real, do próprio existe, supera o atual estado de coisas e instaura uma nova sociedade (MARX; ENGELS, 2009, p. 52). O comunismo é entendido por Marx e Engels como um projeto a ser realizado pelos trabalhadores a partir dos desenvolvimentos concretos, postos pelas forças

⁴² A [...] propriedade privada moderna corresponde o Estado moderno, o qual, gradualmente, por meio de impostos, foi adquirindo pelos proprietários privados e, por meio de dívidas públicas, ficou completamente à mercê destes, e cuja existência, nas subidas e quedas dos papéis do Estado na Bolsa, ficou totalmente dependente do crédito comercial que os proprietários privados, os burgueses, lhe concedem. Porque é uma classe, e não mais um estamento, a burguesia é obrigada, desde cedo, a organizar-se nacionalmente, e já não localmente, e a dar ao seu interesse médio uma forma geral. Pela emancipação da propriedade privada em relação à comunidade, o Estado adquiriu uma existência particular a par, e fora, da sociedade civil; mas ele nada mais é do que a forma de organização que os burgueses se dão, tanto externamente quanto internamente, para a garantia mútua da sua propriedade e dos seus interesses (MARX; ENGELS, 2010, p. 111).

produtivas capitalistas e não de forma idealista ou fantasiosa. Nesse preciso sentido, Marx e Engels, em *A ideologia Alemã*, acrescentam:

O comunismo distingue-se de todos os movimentos anteriores porque revoluciona os fundamentos de todas as relações de produção e de intercâmbio precedentes e porque pela primeira vez aborda conscientemente todos os pressupostos naturais como criação dos homens que existiram anteriormente, despojando-os de seu caráter natural e submetendo-os ao poder dos indivíduos associados. Sua organização é, por isso, essencialmente econômica, a produção material das condições dessa associação; ele faz das condições existentes as condições de associação. O existente que o comunismo cria é precisamente a base real para tornar impossível tudo o que existe independente dos indivíduos, na medida em que o existente nada mais é do que um produto do intercâmbio anterior dos próprios indivíduos (MARX, ENGELS, 2007).

Na *Ideologia alemã*, Marx e Engels esclarecem o que é o comunismo e o distinguiu de outros movimentos. Consideraram que o comunismo é um movimento real (dos proletários), que a partir do existente, ou seja, das relações de produção e de intercâmbio existente no capitalismo, fundam uma nova forma de produção (uma nova forma de trabalho), que é submetida aos interesses dos indivíduos associados.⁴³ Essas conclusões que Marx e Engels chegam na obra *A ideologia alemã* não serão modificadas em obras posteriores, como por exemplo, no Manifesto do partido comunista de 1848.

Se na obra *A ideologia alemã*, Marx e Engels, elaboraram os fundamentos de uma nova concepção de história, o materialismo histórico, na obra *A Miséria da filosofia* de 1847, conforme o próprio Marx, no Prefácio da *Contribuição à crítica da economia política*, foram expostos pela primeira vez, de forma científica, os pontos decisivos de sua maneira de analisar a realidade social (MARX, 2008, p. 47).

⁴³ A associação geral de todos os membros da sociedade para a utilização coletiva e racional das forças produtivas; a extensão da produção em proporções tais que possa satisfazer as necessidades de todos; a supressão do sistema de organização social no qual as necessidades de uns só são satisfeitas à custa de outros; a supressão completa das classes e de seus antagonismos, o desenvolvimento completo das capacidades de todos os membros da sociedade por meio da supressão da divisão do trabalho, pelo menos como até agora o foi, supressão essa que será feita por meio da educação baseada sobre o trabalho, da mudança de atividade, da participação de todos no gozo dos bens criados por todos; da fusão entre o cidade e o campo; tais serão as principais consequências da supressão da propriedade privada (ENGELS, 1987, p. 36).

A miséria da filosofia é a primeira obra, na qual Marx apresenta uma visão de conjunto do modo de produção capitalista, desde suas origens, do seu desenvolvimento, de suas contradições e da sua superação futura (MANDEL, 1968, p. 55). Para José Paulo Netto, *A Miséria da Filosofia*: “é o primeiro desenho do projeto teórico a que Marx dedicará o essencial da sua vida: a análise de conjunto do modo de produção capitalista” (NETTO, 2009, p. 31)⁴⁴. Ainda sobre o sentido e a importância da obra, Netto acrescenta:

Na miséria da filosofia [...] se conjugam, numa integração plena, os elementos constitutivos da evolução marxiana: o teórico-científico e o político-ideológico. De um lado, **o texto mostra o desenvolvimento das pesquisas de Marx no âmbito da economia política**: a crítica marxiana ao conteúdo das formulações pretensamente científicas de Proudhon é o eixo central do livro e as avaliações nele explicitadas serão reafirmadas inúmeras vezes na obra ulterior de Marx. De outro, **revela o estágio político alcançado por Marx: agora com seu projeto comunista revolucionário claramente formulado, ele é levado a combater firmemente quaisquer contrafações ideológicas que possam desviar o proletariado das tarefas prático-históricas que o processo social real confere a ele** (NETTO, 2009, p. 28, grifos nossos).

Em *A Miséria da filosofia*, Marx evolui significativamente em suas pesquisas em economia política, bem como no campo prático (político), com o projeto de construção de uma sociedade comunista. Por meio dessa articulação profunda entre o teórico e o prático, ou seja, entre as suas investigações no campo da economia política e a luta do proletariado, Marx combate duramente os posicionamentos teórico-práticos, como o de Proudhon⁴⁵, que atrapalham o

⁴⁴ Na *Miséria da filosofia*, Marx avança a sua primeira análise sistemática do modo de produção capitalista: historicizando as categorias econômicas, ele oferece (assumindo-se, pela primeira vez, como “economista”) uma visão de conjunto da gênese, do desenvolvimento e das contradições desse modo de produção (NETTO, 2017, p. 141).

⁴⁵ Proudhon, Pierre Joseph (1809 – 1865) O socialista francês Pierre Joseph Proudhon (nascido em Besançon) é um dos primeiros pensadores a lutar para que exista uma ciência da sociedade. Em seu livro *O que é a propriedade?* (1840), estuda o fenômeno da propriedade sob todos os seus ângulos: histórico, jurídico, moral, filosófico, econômico, etc. e mostra seus malefícios sobre a estrutura social. “A propriedade é um roubo”, diz ele. Entrega-se à militância política com ardor: “A igualdade ou a morte”, “Não queremos vossa caridade, queremos a justiça”. O que eu quero, declara, “é a destruição do feudalismo e a organização da cidade econômica”. Escreve a *Filosofia da miséria* (1846), contra a qual Marx escreve a *Miséria da filosofia*. Em seu último livro, *Da capacidade política das classes operárias*, publicado postumamente, acredita que o proletariado só pode ser considerado uma força política sob três condições: a) ter consciência de sua dignidade, de seu papel e de seu lugar na sociedade; b) poder analisar e expor esse papel; c) poder deduzir dessa análise um programa de ação política. Marx o critica porque ele acredita que a organização da sociedade será o equilíbrio, graças à sociologia, entre a ordem da natureza e a ordem política; porque acredita também numa evolução espontânea da sociedade; porque,

proletariado em avançar na luta contra a sociedade capitalista e na realização da sociedade comunista. O proletariado deve compreender que a sua condição é resultado das relações sociais de produção capitalista e que somente por meio da sua luta revolucionária contra a burguesia (contra o capital), é que superará a sua própria situação e a sociedade de classes. Nesse sentido, Marx, em *A Miséria da filosofia*, afirma:

A condição da libertação da classe laboriosa é a abolição de toda classe [...]. A classe laboriosa substituirá, no curso do seu desenvolvimento, a antiga sociedade civil por uma associação que excluirá as classes e seu antagonismo, e não haverá mais poder político propriamente dito, já que o poder político é o resumo oficial do antagonismo na sociedade civil. Entretanto, o antagonismo entre o proletariado e a burguesia é uma luta de uma classe contra a outra, luta que, levada à sua expressão mais alta, é uma revolução total (MARX, 2009, p. 191, grifos nossos).

A evolução na obra de Marx não se separa do seu intenso envolvimento com a luta dos trabalhadores (dos proletários) por uma sociedade realmente emancipada, por uma sociedade comunista. Nesse contexto, extremamente representativo, é publicado o *Manifesto Comunista*⁴⁶ em fevereiro de 1848, que é redigido por Marx e Engels, a pedido da Liga dos Comunistas. No *Manifesto Comunista*, Marx e Engels apresentam de forma sintética a sua visão de mundo, por isso, segundo Franz Mehring:

O manifesto é tão independente e original quanto qualquer escrito jamais foi. No entanto, não continha uma só ideia de Marx e Engels já não tivessem usado em seus escritos anteriores. Não era, portanto, uma revelação, mas uma apresentação da visão de mundo de seus autores em um espelho, cujo cristal não poderia estar mais polido e sua moldura mais justa (MEHRING, 2013, p. 156).

Dessa forma, no *Manifesto Comunista*, pode-se encontrar várias das ideias que Marx e Engels já haviam desenvolvido em outras obras. Assim, o *Manifesto Comunista* é uma verdadeira síntese da atividade teórico-prática de

enfim, acredita que “a república deve ser uma anarquia positiva”, não havendo mais Estado, só contratos sociais (JAPIASSU; MARCONDES, 1993, p. 203).

⁴⁶ O Manifesto do Partido Comunista foi publicado pela primeira vez no final de fevereiro ou início de março de 1848, em Londres. Segundo Bert Andreas, é provável que o próprio Marx tenha levado os originais de Bruxelas, sua residência no exílio, para Londres, na última semana de fevereiro de 1848. O Manifesto tinha sido encomendado a Marx pela Liga dos Comunistas (COGGIOLA, 2010, p. 9).

Marx e Engels, pois contém os principais resultados que haviam alcançado desde os anos de 1843-1844 (NOGUEIRA, 1996, p. 21). Nesta direção, Fernando Claudín acrescenta:

O manifesto comunista é uma síntese estreita — e um desenvolvimento em certos aspectos — dos principais resultados que Marx e Engels até então alcançaram na sua reflexão teórica sobre a revolução social. Constitui o documento básico para saber com que visão global da realidade e com que critérios para transformá-la [...] (CLAUDÍN, 1985, p. 16, tradução nossa)⁴⁷.

No *Manifesto Comunista*, Marx e Engels explicitaram sua compreensão da realidade, da sociedade capitalista, tendo em vista o objetivo político-revolucionário, que era o de contribuir com a organização da luta dos trabalhadores (dos proletários) contra a burguesia, pela emancipação do trabalho e na construção da sociedade comunista. Sobre o sentido do *Manifesto Comunista*, Heinrich Gemkow, considera:

É a certidão de nascimento do comunismo científico e do movimento operário revolucionário internacional, em linguagem magistral, Marx e Engels resumiram nele tudo o que eles tinham adquirido de conhecimentos científicos, e o que eles mesmos e o proletariado haviam juntado de experiências práticas. Nele fizeram uma apresentação concisa, sistemática, da sua teoria: do materialismo dialético e histórico, da economia política e da doutrina da luta de classes, da edificação da sociedade socialista e comunista (GEMKOW, 1984, p. 81).

Marx e Engels, a partir da análise materialista da história, no *Manifesto Comunista*, esclarecem como a sociedade se desenvolveu por meio da luta de classes e, principalmente, sobre o papel fundamental que cabe à classe trabalhadora atual, o proletariado, que consideraram a classe verdadeiramente revolucionária. Por isso, segundo Marx e Engels, em o *Manifesto Comunista*:

⁴⁷El Manifiesto Comunista es una síntesis apretada – y um desarrollo em ciertos aspectos – de los principales resultados a que habían llegado hasta entonces Marx y Engels em su reflexión teórica sobre la revolución social. Constituye el documento básico para conocer com qué visión global de la realidad y com qué criterios para transformarla [...] (CLAUDÍN, 1985, p. 16).

De todas as classes que hoje se opõem à burguesia, apenas o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. As demais classes vão-se arruinando e por fim desaparecem com a grande indústria; o proletariado é seu produto mais autêntico (MARX; ENGELS, 1996, p. 76, grifos nossos).

O proletariado é a classe verdadeiramente revolucionária, porque a sua oposição em relação a classe burguesa é inconciliável na sociedade capitalista⁴⁸. Desse modo, o proletariado tem uma função essencial no processo de luta por uma sociedade comunista, não por causa da miséria em que vive, mas pelo lugar que ocupa no processo de produção capitalista e na capacidade que tem de organizar-se como classe e de empreender uma ação coesa que outras classes exploradas do passado não possuíam (MANDEL, 1968, p. 25). Assim, o proletariado ao tomar consciência do lugar que ocupa no processo de produção na sociedade burguesa e de que a sua situação de miserabilidade e de pauperismo é gerada, é um resultado necessário do desenvolvimento das forças produtivas capitalista, se organiza como classe e passa a lutar coletivamente contra esse modelo de sociedade. Nessa perspectiva, Marx e Engels, no *Manifesto Comunista*, enfatizam:

Os operários começam a formar coalizões contra os burgueses; reúnem-se para defender seus salários. Chegam até mesmo a fundar associações permanentes para estarem precavidos no caso de eventuais sublevações. Aqui e ali a luta explode em revoltas. De tempos em tempos os operários triunfam, mas é um triunfo efêmero. O verdadeiro resultado de suas lutas não é o êxito imediato, mas a união cada vez mais ampla dos operários (MARX; ENGELS, 1996, p. 74).

Marx e Engels entendem que a luta do proletariado não deve se restringir à defesa dos salários ou a êxitos momentâneos (conquistas parciais), mas deve ser destinada à superação do próprio sistema capitalista⁴⁹. As lutas parciais do proletariado, por meio de suas associações (coalizões), são um

⁴⁸ Entre a burguesia e o proletariado, além das disputas ao redor dos salários, há uma contradição. Como toda a riqueza da burguesia advém da expropriação dos operários [...], o proletário apenas pode se libertar se for capaz de se livrar dessa exploração. O proletário apenas pode superar essa exploração se superar toda a exploração do homem pelo homem, se superar o sistema de assalariamento (LESSA, 2012, p. 42).

⁴⁹ [...] a classe operária não deve exagerar, a seus próprios olhos, o resultado final dessas lutas diárias. Não deve se esquecer de que a luta contra os efeitos, mas não contra as causas desses efeitos; que a luta para retardar o movimento descendente, mas não para mudar sua direção; que aplica paliativos, mas não cura a enfermidade (MARX, 2010, p. 140).

instrumento para a organização política cada vez mais ampla da classe trabalhadora contra o domínio da classe burguesa (do capital). Por meio dessa organização, o proletariado poderia empreender uma luta radical (revolucionária) para destruir as relações de produção burguesa e construir uma nova sociedade (a comunista), que eliminará o trabalho explorado (o trabalho assalariado) e se fundará no trabalho associado. Sobre esse processo, Marx e Engels, discorrem:

Quando, no curso do desenvolvimento, desaparecem os antagonismos de classes e toda a produção for concentrada nas mãos dos indivíduos associados, o poder público perderá seu caráter político. O poder político é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra. Se o proletariado, em sua luta contra a burguesia, se organiza forçosamente como classe, se por meio de uma revolução se converte em classe dominante e como classe dominante destrói violentamente as antigas relações de produção, destrói, juntamente com essas relações de produção, as condições de existência dos antagonismos entre as classes, destrói as classes em geral e, com isso, sua própria dominação de classe. Em lugar da antiga sociedade burguesa, com suas classes e antagonismos de classes, surge uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada uma é a condição para o livre desenvolvimento de todos (MARX; ENGELS, 2010, p. 59).

Tanto Marx quanto Engels compreendem que a superação da sociedade burguesa (capitalista) não ocorreria de uma forma espontânea e que o proletariado não se tornaria uma classe verdadeiramente revolucionária somente por sua condição no processo produtivo, mas que para isso, era fundamental que o proletariado tivesse a consciência de classe⁵⁰, o conhecimento de como o modo de produção capitalista funciona e da possibilidade concreta de sua supressão. Neste ensejo, Marx dedica parte significativa de sua vida, procurando elucidar por meio dos seus estudos no campo da crítica da economia política, os elementos essenciais da produção capitalista, tendo em vista, que estas investigações fossem conhecidas e apreendidas pelos trabalhadores. Por isso, além de sua atividade teórica, Marx se dedica a uma intensa atividade política e de formação do proletariado, com a qual, procura expor os pontos-chave dessa forma de produção, como: o trabalho assalariado, o preço, o lucro, o capital, etc. (TRASPADINI, 2010, p. 8).

⁵⁰ As condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Essa massa, pois, é já, face ao capital, uma classe, mas ainda não o é para si mesma. Na luta, de que assinalamos algumas fases, essa massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe (MARX, 2009, p. 190).

O texto *Trabalho Assalariado e Capital*, que foi publicado em 1849 na *Nova Gazeta Renana*⁵¹, expressa a conjugação da atividade de Marx (teórico-prática), visto que o mesmo, foi resultado de conferências que o autor ministrou na associação operária de Bruxelas⁵² em 1847, com o objetivo de dar formação política para os trabalhadores. Foi em *Trabalho Assalariado e Capital* que Marx apresentou avanços fundamentais na crítica da economia política burguesa, pois ao tratar da relação entre o trabalho assalariado e o capital, esteve a um passo em desvelar a lógica de reprodução do capital, por meio da teoria do mais-valor (MANDEL, 1968, p. 56). Sobre a relação entre o trabalho assalariado e o capital, Marx afirma:

A existência de uma classe que nada possui senão a capacidade de trabalho é a condição prévia necessária do capital. Somente quando o trabalho objetiva, passado, acumulado, domina sobre o trabalho vivo, imediato, é que o trabalho acumulado se transforma em capital. [...] O operário recebe meios de subsistência em troca de sua força de trabalho, mas o capitalista, em troca dos seus meios de subsistência, recebe trabalho, a atividade produtiva do operário, a força criadora por meio da qual o operário não só restitui o que consome, mas também dá ao trabalho acumulado um valor superior ao que ele anteriormente possuía. [...] O capital só pode se multiplicar sendo trocando por força de trabalho, criando o trabalho assalariado. A força de trabalho do operário assalariado só pode ser trocada por capital, multiplicando-o, fortalecendo o poder de que ele é escravo (MARX, 2010, p. 48-49).

Conforme o próprio Marx, as atividades na *Nova Gazeta Renana* e os acontecimentos posteriores conduziram-no a uma interrupção em seus estudos econômicos, que são retomados em Londres, em 1850 (MARX, 2008, p. 47). Entre o verão de 1852 e o outono de 1856, Marx interrompeu o trabalho de crítica à economia política, devido a sua atividade em publicações jornalísticas (ROSDOLSKY, 2001, p. 24). Após esse período, o pensador alemão desenvolveu e aprofundou a sua crítica da economia política burguesa e no qual,

⁵¹ Nova Gazeta Renana, jornal publicado em Colônia sob a direção de Marx, de 1º de junho de 1848 a 19 de maio de 1849. Engels fazia parte da redação.

⁵² A associação dos Operários Alemães de Bruxelas foi fundada por Marx e Engels no final de agosto de 1847, com vista a dar uma formação política aos operários alemães residentes na Bélgica e a fazer propaganda entre eles das ideias do comunismo científico. Sob a direção de Marx e Engels e dos seus colaboradores, a Associação tornou-se um centro legal de agrupamento dos proletários revolucionários alemães na Bélgica. Os melhores elementos da Associação faziam parte da organização de Bruxelas da Liga dos comunistas. A atividade da Associação dos Operários Alemães de Bruxelas terminou pouco depois da revolução burguesa de fevereiro de 1848 na França, em virtude da prisão e da expulsão dos seus membros pela polícia belga.

produz os materiais preparatórios de sua grande obra, *O Capital*. De acordo com Ernest Mandel:

Os Grundrisse, que constituem junto com a Contribuição à Crítica da Economia Política o ponto culminante da obra econômica de Marx, antes do Capital, representam uma soma enorme de análises econômicas. Concebidas como os trabalhos preparatórios do Capital, ou mais exatamente como um desenvolvimento da análise do capitalismo em todos os seus aspectos, de onde a obra-prima de Marx ia nascer (MANDEL, 1968, p. 104).

Os Grundrisse⁵³ foram redigidos entre 1857 e 1858 e a *Contribuição à Crítica da Economia Política*⁵⁴ em 1859. Entretanto, o Livro I de *O Capital* só ficaria pronto em 1867, quando Marx deixou de participar do Primeiro Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, pois entendeu que terminar essa tarefa era mais importante para a causa (a luta) dos trabalhadores (MEHRING, 2013, p. 349). Nesta direção, Jacob Gorender, acrescenta:

Em 1865, a redação d' *O Capital* foi considerada tarefa prioritária acima do comparecimento ao realizado em Genebra sem a presença de Marx. Este, a conselho de Engels, decidiu-se à publicação isolada do livro I, concentrando-se na sua redação final. Em setembro de 1867, o Livro I vinha a público na Alemanha, lançado pelo editor hamburguês Meissner (GORENDER, 2013, p. 29).

Na obra *O Capital*, de acordo com o próprio Marx, ele apresenta a sua investigação completa do modo de produção capitalista e suas correspondentes

⁵³ Os Grundrisse permitem uma entrada na produção teórica essencial de Marx porque se situam na abertura do seu discurso definitivo. [...] Os Grundrisse são já (e repitamo-lo até a exaustão: pela primeira vez) a descoberta das principais categorias e da sua ordem definitiva. [...] Estes oito Cadernos, iniciados em 1857, expressam o momento criador fundamental da produção teórica de Marx, o momento em que ele adquire clareza acerca do que, definitivamente, constitui a descoberta teórica radical de toda a sua vida. Depois, caberá aprofundar, ampliar, aplicar, expor; mas a questão está ali, clara, construída como “conceito”, com suas determinações constitutivas, como “categoria” explicativa de todo o resto (DUSSEL, 2012, p. 14-15).

⁵⁴ O livro trata de apresentar exclusivamente os elementos básicos e abstratos de um enorme corpo teórico, resultado da pesquisa científica de Marx, corpo esse desenvolvido ao longo da extensa obra marxiana, que inclui entre outros textos importantes *O Capital*. O aporte científico de Marx consiste, na verdade, em um enorme edifício teórico sobre o capitalismo que precisa ser estudado e compreendido em toda a sua profundidade. Nele aparecem descobertas e expostas as leis gerais do funcionamento, desenvolvimento e dos limites da economia capitalista, que demonstram que se trata de uma fase social transitória no interior do processo de desenvolvimento da sociedade humana. [...] A Contribuição à crítica da economia política se divide em duas grandes partes. Na primeira, se estuda a mercadoria e, na segunda, o dinheiro. Ambos os temas reaparecem no *Capital* com uma nova redação (CARCANHOLO, 2008, p. 9).

relações de produção e de circulação (MARX, 2013, p. 78). Em *O Capital*, Marx não apenas elabora uma teoria crítica ou uma nova interpretação da economia política, na qual critica as teorias econômicas burguesas, mas a partir da análise imanente das leis da produção capitalista, apreende as suas determinações e suas contradições essenciais, tendo em vista contribuir com a luta da classe trabalhadora para superar este modo de produção e, ainda, na construção de uma sociedade realmente emancipada, a sociedade comunista.

Deste modo, a partir do exposto, pode-se afirmar que a produção teórica de Marx, foi dedicada essencialmente à formação dos trabalhadores, tendo por meta a luta real da emancipação do trabalho, com a superação da exploração do homem pelo homem na sociedade capitalista, por uma sociedade em que haja a igualdade efetiva entre os homens, a sociedade comunista, na qual: “*o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos*” (MARX; ENGELS, 2010, p. 59).

3 AS DETERMINAÇÕES ESSENCIAIS DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA TEORIA MARXISTA

O trabalho é considerado, na teoria marxiana, o elemento fundante do ser social, porque se entende que foi por meio do trabalho que o homem se fez homem e se diferenciou dos outros animais. Ao contrário dos animais (do mundo natural), que apenas se reproduzem biologicamente (naturalmente, espontaneamente), os homens se produzem e reproduzem não só biologicamente (espontaneamente), mas socialmente, tendo o trabalho como uma eterna necessidade do seu mundo, visto que o trabalho é a forma de atividade (de práxis) que caracteriza o homem e o possibilita a realização de outras formas de atividades (de práxis), como a educação, a política, o direito, etc. Neste sentido, Lukács, em *Para uma ontologia do ser social I*, considera:

[...] o trabalho é antes de tudo, em termos genéricos, o ponto de partida para o tornar-se homem do homem, para a formação das suas faculdades, sendo que jamais se deve esquecer o domínio sobre si mesmo. Além do mais, o trabalho se apresenta, por um longo tempo, como o único âmbito desse desenvolvimento; todas as demais formas de atividade do homem, ligadas aos diversos valores, só se podem apresentar como autônomas depois que o trabalho atinge um nível relativamente elevado (LUKÁCS, 2012, p. 348, grifos nossos).

A educação surge a partir do trabalho, assim como os outros complexos sociais, mas diferentemente deste, a educação se situa na esfera da reprodução social. O fato de se localizar na esfera da reprodução do ser social (do homem) não diminui a sua relevância, pois a educação tem a função precípua de transmitir aos indivíduos os conhecimentos, as habilidades e os valores que são predominantes em uma dada forma de sociabilidade, tendo em vista assegurar a reprodução dessas relações sociais. Desse modo, o trabalho e a educação em suas determinações essenciais, são atividades necessárias e indispensáveis na produção e na reprodução do ser social, ou seja, uma eterna necessidade na sociedade humana.

3.1 Trabalho: o fundamento ontológico da sociabilidade humana

Para a teoria marxiana, o trabalho é o fundamento da sociabilidade humana, visto que foi pela atividade do trabalho que se deu o salto ontológico do ser meramente natural para o ser social. Entende-se que, por meio do trabalho, o homem se fez homem e que este é uma condição eterna para a existência do mundo dos homens, da sociedade humana. Entretanto, é preciso ressaltar desde já, que não se trata de toda e qualquer forma de trabalho que é uma eterna necessidade, como o trabalho assalariado na sociedade capitalista, mas o trabalho enquanto produtor de valor de uso. Adiante, discutiremos o trabalho na sociedade capitalista, mas o que nos interessa, nesse momento, é compreender o trabalho em suas determinações essenciais, independentemente de sua forma hegemônica em um dado período da história humana.

O trabalho é o fundamento ontológico do ser social (do mundo dos homens), porque foi por esta forma de práxis que o homem se criou e conseguiu se diferenciar dos outros seres (dos outros animais). Nesse preciso sentido, considerou o autor marxista, György Lukács em *Para uma ontologia do ser social II*:

Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, **um claro caráter de transição**: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo **assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social** (LUKÁCS, 2013, p. 44, grifos meus).

O autor húngaro acentua que “somente” a práxis do trabalho tem o caráter de transição do ser meramente biológico/natural para o ser social. Desse modo, o trabalho tem a propriedade de ser a atividade que proporcionou o surgimento do ser social e a sua distinção do ser meramente natural. Entretanto, é importante considerar, que essa distinção não significa que o ser social tenha uma existência à parte (separada) do ser natural, pois o ser social só pode existir e reproduzir sua vida a partir do ser natural⁵⁵.

⁵⁵ O ser humano pertence ao mesmo tempo (e de maneira difícil de separar, mesmo no pensamento) à natureza e à sociedade. Esse ser simultâneo foi claramente reconhecido por

No ato do trabalho, os próprios homens se diferenciaram do ser biológico/natural (dos animais), pois começaram a produzir ativamente e conscientemente a sua vida. Sobre isso, Marx e Engels afirmam em *A ideologia Alemã*:

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou pelo que se queira. **Mas eles mesmos começam a se distinguir dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida [...] Ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material** (MARX; ENGELS, 2007, p. 87, grifos nossos).

Marx e Engels são enfáticos em considerar que os homens se distinguiram dos outros animais quando “eles mesmos” passaram a “produzir os seus meios de vida” e isso se realizou quando os homens desenvolveram a práxis do trabalho. Outras formas de diferenciações entre os homens e os animais, como a religião, a política, etc. foram elaboradas muito posteriormente e só puderam ser realizadas a partir do ato fundante do ser social e com o desenvolvimento da produtividade da práxis fundante, o trabalho. A partir desse primeiro ato (de produzir os seus meios de vida) os homens começaram a produzir a sua própria vida e esse ato se constituiu como o fundamento de toda e qualquer forma de sociabilidade humana, ou seja, desde a mais primitiva até a mais desenvolvida, como a atual. A este respeito, Marx e Engels argumentam em *A ideologia Alemã*:

O primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de **que os homens têm de estar em condições de viver para poder fazer história**. Mas, **para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais**. **O primeiro ato histórico é, pois, a produção da própria vida material**, e este é, sem dúvida, um ato histórico, **uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos** (MARX; ENGELS, 2007, p. 32-33, grifos nossos).

Marx como processo, na medida em que diz, repetidas vezes, que o processo do devir humano traz consigo um recuo das barreiras naturais. É importante enfatizar: fala-se de um recuo, não de um desaparecimento das barreiras naturais, jamais sua supressão total. De outro lado, porém, jamais se trata de uma constituição dualista do ser humano. O homem nunca é, de um lado, essência humana, social e, de outro, pertencente à natureza; sua humanização, sua socialização, não significa uma clivagem de seu ser em espírito (alma) e corpo (LUKÁCS, 2010, p. 42).

Para Marx e Engels, o trabalho é pressuposto da existência humana, porque é por meio do trabalho que os homens produzem as condições materiais para a existência da vida humana, como a comida, a bebida, a moradia, ou seja, os meios de produção e os meios de subsistência que são necessários para se reproduzirem como seres sociais. Entendido nestes termos, o trabalho é condição para manutenção da vida material, para manter os homens vivos, bem como o fundamento para o desenvolvimento de outras formas de atividades, como a política, a educação, etc⁵⁶. Nesta linha de compreensão (marxiana), o trabalho não é uma atividade qualquer, mas a práxis que funda a sociabilidade humana e com a qual o homem ultrapassa a barreira do mundo natural e se torna cada vez mais social. Nesse sentido, acrescenta o teórico marxista, Karel Kosik, em sua obra *Dialética do Concreto*: “foi na práxis e baseado na práxis, que o homem ultrapassou a clausura da animalidade e da natureza inorgânica [...]” (KOSIK, 1976, p. 206).

Considerando que o trabalho é a única atividade que proporcionou ao homem se tornar homem, porque o possibilitou ultrapassar o mundo da pura animalidade e da natureza inorgânica, cabe explicitar qual é a especificidade e a especialidade da atividade do trabalho frente a outras formas de atividades humanas na instauração do mundo do ser social. Para esse fim, nos valeremos principalmente das formulações elaboradas por Karl Marx e György Lukács a respeito da categoria do trabalho.

Na trilha de Marx, o pensador húngaro, György Lukács, principalmente em suas obras: *Para uma ontologia do ser social* e *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*, discute sobre a centralidade ontológica do trabalho no mundo dos homens. Explorando e aprofundando o estudo sobre esta problemática, que tem suas bases na teoria marxiana, Lukács considera, em termos ontológicos, a categoria do trabalho como fundante do ser social (da sociedade). Nesse sentido, sustenta em os *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*:

⁵⁶ [...] Marx descobriu a lei do desenvolvimento da história humana: o fato tão simples, mas que até ele se mantinha oculto pelo ervaçal ideológico, de que o homem precisa, em primeiro lugar, comer, beber, ter um teto e vestir-se antes de poder fazer política, ciência, arte, religião, etc. (ENGELS, s.d. p. 351).

[...] **o trabalho – base fundadora de toda socialização humana, mesmo da mais primitiva – destaca tendencialmente o ser humano da esfera das necessidades biológicas mais puramente espontâneas e de sua satisfação apenas biológica, tornando determinantes, em seu lugar, os pores teleológicos**, que, por sua natureza, assumem de imediato um caráter alternativo, são necessários desde o primeiro instante reguladores sociais que regulamentem as decisões alternativas que estabelecem os conteúdos da teleologia conforme as respectivas necessidades sociais vitais (LUKÁCS, 2010, p. 46, grifos meus).

O trabalho é base, é o fundamento ontológico da sociabilidade humana, porque é a atividade (a práxis) que proporcionou “tendencialmente” ao homem a superação das necessidades puramente biológicas, que são dominantes no mundo natural, por pores teleológicos. Diferentemente do mundo natural, do mundo dos animais, no qual, só existem causalidade e determinismo, no mundo social, fundado pelo trabalho, é caracterizado essencialmente por posições teleológicas⁵⁷. Nesse preciso sentido, Lukács afirmou no texto, *As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem*:

O trabalho é formado por posições teleológicas que, em cada oportunidade, põem em funcionamento séries causais. [...] Ao contrário da causalidade, que representa a lei espontânea na qual todos os movimentos de todas as formas de ser encontram a sua expressão geral, **a teleologia é um modo de pôr - posição sempre realizada por uma consciência - que, embora guiando-as em determinada direção, pode movimentar apenas séries causais** (LUKÁCS, 1978, p. 6, grifos nossos).

O trabalho é constituído por posições teleológicas que se realizam e que se objetivam a partir da causalidade, ou seja, a partir do mundo natural. Por isso, a essência do trabalho para Lukács, assim como para Marx, é uma síntese entre teleologia e causalidade (entre consciência e natureza). Conforme Lukács, a teleologia⁵⁸, que é uma forma de pôr, de modificar a natureza conscientemente

⁵⁷ O que caracteriza e determina a especificidade da atividade humana é a transformação da atividade natural em uma “atividade posta”, ou seja, é a configuração objetiva de um fim estabelecido – o pôr teleológico (VAISMAN; FORTES, 2010, p. 24).

⁵⁸ [...] a teleologia, em sua essência, é uma categoria posta: todo processo teleológico implica o pôr de um fim e, portanto, numa consciência que põe fins. Pôr, desse contexto, não significa, portanto, um mero elevar-à-consciência, como acontece com outras categorias e especialmente com a causalidade; ao contrário, aqui como o ato de pôr, a consciência dá início a um processo real, exatamente ao processo ontológico. Assim, o pôr tem, nesse caso, um caráter irrevogavelmente ontológico (LUKÁCS, 2013, p. 48).

em determinadas direções, é uma práxis específica e pertencente somente ao ser social. Na natureza não existe teleologia, não existe consciência, não existe ação consciente. Na natureza só existe causalidade⁵⁹. Nela predominam os fatores causais e nada acontece de forma intencional, de forma consciente (NETO, 2013, p. 69). Nesse preciso sentido, Lukács, em *Para uma ontologia do ser social I*, afirma:

[...] nossas análises rejeitam toda forma generalizada de teleologia, não apenas na natureza inorgânica e orgânica, mas também na sociedade, restringindo sua validade aos atos singulares do agir humano-social, cuja forma mais explícita e cujo modelo é o trabalho (LUKÁCS, 2012, p. 343).

Desse modo, apenas o homem realiza posições teleológicas⁶⁰, os outros seres (animais) realizam modificações e alterações no mundo natural, mas nenhuma destas alterações que os animais fazem no mundo natural podem ser identificadas como trabalho. Marx, no capítulo cinco de *O Capital*, intitulado: *O processo de trabalho e o processo de valorização*, argumenta a respeito das diferenças essenciais entre a atividade do trabalho e a atividade realizada pelos outros seres (animais), com os seguintes termos:

Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colméia. Porém, **o que distingue desde o início o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colméia em sua mente antes de construí-la com a cera.** No final do processo de trabalho, **chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo**, portanto, **um resultado que já existia idealmente.** Isso não significa que ele **se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último**, ao mesmo tempo, **seu objetivo**, que ele sabe que determina, como lei, o tipo e o modo de sua atividade e ao qual ele

⁵⁹ A causalidade é um princípio de automovimento que repousa sobre si próprio e mantém esse caráter mesmo quando uma cadeia causal tenha o seu ponto de partida num ato de consciência, a teleologia, em sua essência, é uma categoria posta: todo processo teleológico implica o pôr de um fim e, portanto, uma consciência que põe fins (LUKÁCS, 2013, p. 48).

⁶⁰ Quando [...] como em Marx, a teleologia é reconhecida como categoria realmente operante apenas no trabalho, tem-se inevitavelmente uma coexistência concreta, real e necessária entre causalidade e teleologia. Sem dúvida, estas permanecem opostas, mas apenas no interior de um processo real unitário, cuja mobilidade é fundada na interação desses opostos e que, para tornar real essa interação, age de tal modo que a causalidade, sem ver atingida a sua essência, também se torne posta (LUKÁCS, 2013, p. 48).

tem de subordinar sua vontade (MARX, 2013, p. 255-256, grifos nossos).

Concebido nestes termos, Marx entende que o trabalho é uma forma de práxis (atividade) que se refere exclusivamente ao homem e que os outros seres, como uma abelha, uma aranha, etc. executam operações que parecem ser semelhantes ao do trabalho de determinados trabalhadores, porém, esclarece que essas operações, mesmo com um certo refinamento e perfeição, não são da mesma natureza que as operações que os homens realizam no ato do trabalho.

No trabalho, antes de movimentar séries causais em uma determinada direção, por meio de sua ação concreta no mundo natural, o homem idealiza em sua mente, no plano da representação, o que irá efetivar/objetivar a posteriori com sua atividade. Primeiramente, o homem constrói em sua mente, ou seja, faz uma prévia-ideação⁶¹ da transformação que pretende realizar/objetivar com a movimentação da causalidade. Desse modo, a prévia-ideação tem um papel fundamental no processo de trabalho, pois é por meio dela que o homem antecipa abstratamente os resultados que visa alcançar concretamente, como considerou Marx: “chega-se a um resultado que já estava presente na representação [...] no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente”. Mas, para se chegar ao resultado, ou seja, para a ideia se realizar, se objetivar em um objeto, é necessário um processo prático sobre a causalidade (sobre a natureza), é necessário a práxis do trabalho, pois é através deste que a prévia-ideação se materializa em novas coisas/objetos que não existiam no mundo natural e não poderiam vir a existir a partir da pura causalidade. Nesta linha de discussão, no *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*, Lukács acrescenta:

O trabalho é um pôr teleológico consciente realizado, que, quando parte de fatos corretamente reconhecidos no sentido prático e os avalia corretamente, é capaz de trazer à vida processos causais, de modificar processos, objetos etc. do ser que normalmente só funcionam espontaneamente, e transformar entes em objetividades que sequer existiam antes do trabalho.[...] Portanto,

⁶¹ Pela prévia-ideação, as consequências da ação são antevistas na consciência, de tal maneira que o resultado é idealizado (ou seja, projetado na consciência) antes que seja construído na prática (LESSA, 2012, p. 37).

o trabalho introduz no ser a unitária inter-relação, dualisticamente fundada, entre teleologia e causalidade; antes de seu surgimento havia na natureza apenas processos causais. Em termos realmente ontológicos, tais complexos duplos só existem no trabalho e em suas consequências sociais, na práxis social. O modelo do pôr teleológico modificador da realidade torna-se, assim, fundamento ontológico de toda práxis social, isto é, humana. **Na natureza, em contrapartida, só existem conexões, processos etc. causais, nenhum de tipo teleológico** (LUKÁCS, 2010, p. 41-42, grifos nossos).

O trabalho é um pôr teleológico, uma atividade conscientemente realizada somente pelos homens, visto que sua realização parte de um conhecimento correto da causalidade⁶² e por se processar dessa maneira é capaz de modificar a causalidade (o mundo natural) e de criar objetos/objetividades que jamais viriam a existir por meio da espontaneidade dos processos causais (naturais). Sobre a importância do conhecimento (espelhamento) correto da causalidade, Lukács afirma em *Para uma ontologia do ser social II*:

[...] apenas um espelhamento correto da realidade, como ela é em si, independentemente da consciência, pode levar à realização das causalidades naturais, cujo caráter heterogêneo e indiferente com respeito ao pôr do fim pode conduzir à sua transformação em causalidade posta, a serviço do pôr teleológico (LUKÁCS, 2013, p. 79).

Por isso, de acordo com Lukács, no trabalho ocorre uma síntese unitária entre teleologia e causalidade e essa é a base, o fundamento ontológico de um novo tipo de ser, o ser social, pois antes de seu surgimento, só havia na natureza (no mundo) os processos causais e as mudanças só se davam de forma espontânea. Deste modo, o pôr teleológico é uma especificidade do ser social, visto que na natureza, nos outros seres, só existem processos causais. Ao tratar do trabalho no primeiro capítulo de *Para uma ontologia do ser social II*, Lukács arremata:

[...] com ele (o trabalho) surge na ontologia do ser social uma categoria qualitativamente nova com relação às precedentes

⁶² Nunca se deve perder de vista o fato simples de que a possibilidade de realização ou o fracasso do pôr do fim depende absolutamente de até qual ponto se tenha, na investigação dos meios, conseguido transformar a causalidade natural em uma causalidade – falando em termos ontológicos – posta. [...] para que ela se torne um autêntico pôr de um fim, é necessário que a investigação dos meios, isto é, o conhecimento da natureza, tenha chagado a certo estágio adequado (LUKÁCS, 2013, p. 56-57).

formas do ser, tanto inorgânico como orgânico. Essa novidade consiste na realização do pôr teleológico como resultado adequado, ideado e desejado. Na natureza existem apenas realidades e uma ininterrupta transformação de suas respectivas formas concretas, um contínuo ser-outro (LUKÁCS, 2013, p. 61, grifos nossos).

A partir dos fundamentos marxianos, o trabalho é, para Lukács, a categoria essencial (a atividade) que funda o ser social e o diferencia das outras formas de seres precedentes, como o ser inorgânico e orgânico. Desse modo, a especificidade e a especialidade essencial do trabalho consiste na objetivação adequada de uma prévia-ideação (teleologia), que transformando/movimentando a causalidade em direções desejadas/ideadas, faz surgir um novo tipo de ser, uma nova objetividade, que pela pura processualidade natural jamais viria a existir. Por isso, para Marx e Lukács, o trabalho é a categoria essencial para entender o surgimento do mundo dos homens (do ser social), sua produção/reprodução e sua diferença em relação ao ser inorgânico e orgânico. Além disto, o trabalho é o fundamento ontológico, é a atividade (práxis) modelo para o desenvolvimento de outras formas de atividades (práxis) humanas, como a política, a educação.

3.2 O trabalho produtor de valor de uso: eterna necessidade do mundo dos homens

Como discutimos no texto anterior, para a teoria marxiana, o trabalho é a categoria fundante do ser social e o primeiro pressuposto para a existência humana, da sociabilidade humana. Desde as sociedades humanas mais primitivas, até as sociedades atuais, o homem produz a sua existência material e espiritual pela atividade do trabalho. Essa é uma determinação ineliminável no mundo dos homens, razão pela qual, o trabalho se constitui uma eterna necessidade para existência do ser social.

Considerando o trabalho uma eterna necessidade para a existência material e espiritual humana, Marx e Lukács, procuram explicitar que nem todo tipo (forma) de trabalho é uma eterna necessidade para a produção e reprodução da existência humana. Determinadas formas que o trabalho assumiu no

processo histórico, como o trabalho escravo e o trabalho servil, corresponderam aos interesses dominantes de uma classe social e, por isso, foram modificadas e superadas. Na sociabilidade capitalista, a forma predominante que o trabalho tomou, foi a do trabalho assalariado, produtor de mais-valor. Esse tipo de trabalho atende as necessidades de reprodução do capital e assegura o domínio da classe burguesa sobre a classe trabalhadora assalariada. Desta forma, o trabalho produtor de valor de uso, o trabalho concreto, que é uma eterna necessidade da sociabilidade humana, encontra-se submetido ao trabalho abstrato, produtor de valor (valor de troca) e de mais-valor.

Ao analisar as diversas formações sociais, pode-se verificar, conforme a teoria marxiana, que o trabalho produtor de valor de uso, o trabalho útil, é uma eterna necessidade no mundo dos homens, pois é por meio deste que os homens garantem a sua reprodução natural (biológica) e social. Desse modo, necessariamente, o homem tem que trabalhar, ou seja, tem que realizar o intercâmbio material com a natureza, porque é por meio desse processo que o homem produz os bens fundamentais para a sua existência. Neste sentido, no Capítulo cinco de *O Capital: O processo de trabalho e o processo de valorização*, Marx considera:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla o metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como uma potência natural [Naturmacht]. **A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.** Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio (MARX, 2013, p. 255, grifos nossos).

Marx entende que o trabalho é um processo entre o homem e a natureza (Lukács: teleologia e causalidade), no qual, o homem exerce uma ação consciente sobre a natureza e a transforma para suprir as suas necessidades. A objetivação dessa ação (práxis) ocorre com a utilização dos meios de trabalho (as ferramentas), que por sua vez, são resultantes e resultados do processo

entre o homem e a natureza. Ao tratar sobre essa questão no Capítulo cinco de *O Capital: O processo de trabalho e o processo de valorização*, Marx assevera:

No processo de trabalho, a atividade do homem, com a ajuda dos meios de trabalho, opera uma transformação do objeto de trabalho segundo uma finalidade concebida desde o início. O processo se extingue no produto. Seu produto é um valor de uso, um material natural adaptado às necessidades humanas por meio da modificação de sua forma. O trabalho se incorporou a seu objeto. Ele está objetivado, e o objeto está trabalhado (MARX, 2013, p. 258).

Dessa forma, o homem só pode produzir algo no ato do trabalho, na medida em que movimenta as forças naturais pertencentes a ele, a saber, sua corporeidade: os seus braços, as suas pernas, o seu cérebro, as suas mãos e a natureza externa: o mundo natural. Por isso, o homem só pode produzir/objetivar algo concreto e útil realizando o metabolismo com a natureza externa (orgânica e inorgânica), pois é a natureza que possibilita a objetivação da previa-ideação. Marx, já em suas primeiras investigações sobre economia política, tem essa questão clara, quando afirma em os *Manuscritos econômicos-filosóficos*:

O trabalhador nada pode criar sem a natureza, sem o mundo exterior sensível (*sinnlich*). Ela é a matéria com a qual o seu trabalho se efetiva, na qual [o trabalho] é ativo, [e] a partir da qual e por meio do qual [o trabalhador] produz (MARX, 2010, p. 81, grifos nossos).

Para Marx, o pressuposto fundamental para que o homem produza alguma coisa útil, para que ele crie algo de concreto, é necessário a existência da matéria, da natureza externa. A natureza é a matéria com a qual o homem pode realizar o trabalho concreto, o trabalho produtor de valor de uso, que é uma eterna necessidade para sua reprodução como ser social. Assim como a natureza é o pressuposto para a produção, para a objetivação, o trabalho produtor de valor uso é o pressuposto ineliminável no mundo dos homens, porque é através de sua realização que os homens produzem os meios essenciais para sua reprodução. Marx ao discutir sobre o trabalho produtor de valor uso, no primeiro capítulo do Livro I de *O Capital*, *A mercadoria*, sustenta:

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de

todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana (MARX, 2013, p. 120, grifos nossos).

O trabalho que é produtor de valores de uso, o trabalho útil, o trabalho concreto, conforme Marx, “é uma condição de existência do homem”, que necessariamente tem que ser realizado, pois é por meio de sua objetivação que o homem produz o conteúdo material de toda riqueza social e com esta produz e reproduz sua existência real. Por isso, o trabalho enquanto produtor de valores de uso se constitui numa eterna necessidade natural para a existência humana e não pode deixar de ser realizado em qualquer forma de organização social, pois a efetivação do trabalho produtor de valor de uso é a primeira condição⁶³ para a existência do ser social em sua totalidade. Marx, no Capítulo cinco de *O Capital: O processo de trabalho e o processo de valorização* discute novamente sobre o trabalho produtor de valores de uso e reafirma:

O processo de trabalho, em seus momentos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim – a produção de valores de uso -, apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e natureza, perpétua condição natural da vida humana e, por conseguinte, independente de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, comum a todas as suas formas sociais (MARX, 2013, p. 261, grifos nossos).

Para Marx, o processo de trabalho em suas determinações essenciais, a saber, como uma atividade que tem como objetivo a produção de coisas úteis, de valores de uso, é uma perpétua condição para a produção e reprodução da sociabilidade humana. Por isso, independentemente da forma particular em que a sociedade estiver organizada, como na forma capitalista, em que ocorre a subsunção real do trabalho produtor de valores de uso ao trabalho produtor de valores de troca (de valor), o primeiro não pode deixar de ser

⁶³ O primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder fazer história. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos (MARX; ENGELS, 2007, p. 32-33).

produzido, pois uma coisa (uma mercadoria) só pode ser trocada se possuir valor de uso. Portanto, mesmo na produção capitalista, em que se persegue insaciavelmente a valorização do valor (o valor de troca), o trabalho produtor de valores de uso (o metabolismo entre homem e natureza) não pode deixar de ser realizado, porque é o primeiro pressuposto para o homem se manter vivo biologicamente e pelo qual desenvolve outras formas de atividade que asseguram a sua reprodução social.

3.3 A relação entre o trabalho e a educação em suas determinações essenciais

Como se discutiu anteriormente, para a teoria marxiana, o trabalho é elemento fundante do ser social e enquanto produtor de valores de uso é uma eterna necessidade para a existência humana. Entretanto, o fato de o trabalho ser uma eterna necessidade para a existência do ser social, não significa que a reprodução social (do ser social) ocorra, exclusivamente, pelo complexo do trabalho.

Na medida em que as forças produtivas do trabalho alcançaram um maior desenvolvimento e houve o aumento na produtividade do trabalho, passou-se a produzir um certo excedente, que por sua vez, foi um fator fundamental para que os homens pudessem dispor de um tempo exclusivo para desenvolver outras formas de atividades (de práxis), como a educação, a linguagem e com apropriação privada desse excedente, com o surgimento propriedade privada, com as sociedades de classes, elaboraram outros

complexos, como o direito⁶⁴, a política⁶⁵, etc. Por isso, por mais que estes complexos pareçam ser autônomos em relação ao trabalho produtor de valores de uso, esta autonomia é sempre relativa e não absoluta.

Não trataremos de todas as formas de práxis, mas somente do trabalho e da educação nesse texto. Cabe registrar, que o trabalho no sentido ontológico (essencial), um pôr de um fim, é a atividade modelo para todas as formas de práxis. Lukács, no capítulo sobre o Trabalho, em *Para uma ontologia do ser social II*, expõe essa questão com os seguintes termos:

Assim, **o trabalho se torna o modelo de toda a práxis social**, na qual, com efeito – **mesmo que através de mediações às vezes muito complexas -, sempre se realizam pores teleológicos**, em última análise, de ordem material. É claro, como veremos mais adiante, que não se deve exagerar de maneira esquemática **esse caráter de modelo do trabalho em relação ao agir humano em sociedade; precisamente a consideração das diferenças bastante importantes mostra a afinidade essencialmente ontológica, pois exatamente nessas diferenças se revela que o trabalho pode**

⁶⁴ Assim, teve de surgir uma espécie de sistema judicial para a ordem socialmente necessária, por exemplo, no caso de tais cooperações, muito mais no caso de contendas armadas; porém, ainda era totalmente supérfluo implementar uma divisão social do trabalho de tipo próprio para esse fim; os caciques, os caçadores experientes, guerreiros etc., os anciãos podiam cumprir, entre outras, também essa função, cujo conteúdo e cuja forma já estavam traçados em conformidade com a tradição, a partir de experiências reunidas durante longo tempo. Só quando a escravidão instaurou a primeira divisão de classes na sociedade, só quando o intercâmbio de mercadorias, o comércio, a usura etc. introduziram, ao lado da relação “senhor-escravo”, ainda outros antagonismos sociais (credores e devedores etc.), é que as controvérsias que daí surgiram tiveram de ser socialmente reguladas e, para satisfazer essa necessidade, foi surgindo gradativamente o sistema judicial conscientemente posto, não mais meramente transmitido em conformidade com a tradição. A história nos ensina também que foi só num tempo relativamente tardio que até mesmo essas necessidades adquiriram uma figura própria na divisão social do trabalho, na forma de um estrato particular de juristas, aos quais foi atribuída como especialidade a regulação desse complexo de problemas (LUKÁCS, 2013, p. 230).

⁶⁵ O fundamento do poder do homem sobre o homem é a propriedade privada. Este poder se manifesta nas relações de produção (pela exploração do homem pelo homem) e também na esfera ideológica (pelo poder político). Antes da propriedade privada, não havia nem a exploração do homem pelo homem nem a política. [...] A política é o poder que se exerce no e pelo Estado. Decorre da propriedade privada e da exploração do homem pelo homem. Tal como o Estado é a sociedade de classes organizada politicamente, a política é o poder de classe que se exerce no e através do Estado. É a disputa, direta ou indiretamente, pelo poder do Estado, pelo poder da propriedade privada organizado politicamente. A gênese histórica da política revela a sua articulação ontológica essencial com a propriedade privada e com o Estado. É isto que possibilitou a Marx e Engels postularem o “fencimento” do Estado, da política, do Direito junto ao desaparecimento da propriedade privada e da sociedade de classes. É este o ponto de partida para que István Mészáros e Ivo Tonet (1999, 2002, 2005) postulem a tesa da negatividade da política: a política é tão imprestável para o comunismo quanto a propriedade privada e o Estado. É pela própria essência, uma forma de poder do homem sobre o homem, de hierarquia social que ordena todas as relações sociais porque incide na estruturação de formas histórico-particulares do trabalho (escravismo, feudalismo, etc.) que brotam, não do que o indivíduo é, mas do que ele possui. É o poder do ter sobre o ser, no dizer de Marx dos “Manuscritos de 1844”, é o poder fetichizado da mercadoria sobre o humano, como dirá mais tarde em O “Capital” (LESSA, 2007, p. 47-51).

servir de modelo para compreender os outros pores socioteleológicos (LUKÁCS, 2013, p. 47, grifos nossos).

O trabalho é o modelo de todas as práxis sociais por ser uma síntese entre teleologia e causalidade (homem e natureza). Para Lukács, o trabalho é o pôr teleológico primário (pôr de um fim), que por modificar a natureza, “é o fundamento ontológico de toda práxis social, isto é, humana” (2010, p. 44). Todas as outras formas de práxis (de atividades), como a educação, realizam um pôr teleológico (um pôr de um fim) e nesse preciso sentido, guardam uma estreita relação com o trabalho. Deste modo, o trabalho se constitui no modelo fundamental para “compreender os outros pores socioteleológicos.

A educação, assim como outras formas de práxis secundárias (de atividades), é um pôr teleológico que tem como modelo o trabalho, mas não pode ser confundido com este, pois trata-se de um pôr teleológico secundário⁶⁶. Sobre essas outras formas de práxis e a função que realizam, Maceno destaca:

Essas formas de posições teleológicas, surgidas a partir da necessidade imposta pelo trabalho, têm a função social de mediação entre o homem/homem e são complexos sociais orientados para a realização de posições teleológicas cuja objetivação destina-se a desencadear o desenvolvimento de ações em outros sujeitos (2017, p. 39).

A educação, bem como as outras práxis secundárias, tem um objeto e uma função diferente do objeto e da função do trabalho no sentido ontológico. A educação tem como objeto o próprio homem e sua função é a de influenciar os homens em determinadas direções, enquanto o trabalho tem como objeto o mundo natural e sua função é modificá-lo para suprir suas necessidades materiais. A este respeito, Lukács, em *Para uma ontologia do ser social II*, esclarece:

[...] o trabalho é um processo entre atividade humana e natureza: seus atos estão orientados para a transformação de objetos naturais em

⁶⁶ Na perspectiva lukacsiana, as posições teleológicas podem ser de dois tipos: existem aquelas que são dirigidas à transformação da natureza, próprias do mundo do trabalho, e existem aquelas posições teleológicas que visam interferir no modo de ser dos outros homens. Lukács denomina as primeiras de posições teleológicas primárias (*intentio recta*) e as segundas, de posições teleológicas secundárias (*intentio obliqua*). As primeiras se caracterizam por uma espécie de urgência de sucesso; e as segundas se realizam na esfera extra econômica, e nelas predomina um acentuado coeficiente de incerteza (NETO, 2013, p. 72).

valores de uso. **Nas formas ulteriores e mais desenvolvidas da práxis social, destaca-se em primeiro plano a ação sobre outros homens, cujo o objetivo é, em última instância – mas somente em última instância -, uma mediação para a produção de valores de uso.** Também nesse caso o fundamento ontológico-estrutural é constituído pelos pores ontológicos e pelas cadeias causais que eles põem em movimento. No entanto, **o conteúdo essencial do pôr teleológico nesse momento – falando em termos inteiramente gerais e abstratos – é a tentativa de induzir outra pessoa (grupo de pessoas) a realizar, por sua parte, pores teleológicos concretos** (LUKÁCS, 2013, p. 83, grifos nossos).

Os pores teleológicos secundários, diferentemente do trabalho, que é uma atividade humana sobre a natureza (teleologia e causalidade), objetivam ou realizam uma transformação sobre os próprios homens, ou seja, intentam induzir as pessoas a realizarem determinadas ações na sociedade. Essas formas de práxis secundárias não possuem uma ligação direta com o trabalho, mas conforme Lukács, em última instância, são uma mediação para o trabalho como produtor de valores de uso. Por isso, a práxis educativa, como todas as outras práxis secundárias não podem ser confundidas com a atividade do trabalho (teleologia primária) produtor de valores de uso, porque as práxis secundárias (teleologia secundária) não realizam o metabolismo entre o homem e a natureza. Cabe enfatizar, mesmo que sucintamente, que a atividade educativa tem a sua própria especificidade e por isso, não pode ser confundida com as outras formas de teleologias secundárias. Nesse preciso sentido, Ivo Tonet esclarece:

O que distingue a educação de todas as outras atividades, é o fato de que ela se caracteriza não pela produção de objetivações – o que não quer dizer que também não as produza – mas pela apropriação daquilo que é realizado por outras atividades. Assim, por exemplo, cabe à atividade artística produzir obras de arte. Mas, é através da educação – aqui entendida, obviamente, em um sentido amplo, que inclui tanto a educação direta quando a educação indireta – que o indivíduo se torna capaz de tornar seu o universo contido na obra de arte (TONET, 2013, p. 251).

As práxis secundárias possuem uma relação de identidade da identidade e da não-identidade com o trabalho (teleologia primária), pois assim como este, as práxis secundárias se caracterizam essencialmente pela objetivação de posições teleológicas (LIMA; JIMENEZ, 2011, p. 79). Identidade da identidade, porque o trabalho é sua protoforma e igualmente ao trabalho, as práxis secundárias são posições teleológicas e não identidade, porque o objeto

em que realizam a objetivação de uma teleologia é de uma outra natureza e possuem uma outra função social no processo de reprodução do ser social. Ao analisar a especificidade da práxis educativa (teleologia secundária) e a atividade do trabalho (teleologia primária) em sua obra: *Educação, cidadania e emancipação humana*, Ivo Tonet faz as seguintes considerações:

O ato educativo, ao contrário do trabalho, **implica uma relação não entre um sujeito e um objeto, mas entre um sujeito e um objeto que é ao mesmo tempo também sujeito**. Trata-se, aqui, de **uma ação sobre uma consciência visando a induzi-la a agir de determinada forma** (TONET, 2013, p. 251, grifos nossos).

A práxis educativa em suas determinações essenciais tem a mesma estrutura ontológica do trabalho, a saber, é um pôr teleológico. O que a distingue do trabalho é que o seu objeto de ação não é a causalidade (o mundo natural), mas o próprio ser social (sua consciência), com a finalidade de induzi-lo a agir de uma determinada maneira, conforme o ideado. O objeto de atuação da educação não é passivo como a “pura” causalidade, porque o seu objeto também é um sujeito, um ser que não responde somente passivamente, mas ativamente. Isso significa que diferentemente do pôr teleológico primário, a educação (teleologia secundária), por mais eficaz que seja a sua execução, por meio de um conhecimento sistemático do objeto, com métodos e técnicas tidas como as mais desenvolvidas, tem um objeto que reage ativamente ao processo (à teleologia) e o resultado “final” pode ser o contrário ao do ideado no início do processo educativo. Sobre essa propriedade da educação, Lukács, em *Para uma ontologia do ser social II*, enfatiza:

A educação do homem é direcionada para formar nele uma prontidão para as decisões alternativas de determinado feito; ao dizer isso, não temos em mente a educação no sentido mais estrito, conscientemente ativo, mas como totalidade de todas as influências exercidas sobre o novo homem em processo de formação. **Por outro lado, a menor das crianças já reage à sua educação**, tomada nesse sentido bem amplo, por seu turno igualmente **com decisões alternativas**, e a sua educação, a formação de seu caráter, é um processo continuado das interações que se dão (LUKÁCS, 2013, p. 295, grifos meus).

Para Lukács, a educação, em sua essência, em sentido ontológico, tem como objeto de sua ação o próprio homem e o seu objetivo é formar no

homem uma disposição para reagir de uma determinada maneira a determinadas exigências que são requeridas no processo social. Por outro lado, Lukács também considera como resultado ontológico da educação o processo de reação, pois o seu objeto (o homem) reage ativamente (toma decisões) e o resultado pode não ser positivo, ou seja, pode ocorrer o inverso do ideado no processo educativo. Nesse sentido, Lukács acrescenta:

[...] quando o filho do aristocrata se converte em revolucionário, o descendente de oficiais se torna um antimilitarista, quando a educação para “virtude” produz uma queda para a prostituição etc., estes são, no sentido ontológico, resultados da educação, tanto quanto aqueles em que o educador atingiu as suas finalidades (LUKÁCS, 2013, p. 295).

A atividade educativa em seu sentido mais essencial, assim como a atividade do trabalho, é uma necessidade indispensável na sociabilidade humana, pois esta é fundamental para que se efetive o processo de reprodução do ser social. Assim como o trabalho produtor de valores de uso é necessário para a reprodução material do homem, a educação o é para a sua reprodução social. Nesta direção, Ivo Tonet, em sua obra: *Educação, cidadania e emancipação humana*, afirma:

[...] a natureza essencial da **atividade educativa: ela consiste em propiciar ao indivíduo a apropriação de conhecimentos, habilidades, valores, comportamentos, etc.** que se constituem em patrimônio acumulado e decantado ao longo da história da humanidade. Deste modo, **contribui para que o indivíduo se construa como membro do gênero humano e se torne apto a reagir face ao novo de um modo que seja favorável à reprodução do ser social na forma em que ele se apresenta num determinado momento histórico** (TONET, 2013, p. 256, grifos nossos).

Enfim, a teoria marxiana considera que a educação é indispensável no processo de reprodução do ser social, porque é através da atividade educativa que os homens se apropriam dos conhecimentos, das habilidades, dos comportamentos, etc., para se humanizarem e reproduzirem a vida humana de uma determinada forma em um determinado momento histórico. Entendida nestes termos, e salvaguardando as diferenças essenciais entre a educação e o trabalho, pode-se considerar que existe uma estreita relação entre estes dois

complexos e que a realização de ambos se impõe como uma necessidade ontológica para a existência do mundo dos homens.

3.4 A educação: uma eterna necessidade na reprodução social do homem?

A teoria marxista situa a educação na esfera da reprodução do ser social e a considera essencial no processo de apropriação da cultura produzida historicamente pelos homens. Essa apropriação ocorre através da educação, que num sentido amplo se constitui em uma das atividades fundamentais no processo de reprodução das sociedades humanas, pois ela tem a função de assegurar a transmissão da herança cultural para as novas gerações. A este respeito, Ivo Tonet, considera:

À diferença dos animais, **nós humanos não nascemos geneticamente determinados a realizar as atividades necessárias à nossa existência. Precisam aprender o que tem que fazer [...]** Daí a **necessidade da educação**, vale dizer, de um processo de aquisição de conhecimentos, habilidades, comportamentos, valores, etc. **que permitam ao indivíduo tornar-se apto a participar conscientemente** (mesmo que essa consciência seja limitada) **da vida social** (TONET, 2009, p. 9, grifos nossos).

Como não nascemos geneticamente sociais, mas nos tornamos no processo social, significa que diferentemente dos outros animais, temos que aprender as atividades que são fundamentais para existirmos como humanos, como seres sociais. Por isso, necessitamos aprender o que fazer e, a educação têm a função de propiciar a apropriação de um determinado quantum de conhecimentos que nos tornem indivíduos aptos a participarem da sociabilidade humana.

Desse modo, o homem não nasce homem, torna-se homem no processo social com a assimilação/apropriação/objetivação das relações sociais, que é realizada pela mediação de outros homens.⁶⁷ Nesta direção, Marx nas

⁶⁷ Estes dados e muitos outros provam que as aptidões e caracteres especificamente humanos não se transmitem de modo algum por hereditariedade biológica, mas adquirem-se no decurso da vida por um processo de apropriação da cultura criada pelas gerações precedentes. [...] Podemos dizer que cada indivíduo aprende a ser um homem. O que a natureza lhe dá quando

Teses Ad Feuerbach de 1845 foi enfático ao considerar que “a essência humana não é uma abstração intrínseca ao indivíduo isolado. Em sua realidade, ela é o conjunto das relações sociais” (MARX, 2010, p. 534). Desta forma, o homem não possui uma essência dada, a priori, a sua existência ou que esta seja constituída isoladamente pelo próprio indivíduo, mas em seu devir na sociedade e a partir das relações que este vai estabelecendo com os outros indivíduos. Neste tornar-se homem, a atividade educativa exerce uma função fundamental, pois é por meio da realização desta atividade que ocorre o processo de transmissão/assimilação/apropriação/objetivação do conjunto das relações sociais em um dado período da história humana.

É a atividade educativa (a educação) que propicia que a criança tenha contato com a sociedade (com o conjunto das relações sociais), por meio da mediação de outros homens. Em um primeiro momento, a atividade educativa (a educação) ocorria predominante de forma assistemática, de forma espontânea e era deste modo que o indivíduo singular se apropriava do conjunto das relações sociais. Nesse sentido, a educação tinha a função de transmitir as principais características da generalidade social aos indivíduos, com o objetivo de garantir a reprodução do ser social em sua totalidade (LIMA; JIMENEZ, 2011, p. 86).

Entretanto, com o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho e sua conseqüente complexificação com a divisão do trabalho e com a divisão da sociedade em classes sociais, a educação passou por uma profunda alteração em sua função e em seus objetivos. Sua função passa a ser restrita e não visa assegurar que os indivíduos se apropriem do conjunto das relações sociais em sua totalidade, mas de uma parte desta, de acordo com interesses bem definidos e que concorram com a reprodução dos interesses das classes dominantes. Por isso, o objetivo da atividade educativa, nas sociedades de classes, consiste predominante em reproduzir as características que proporcionam a dominação de uma classe sobre outra e para dar continuidade nestas relações sociais de dominação. Nesta linha de compreensão, Ivo Tonet enfatiza:

nasce não lhe basta para viver em sociedade. É-lhe ainda preciso adquirir o que foi alcançado no decurso do desenvolvimento histórico da sociedade humana (LEONTIEV, 1978, p. 267).

Em uma sociedade de classes, o interesse das classes dominantes será sempre o polo determinante da estruturação da educação. O que significa que ela será configurada de modo a impedir qualquer ruptura com aquela ordem social. Em consequência, **a educação, quer formal, quer informal, sempre terá um caráter predominantemente conservador** (TONET, 2013, p. 256, grifos nossos).

A educação (a atividade educativa) nas sociedades de classes continua tendo a mesma estrutura ontológica, mas passa a ser organizada em função dos interesses de uma classe, a dominante, que na sociabilidade do capital, é a classe burguesa. Com isso, a educação passa a ser preponderantemente estruturada com finalidade de transmitir aos indivíduos os valores que servem a classe dominante, tendo em vista impedir qualquer alteração que possa ameaçar a ordem. Assumindo esse papel nas sociedades de classes, a educação dominante tem um caráter essencialmente conservador, pois o seu objetivo principal consiste em assegurar que os indivíduos reajam e se comportem de um modo socialmente adequado para garantir a reprodução social das relações sociais de dominação. Sobre esse processo de dominação, Marx e Engels, em *A ideologia Alemã*, consideram:

Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também a consciência e, por isso, pensam; na medida em que **dominam como classe** e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a extensão, portanto, entre outras coisas, que eles **dominam** também como pensadores, **como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo**; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época (MARX; ENGELS, 2010, p. 47, grifos nossos).

Os indivíduos que fazem parte da classe dominante, em uma determinada sociedade de classes, como a atual (a capitalista), além de dominarem materialmente, por serem os proprietários dos meios de produção, procuram exercer o seu domínio em toda a sua extensão, por meio do domínio ideológico. Domínio este que é exercido por processos formativos/educativos, não só informais, mas através de processos institucionalizados. Para tal, segundo Marx e Engels, a classe dominante, regula não só a produção material, mas a produção e distribuição das ideias, dos valores, etc. A forma principal para

se obter êxito nessa tarefa ocorre, prioritariamente, pela educação, informal e formal (institucionalizada), visto que é por meio da educação que se busca controlar tanto a “produção” quanto a “distribuição” das ideias que propiciem o processo de dominação e conformação de uma classe sobre a outra.

A partir desses pressupostos, pode-se constatar que nas sociedades de classes, particularmente na atual, a atividade educativa em seu sentido mais amplo, cujo objetivo era desenvolver a generalidade humana, encontra-se subsumida a uma atividade educativa restrita, que visa desenvolver apenas os aspectos particulares nos indivíduos, com vista a reproduzir as relações sociais que proporcionem o domínio da classe burguesa sobre a classe trabalhadora.

Consideramos que a educação ao exercer essa função restrita, assim como o trabalho produtor de valor (valor de troca) exerce uma função restrita, a de valorizar o valor, não é uma eterna necessidade para a reprodução do ser social, mas a forma necessária nas sociedades de classes e a que é hegemônica na sociabilidade atual, que tem a finalidade essencial de reproduzir as relações sociais capitalistas e de favorecer o domínio da classe burguesa sobre a classe trabalhadora.

3.4.1 Relações entre a educação em sentido lato e em sentido estrito

Na discussão anterior, consideramos em grandes linhas, que a educação em sentido mais amplo é essencial para a reprodução do ser social e existente em todas as formações sociais e a educação em sentido mais restrito (limitado) é uma necessidade para a reprodução de relações sociais específicas. Entretanto, a educação em sentido estrito, pode assumir uma outra função, que não seja a de reproduzir as ideias e os valores da classe dominante, mas a de impulsionar a sua superação ou seu rompimento.

A educação (a atividade educativa) em sentido estrito, supõe objetivos restritos e restritivos em determinadas direções. Dessa forma, a função da educação (da atividade educativa) é a de influenciar os indivíduos em determinadas direções, para que estes ajam de determinadas maneiras. Por isso, dependendo das finalidades (dos objetivos) ou para ser mais preciso, das

prévias-ideações, a educação em sentido estrito desempenhará funções diferentes.

A partir dessas primeiras considerações, fica exposto que a educação em sentido amplo (lato) se realiza de maneira espontânea e é inconclusa e a educação em sentido estrito (restrito) ocorre de forma conscientemente elaborada e persegue fins determinados. Lukács, em *Para uma ontologia do ser social II*, no capítulo sobre *A reprodução*, considerou essas diferenças essenciais ao afirmar:

[...] o essencial da educação dos homens, [...] consiste em capacitá-los a reagir adequadamente aos acontecimentos e às situações novas e imprevisíveis que vierem a ocorrer depois em sua vida. Isso significa duas coisas: em primeiro lugar, que a **educação do homem** – concebida **no sentido mais amplo possível – nunca estará realmente concluída.** Sua vida, dependendo das circunstâncias, pode terminar numa sociedade de tipo bem diferente e que lhe coloca exigências totalmente distintas daquelas, para as quais a sua educação – no sentido estrito – o preparou (LUKÁCS, 2013, p. 176, grifos nossos).

O ponto em comum entre a educação em sentido amplo e em sentido estrito é que ambas visam formar os homens, ou seja, ambas consistem em influenciá-los a reagirem adequadamente às situações que ocorrerão em sua vida em sociedade. Entretanto, conforme Lukács, em termos concretos, a educação em sentido amplo e em sentido estrito são diferentes. A primeira “nunca estará realmente concluída”, pois não persegue fins restritos (específicos), já a segunda, estabelece fins conscientemente elaborados e determinados. Desse modo, a educação em sentido estrito “coloca exigências específicas”, pois intenciona preparar os indivíduos para reagirem em conformidade ao requerido. Sobre isso, Lukács, em *Para uma ontologia do ser social II*, no capítulo sobre *A reprodução*, acrescenta:

[...] entre educação no sentido mais estrito e o sentido mais amplo não pode haver uma fronteira metafísica. Entretanto, **em termos imediatamente práticos ela está traçada.** Ainda que de maneiras extremamente diferentes, **dependendo das sociedades e classes** (LUKÁCS, 2013, p. 177, grifos nossos).

Para Lukács, em termos práticos em sua forma de realização (objetivação), existe diferença entre a educação em sentido amplo e em sentido estrito, mas não se deve desconsiderar que existem relações entre estas. É por meio da análise concreta de uma determinada sociedade, como a capitalista ou de outras sociedades passadas e de suas classes sociais fundamentais, que se pode apreender as diferenças e relações entre a educação em sentido amplo da educação em sentido estrito. Por isso, ao proceder essa análise, segundo Lukács, é possível verificar que:

Toda sociedade reivindica certa quantidade de conhecimentos, habilidades, comportamentos etc. de seus membros; o conteúdo, o método, a duração etc. da educação no sentido mais estrito são as consequências das carências sociais daí surgidas (LUKÁCS, 2013, p. 177).

A educação em sentido estrito é organizada predominantemente para responder a determinadas necessidades demandadas para a reprodução de uma forma de sociedade. Dessa forma, a educação em sentido estrito é planejada em sua duração, conteúdo e métodos para assegurar a transmissão/apreensão dos conhecimentos, das habilidades e dos comportamentos que são considerados necessários em um contexto histórico particular. Ocorre que em uma sociedade de classes, os interesses e as necessidades que predominam são os da classe dominante e a educação hegemônica, em sentido estrito, acaba por reproduzir os interesses e as necessidades dessa classe.

Na sociedade de classes, a educação em sentido estrito (formal ou institucionalizada) ocorre predominantemente na escola, mas pode ser realizada em outros espaços, como nos sindicatos, nas igrejas etc. (BERTOLDO, 2009, p. 136). Nesse sentido, o fato de a educação em sentido estrito ocorrer principalmente na escola e sob a chancela do Estado⁶⁸, que lhe confere

⁶⁸ O Estado não é pois, de modo algum, um poder que se impõe à sociedade de fora para dentro; tampouco é “a realidade da ideia moral”, nem “a imagem e a realidade da razão”, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a

legalidade (institucionalidade), não elimina a possibilidade da existência de outras experiências educativas em sentido estrito, que não estando ligada ao Estado e aos interesses da classe dominante, podem desempenhar a função de contraposição à educação hegemônica e expressar outros ideais formativos. Com isso, não estamos afirmando que os sindicatos de trabalhadores e as igrejas estão realizando atividades educativas em sentido estrito que se contraponham aos interesses dominantes na atual sociedade, mas tão somente indicando que a educação em sentido estrito não se reduz à forma escolar e que pode ser realizada em outros espaços e desempenhar uma função diferente da forma escolar.

A educação em sentido estrito, considerada em suas determinações ontológicas, não se confunde com a educação em sentido estrito escolar (formal), que é a forma hegemônica na sociedade capitalista. Isso significa que não se pode confundir a natureza essencial da educação em sentido estrito com a função que assume em determinado contexto histórico⁶⁹. Em sentido ontológico, a educação em sentido estrito, é uma atividade (uma práxis) conscientemente elaborada e planejada para transmitir determinados valores, habilidades e conhecimentos aos indivíduos, com o intuito, com a intensão de influenciá-los a agirem em determinadas direções. Nessa linha de compreensão, Maceno argumenta:

Por isso não se deve confundir educação em sentido estrito com a configuração majoritária que ela assume na sociedade de classes, ou seja, com a escola ou com a educação formal. Majoritária porque **a escola não é a única forma pela qual a educação em sentido estrito é transmitida na sociedade de classes. Existem, ainda que de modo não predominante, experiências não escolares da educação em sentido estrito; este é o caso das atividades educativas que não se atrelam ao Estado, nem mesmo a nenhuma das suas teias sutilmente predadoras que se disseminam na tessitura social** (MACENO, 2017, p. 97, grifos nossos).

mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Esse poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado. [...] Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra, o estado da classe mais poderosas, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e que adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida (ENGELS, 2010, p. 213-216).

⁶⁹ [...] uma coisa é a natureza essencial de determinado fenômeno social; outra coisa é o seu papel em determinado momento do processo social (TONET, 2013, p. 243).

Entendida nestes termos, considera-se que a educação em sentido estrito, mesmo que de maneira limitada, pode ser realizada na atual sociedade, desempenhando uma função oposta da educação em sentido estrito escolar. Dessa forma, a educação em sentido estrito, com sua autonomia relativa ao Estado, e dos interesses do capital, pode assumir a função de contribuir com a emancipação do trabalho e na construção de outra forma de sociabilidade.

Entretanto, na sociedade atual, em que predomina a produção capitalista e o domínio da classe burguesa sobre a trabalhadora, a educação em sentido estrito (formal/institucionalizada/escolar) que é predominante, tem uma função clara, a de promover a reprodução das relações sociais capitalistas⁷⁰. Dessa forma, o seu horizonte formativo é restrito, pois visa transmitir os valores e as habilidades que corroborem para conformar os indivíduos (os trabalhadores) à ordem burguesa. István Mészáros, ao refletir sobre a principal função da educação formal/institucionalizada na atual sociedade em seu texto, *A educação para além do capital*, considera:

Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou “consenso” quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados. Esperar da sociedade mercantilizada uma sanção ativa – ou mesmo mera tolerância – de um mandato que estimule as instituições de educação formal a abraçar a grande tarefa histórica do nosso tempo, ou seja, a tarefa de romper com a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana, seria um milagre monumental (MÉSZÁROS, 2005, p. 45, grifos nossos).

Conforme enfatizado, a educação em sentido estrito (formal/escolar) é chancelada pelo Estado, que tanto para Marx⁷¹, como para Engels, Lukács,

⁷⁰ Não é possível alterar o caráter predominantemente “negativo” da escola. O seu fundamento ontológico é ser a manifestação da educação em sentido estrito, necessária à apreensão de conteúdos por parte dos homens para a reprodução da sociedade de classes (MACENO, 2017, p. 98).

⁷¹ Segundo a representação filosófica, o Estado é a “efetivação da ideia” ou o reino de Deus na Terra traduzido para a língua filosófica, o âmbito em que a verdade e a justiça se efetivam ou devem se efetivar. Disso resulta uma reverência supersticiosa ao Estado e a tudo ele ligado, reverência que se alastra mais rapidamente na medida em que as pessoas, desde a mais tenra infância, estão acostumadas a imaginar que esses negócios e interesses comuns a toda a sociedade não podem ser geridos de outra maneira do que aquela em que o foram no passado, isto é, mediante o Estado e seus oficiais bem remunerados. E ainda assim se acredita que foi dado um grande passo ao se superar a crença na monarquia hereditária e prestar juramento à república democrática. Na realidade, porém, o Estado não é mais do que uma máquina para a

Mészáros, etc., não é um órgão neutro, mas um órgão de dominação de uma classe sobre outra, é um instrumento que legaliza essa dominação (LENIN, 2010, p. 27). Dessa forma, esperar que o Estado, que por natureza, tem a função de atuar como esse instrumento de dominação qualquer iniciativa de apoio a uma educação que questione a ordem ou que dissemine a necessidade de romper com a lógica do capital e com os interesses da classe burguesa, seria de uma ingenuidade gigantesca. Marx, ao referir-se à educação em sentido estrito (escolar) em seus textos, destinada aos trabalhadores, sempre teve o cuidado de alertar que esta devia ocorrer sem a interferência do Estado, conforme pode-se verificar nos textos: *A guerra civil na França*⁷², *Crítica do Programa de Gotha*⁷³ e no texto *Sobre a educação na sociedade moderna*⁷⁴. Nesse sentido, com base na teoria marxiana, ao considerar a possibilidade da realização de atividades educativas em sentido estrito na perspectiva da emancipação do trabalho, tem que se ter em conta que estas, devem ser realizadas de forma autônomas e independentes ao poder do Estado.

Conforme argumentado, a educação em sentido estrito institucionalizada e legalizada sob a tutela do Estado, a educação formal/escolar, tem como função principal, a de produzir conformidade ou conformismo na classe dominada (na classe trabalhadora, para que esta, aceite as relações sociais capitalistas como se fossem “naturais” ou imutáveis. Sobre essa questão, István Mészáros, em *A educação para além do capital*, acrescenta:

De fato, da maneira como estão as coisas hoje, a principal função da educação formal é agir como um cão-de-guarda *ex-officio* e autoritário para induzir um conformismo generalizado em determinados modos de internalização, de forma a subordiná-los às exigências da ordem estabelecida. O fato de a educação formal não poder ter êxito na criação de uma *conformidade universal* não altera o fato de, no seu todo, ela está orientada para aquele fim. Os professores e alunos que se rebelam contra tal desígnio fazem-no com a munição que adquiriram tanto dos seus companheiros rebeldes, dentro do domínio formal, quanto a partir da área mais

opressão de uma classe por outra, e isso vale para a república democrática não menos que para a monarquia [...] (MARX, 2011, p. 197).

⁷² Todas as instituições de ensino foram abertas ao povo gratuitamente e ao mesmo tempo purificadas de toda a interferência da Igreja e do Estado. Assim, não somente a educação se tornava acessível a todos, mas a própria ciência se libertava dos grilhões criados pelo preconceito de classe e pelo poder governamental (MARX, 2011, p. 57).

⁷³ Absolutamente condenável é “uma educação popular sob incumbência do Estado” (MARX, 2012, p. 46).

⁷⁴ A educação deve ser pública, sem ser governamental (MARX, 2014, p. 230).

ampla da experiência educacional “desde a juventude até a velhice” (MÉSZÁROS, 2005, p. 56, grifos nossos).

Para Mézáros, na sociabilidade do capital, a educação formal (escolar) está em seu todo comprometida com a reprodução da ordem. Isso significa que a educação em sentido estrito (escolar) está subsumida à lógica do capital, ou seja, à lógica de valorização do valor. Por isso, a sua função essencial se constitui em induzir os indivíduos (os trabalhadores) a se submeterem à ordem burguesa. Desse modo, a educação em sentido estrito (escolar) exerce uma função social conservadora⁷⁵, pois corrobora para a manutenção da estrutura de classes vigente na sociedade capitalista. Nesta direção, Sergio Lessa argumenta:

A função social conservadora, repressora, da Escola, é reafirmada cotidianamente. O Estado determina o quê e o como será aprendido pelos alunos; O Estado determina os critérios de aprovação; o Estado determina quais as necessidades na escola serão atendidas e quais não serão. [...] **a escola, não tem outra serventia senão reproduzir a hierarquia da estrutura de classes. A escola cumpre esta função no complexo da educação.** Por isso, nos dias em que vivemos, **a escola reafirma a regência do capital sobre as nossas vidas** (LESSA, 2012, p. 38-39, grifos nossos).

Mesmo considerando que a educação formal/escolar não possa alcançar esse objetivo em sua totalidade, porque os indivíduos, por sua natureza essencial, podem reagir ativamente ao processo de internalização, não se pode negligenciar o fato de ser essa a função da educação escolar (dominante) na sociabilidade do capital. Mézáros ainda ressalta que a contraposição ou crítica aos fins da educação dominante, por parte de professores, alunos, etc., que apontam em direções diferentes, ocorre por intermédio de companheiros rebeldes e por meio de outras experiências educativas que estes sujeitos tiveram em outros espaços. Isso é possível, pois segundo o filósofo húngaro:

⁷⁵ Para Lukács, a educação, por sua natureza ontológica, guarda uma dimensão conservadora, uma vez que contribui para a continuidade/conservação do ser social; transmitindo/conservando o conteúdo que vai sendo acumulado na história. Nesse sentido, a conservação é positiva e imprescindível para a reprodução do ser social e para a construção do novo.

[...] muito do nosso processo contínuo de aprendizagem se situa, felizmente, fora das instituições educacionais formais. Felizmente, porque esses processos não podem ser manipulados e controlados de imediato pela estrutura educacional formal legalmente salvaguardada e sancionada (MÉSZÁROS, 2005, p. 56).

A educação em sentido estrito (formal/escolar/institucionalizada) é predominante na sociedade capitalista e a sua função é reproduzir essas relações sociais, mas esse fato concreto e constatável pela análise das instituições de educação em sentido estrito (escolar/institucionalizada), não anula a possibilidade concreta da realização de outras formas de atividades educativas em sentido estrito, que em uma direção oposta à escolar, intencionem influenciar os indivíduos (os trabalhadores) a não se conformarem com a atual forma de sociedade, a capitalista, e a lutarem por sua superação e por outra sociabilidade, a comunista.

Neste sentido, a educação em sentido estrito, mas não institucionalizada (não escolar), pode desempenhar uma outra função, que é a de influenciar os homens a agirem de forma diversa ao requerido pela educação formal dominante. É nesse contexto, que deve se situar as atividades educativas/formativas na perspectiva da emancipação da classe trabalhadora, pois assumem a função de transmitir um conhecimento radical e profundo da sociabilidade capitalista, com o objetivo de instrumentalizar a classe trabalhadora a questionar a ordem burguesa e a se organizarem politicamente para lutarem para construir uma forma de sociedade radicalmente diferente, na qual, não haja mais a exploração do homem pelo homem.

Desse modo, em uma sociedade dividida em classes sociais, como é a sociedade capitalista, a educação em sentido estrito, mas não escolar, pode desempenhar uma função radicalmente oposta a da educação em sentido estrito escolar, na medida em que não favoreça para a reprodução da ordem burguesa, mas que expresse o interesse da classe trabalhadora. A natureza essencial da educação em sentido estrito (escolar ou não escolar) é a mesma, visto que tanto uma como a outra intentam influenciarem de forma sistematizada (organizada) os homens, historicamente situados, a atuarem de determinadas maneiras frente a realidade que vivem. Sobre esse ponto, Lukács, em *Para uma Ontologia do ser social II*, no capítulo sobre *A reprodução*, considera:

Assim sendo, **a problemática da educação remete ao problema sobre o qual está fundada: sua essência consiste em influenciar os homens** no sentido de reagirem a novas alternativas de vida do modo **socialmente intencionado** (LUKÁCS, 2013, p. 178, grifos nossos).

A educação em sentido estrito ou em sentido lato (amplo) não são neutras em uma sociedade de classes, ou seja, não são desprovidas de finalidades e de objetivos. Por isso, Lukács ressalta a importância de se compreender a partir de qual fundamento a educação está estruturada, visto que a partir deste, ela desempenhará determinadas funções na sociedade. Uma educação fundada a partir da lógica do capital e uma educação fundada a partir do trabalho (da emancipação dos trabalhadores) não têm as mesmas finalidades e buscam influenciar os homens a agirem de forma oposta e por isso, assumem funções diferentes. A primeira assume a função de conformar os indivíduos a ordem, sendo prioritariamente conservadora e atende as necessidades da classe dominante, da classe burguesa na sociedade atual. A segunda tem uma função transformadora, pois intenciona contribuir com a superação da ordem do capital e, por isso, busca influenciar a classe trabalhadora a agir (a lutar) nesta direção. Na sociedade de classes, os problemas, dentre estes, os da educação, podem ser encaminhados (resolvidos) em direções opostas, pois dependem da luta entre as classes sociais, que por sua natureza ontológica, possuem interesses contraditórios. Nesta direção, Lukács, em *Para uma ontologia do ser social II*, no capítulo sobre *O trabalho*, corrobora:

Uma vez surgidas as sociedades de classes, qualquer questão pode ser resolvida em direções diversas: depende do ponto de vista de classe a partir do qual se busca a resposta para o dilema (LUKÁCS, 2013, p. 152, grifos nossos).

Enfim, na sociedade capitalista (de classes) a educação em sentido estrito (escolar e não escolar) e a educação em sentido lato (amplo) necessitam ser analisadas concretamente, ou seja, a partir das contradições entre o capital e o trabalho, ou seja, entre a classe burguesa e a classe trabalhadora. Por isso, considera-se que é de fundamental importância compreender as determinações e contradições essenciais da sociedade do capital e a partir destas, entender a função que a educação assume na perspectiva de reprodução do capital, da

valorização do valor, mas principalmente em uma perspectiva da emancipação do trabalho, de superação da ordem burguesa e na construção de uma sociedade realmente emancipada.

4 O TRABALHO PRODUTIVO DE CAPITAL E A EDUCAÇÃO SUBSUMIDA A ESSE FIM NA TEORIA MARXIANA

Na sociabilidade do capital, o trabalho assume determinações próprias e somente é considerado produtivo aquele trabalho que propicia a continuidade do processo de produção e reprodução do capital. Deste modo, o trabalho em sua determinação essencial, produtor de valor de uso, que é uma eterna necessidade humana, está submetido ao trabalho produtor de valor (de mais-valor), que é uma eterna necessidade para a reprodução do capital. O capital não pode deixar de obedecer a sua lei interna, a lei de valorização do valor. Por isso, o capital, investido na produção de mercadorias, tem de se valorizar a qualquer custo, mesmo que isso coloque em risco o próprio sistema do capital e a sobrevivência da humanidade.

Para alcançar esse objetivo, o capital necessariamente tem de subsumir o trabalho produtor de valor de uso a sua lógica. Assim, o trabalho, enquanto produtor de valor de uso está subsumido ao trabalho produtor de valor de troca (de valor). Isto significa que o trabalho concreto está subsumido ao trabalho abstrato e este último tem por finalidade principal a produção do mais-valor, que é a condição essencial da valorização do capital, ou seja, de sua reprodução. Tumolo (2002, p. 92) destaca que, sob a ordem do capital, o trabalho e as formas de organização do trabalho (taylorismo, fordismo, toyotismo) foram desenvolvidas e aperfeiçoadas para elevar o grau de exploração da força de trabalho da classe trabalhadora.

Este processo de subsunção do trabalho ao capital tem por base as relações econômicas burguesas, mas, nem de longe se restringem a estas, pois para se reproduzir uma determinada forma de sociabilidade faz-se necessário um processo formativo/educacional, por meio do qual, se transmite as habilidades e valores que contribuem para formar/conformar os indivíduos neste tipo de sociedade. Nesse sentido, entende-se que é preciso compreender a relação existente entre o trabalho que produz e reproduz o capital e as determinações essenciais de uma formação/educação subsumida a esse fim. Desse modo, a discussão centra-se em torno da relação entre o capital, o trabalho produtivo de capital e a /formação/educação desse tipo de trabalhador assalariado que o capital necessita prioritariamente para se reproduzir. Não se

desconsidera que o capital necessita do trabalho de outros trabalhadores assalariados (improdutivos) e da educação destes, mas estes, assim como o próprio capital, dependem do trabalho do trabalhador assalariado produtivo de mais-valor e que este trabalhador continue cumprindo diuturnamente essa função no processo produtivo.

4.1 O trabalhador produtivo de capital na teoria marxiana

Conforme já discutido, a teoria marxiana, fundada em uma análise materialista das relações sociais, tem como pressuposto essencial, que a sociabilidade humana se assenta no trabalho. Por meio do trabalho, o homem se fez e se faz homem, continuamente, distinguindo-se dos demais animais. Marx em uma obra de sua juventude em parceria com Engels, a *Ideologia Alemã*, já afirmava que:

Podemos distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião – por tudo o que se quiser. Mas eles começam a distinguir-se dos animais assim que começam a produzir os seus meios de subsistência (Lebensmittel), passo que é requerido pela sua organização corpórea. Ao produzirem os meios de subsistência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material. O modo como os homens produzem os seus meios de subsistência depende, em primeiro lugar, da natureza dos próprios meios de subsistência encontrados e a reproduzir. Esse modo da produção não deve ser considerado no seu mero aspecto de reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se já, isto sim, de uma forma determinada da atividade desses indivíduos, de uma forma determinada de exteriorizarem a sua vida, de um determinado modo de vida dos mesmos (MARX, ENGELS, 2009, p. 24).

Dessa forma, para Marx e Engels, o trabalho é a atividade que assegura a existência do “mundo dos homens”⁷⁶ e pelo qual os homens produzem e se reproduzem como seres sociais. Por isso, como refletido, Marx considera que o trabalho, enquanto produtor de valor de uso é uma condição eterna da vida humana, que, independentemente da forma como a sociedade está organizada, este não pode ser eliminado, como se pode constatar na

⁷⁶ Expressão utilizada pelo autor Sérgio Lessa no livro: *Mundo dos Homens: trabalho e ser social* (2012).

análise da sociabilidade capitalista, na qual, a prioridade é a criação de valor de troca (de valor) ou de valorização do valor.

Sobre isto, no capítulo primeiro: A mercadoria, do Livro I de *O Capital*, Marx faz a seguinte consideração:

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana (MARX, 2013, p. 120).

Nessa definição, Marx considera que o trabalho produtor de valor de uso é ineliminável em toda e qualquer forma de sociabilidade. Entretanto, o autor de *O Capital* destaca que a categoria do trabalho como produtor de valor de uso não é suficiente para explicar a produção e reprodução na moderna sociedade burguesa, visto que esta ocorre, essencialmente, pela produção de mercadorias⁷⁷. O trabalho produtor de valor de uso não é o fim, o objetivo da produtividade capitalista, mas apenas um meio para o capitalista produzir valor de troca, para valorizar o valor. Nesse sentido, ao analisar o trabalho em sua historicidade, em sua determinabilidade e na sua concreção na sociabilidade do capital, Marx precisa a sua finalidade no capítulo quinto do Livro I de *O Capital*: O processo de trabalho e o processo de valorização, com as seguintes afirmações:

Na produção de mercadorias, o valor de uso não é, de modo algum, a coisa *qu' on aime pour lui-même* [que se ama por ela mesma]. Aqui, **os valores de uso só são produzidos porque e na medida em que são o substrato material, os suportes do valor de troca**. E, para nosso capitalista, trata-se de duas coisas. Primeiramente, ele quer produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, isto é, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. Em segundo lugar, quer produzir uma mercadoria cujo valor seja maior do que a soma do valor das mercadorias requeridas para sua produção, os meios de produção e a força de trabalho, para cuja compra ele adiantou seu dinheiro no mercado. **Ele quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria; não só valor de uso, mas valor, e não só valor, mas também mais-valor** (MARX, 2013, p. 263, grifos nossos).

⁷⁷ As mercadorias vêm ao mundo na forma de valores de uso ou corpos de mercadorias, como ferro, linho, trigo etc. Essa é sua forma natural originária. Porém, elas só são mercadorias porque são algo duplo: objetos úteis e, ao mesmo tempo, suportes de valor. Por isso, elas só aparecem como mercadorias ou só possuem a forma de mercadoria na medida em que possuem esta dupla forma: a forma natural e a forma de valor (MARX, 2013, p. 124).

Na moderna sociedade burguesa, em que imperam as relações de produção capitalista, o trabalho concreto - produtor de valor de uso - está subsumido ao trabalho abstrato - produtor de valor e de mais-valor. O trabalho necessário à reprodução do ser social (produtor de valor de uso), no capitalismo, está subsumido ao trabalho necessário à reprodução do capital (produtor de valor). Neste modo de produção, o capitalista se interessa pelo valor de troca e o valor de uso só é produzido, na medida em que é suporte deste⁷⁸. O capitalista não produz um produto para o seu uso próprio, mas para o uso de outrem, ele produz uma mercadoria, ou seja, produz para vender e para valorizar o valor. O que importa para o capitalista é o valor de troca, visto ser este o seu objetivo primeiro, o que implica na subsunção real do uso. Por isso, quanto mais o capitalista conseguir diminuir o valor de uso das mercadorias que são produzidas e ampliar o seu valor troca, mais obterá vantagens⁷⁹.

Desse modo, os produtores particulares de mercadorias, os capitalistas privados, investem seu capital na compra de mercadorias na forma de meios de produção e da força de trabalho, com o objetivo de produzirem outras mercadorias, as quais não apenas reponham o valor que gastaram na compra, mas que, fundamentalmente, lhes propiciem um mais-valor.

Marx procura esclarecer que, no modo de produção capitalista, o trabalho que interessa ao burguês não é o trabalho em geral, mas aquele que rende um excedente, ou seja, aquele que cria mais-valor. Isso significa, que o capital não pode se reproduzir nem ser acumulado privadamente se não extrair o mais-valor, que é oriundo da exploração da mercadoria força de trabalho⁸⁰.

⁷⁸ Os valores de uso se efetivam apenas no uso ou no consumo. Os valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma de sociedade que iremos analisar, eles constituem, ao mesmo tempo, os suportes materiais [stoffliche Träger] do valor de troca (MARX, 2013, p. 114).

⁷⁹ Nesse sentido, o que é verdadeiramente vantajoso para a expansão do capital não é um incremento na taxa (ou grau) com que uma mercadoria – por exemplo, uma camisa – é utilizada e sim, pelo contrário, o decréscimo de suas horas de uso diário. Enquanto tal decréscimo for acompanhado por uma expansão adequada do poder aquisitivo da sociedade, cria-se a demanda por outra camisa. [...] De fato, essa tendência de reduzir a taxa de utilização real tem sido precisamente um dos principais meios pelos quais o capital conseguiu atingir seu crescimento verdadeiramente incomensurável no curso do desenvolvimento histórico (MÉSZÁROS, 2006, p. 661).

⁸⁰ A força de trabalho é, na sociedade capitalista dos nossos dias, uma mercadoria como qualquer outra, mas certamente, uma mercadoria muito especial. Com efeito, ela tem a propriedade especial de ser uma força criadora de valor, uma fonte de valor e, principalmente

Essa é a lei inerente ao processo de produção capitalista. Nesse preciso sentido, o autor de *O Capital*, no capítulo vinte três: A lei geral da acumulação capitalista, considera:

A produção de mais-valor, ou criação de excedente, é a lei absoluta desse modo de produção. A força de trabalho só é vendável na medida em que conserva os meios de produção como capital, reproduz seu próprio valor como capital e fornece uma fonte de capital adicional em trabalho não pago (MARX, 2013, p. 695, grifos nossos).

Ao perseguir o objetivo de produzir mais-valor a todo custo, que é a forma essencial do capital se reproduzir, essa forma de produção necessariamente desenvolve as forças produtivas para expandir a produtividade e ampliar constantemente a criação de mais-valor. Neste desejo insaciável por sua autovalorização, o desenvolvimento das forças produtivas, sob o domínio do capital, converte-se em forças altamente destrutivas para a maioria dos seres humanos.

No desenvolvimento das forças produtivas advém uma fase em que surgem forças produtivas e meios de intercâmbio que, no marco das relações existentes, causam somente malefícios e não mais forças de produção, mas forças de destruição - e, ligado a isso, surge uma classe que tem de suportar todos os fardos da sociedade sem desfrutar de suas vantagens (MARX; ENGELS, 2010, p. 41).

A acumulação de capital por parte da classe burguesa se dá pela exploração da força de trabalho da classe trabalhadora, que, por meio do desenvolvimento das forças produtivas, reduz o trabalho necessário e amplia a apropriação do mais trabalho. Por isso, o aumento da riqueza na sociedade capitalista é acompanhado pela pobreza da classe trabalhadora, que, estando submetida ao capital, suporta os fardos dessa sociedade sem desfrutar de suas riquezas. Nesta sociabilidade, só uma minoria (a classe burguesa), que à custa do trabalho e da privação da maioria (a classe trabalhadora), pode desfrutar e fazer aquilo que querem ou gostam (TONET, 2012, p. 27).

com um tratamento adequado, uma fonte de mais valor do que ela própria possui (ENGELS, 2010, p. 28).

A fim de desvelar essa relação contraditória da sociabilidade capitalista, Marx, em sua obra de maturidade, *O Capital*, ocupa-se, essencialmente, com a análise materialista do modo de produção capitalista e das leis que lhe são inerentes e que propiciam o movimento de sua reprodução. Sobre isto, Marx ressalta no *Prefácio da primeira edição* do livro I de *O Capital*, nos seguintes termos:

O que pretendo nesta obra investigar é o modo de produção capitalista e suas correspondentes relações de produção e de circulação. [...] E a finalidade última desta obra é desvelar a lei econômica do movimento da sociedade moderna [...] (MARX, 2013, p. 78-79).

Estabelecido o pressuposto de investigar o modo de produção capitalista em sua totalidade, a saber, em suas relações de produção e de circulação e de que, todo modo de produção se assenta em uma forma de trabalho, Marx busca compreender o tipo de trabalho que era o produtor e o reproduzidor de capital ou mais precisamente, o tipo específico de trabalhador que contribui para a valorização do capital. No modo de produção capitalista, o trabalhador só tem valor, se o seu trabalho criar um mais-valor, gratuitamente, para o capitalista. Sobre esse ponto, Marx, no capítulo quatorze de *O Capital*, em que trata do Mais-valor absoluto e relativo, enfatiza:

A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, mas essencialmente produção de mais-valor. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta que, por isso, que ele produza em geral. Ele tem de produzir mais-valor. **Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital** (MARX, 2013, p. 578, grifos nossos).

Na investigação da produção capitalista, o autor de *O Capital* constata que esta se distingue de todas as formas anteriores de produção, mesmo em relação àquelas que também produziram mercadorias e que se dedicaram à atividade do comércio com outros povos. Conforme a citação acima, no modo de produção capitalista, a produção não é somente produção de mercadorias, mas se produz mercadorias para valorizar o valor. Por ter essa especificidade, o capital precisa subsumir, diuturnamente, o trabalhador a sua irrefreável necessidade de valorização. Desse modo, do ponto de vista do capital, o trabalho

que importa é aquele que serve a sua própria valorização e não o trabalho que produz em geral. Por extensão, o trabalhador que importa ao capital, não é o trabalhador em geral, mas o trabalhador assalariado e produtivo de capital.

Como se pode verificar, a análise marxiana da categoria de trabalho produtivo, sua conseqüente delimitação e distinção não foram feitas de forma a - histórica, mas a partir da compreensão das determinações histórico- concretas do modo de produção capitalista e da lógica que é inerente a essas relações econômicas. Nessa mesma linha de abordagem, Marx, em *O Capital*, no capítulo 23: A lei geral da acumulação capitalista, formula a categoria de trabalhador produtivo na sociabilidade do capital, caracterizando-o de trabalhador proletário⁸¹ com os seguintes termos:

Por “proletário” deve-se entender, do ponto de vista econômico, apenas o assalariado que produz e valoriza capital e é posto na rua assim que se torna supérfluo para as necessidades de valorização do “Monsieur Capital”, como Pecqueur denomina esse personagem (MARX, 2013, p. 690, grifos nossos).

A partir de uma profunda crítica da economia política burguesa, que considera as categorias de trabalho produtivo e de trabalhador produtivo de forma abstrata, absoluta e como se tivessem o mesmo significado e validade para todos os momentos da história, Marx contextualiza e abstrai o sentido dessas categorias das próprias relações de produção burguesas, considerando-as como transitórias e não eternas, como no pensamento econômico burguês. Diante disto, o autor de *O Capital*, no Livro quatro, volume I, sobre a *Teorias da mais-valia*, critica o pensamento econômico burguês, nos seguintes termos:

Só o tacanho espírito burguês, que considera absolutas e portanto formas naturais e eternas as formas capitalistas de produção, pode **confundir** estas duas perguntas – **que é trabalho produtivo do ponto de vista do capital, e que trabalho é em geral produtivo ou que é trabalho produtivo em geral** – e assim ter-se na conta de muito sábio, ao responder que todo trabalho que produza alguma coisa, um

⁸¹ [...] o proletário, a classe dos operários modernos, os quais só vivem enquanto têm trabalho e só tem trabalho enquanto seu trabalho aumenta o capital. Esses operários, constrangidos a vender-se a retalho, são mercadoria, artigo de comércio como qualquer outro; em consequência, estão sujeitos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado (MARX; ENGELS, 2010, p. 46).

resultado qualquer, por isso mesmo, é trabalho produtivo (MARX, 1987, p. 388, grifos nossos).

Em sua obra *O Capital*, Marx não faz tábula rasa à economia política burguesa, mas lhe faz uma crítica radical, no sentido marxiano que esse termo possui, a saber: “Ser radical é agarrar as coisas pela raiz” (MARX, 2005, p. 151). Além de objetivar o conhecimento mais profundo da realidade, o pensamento marxiano coloca a necessidade de sua objetivação em um processo prático revolucionário. Contraditoriamente, os teóricos burgueses, com seu “tacanho espírito”, se dedicam a elaborar interpretações da realidade que convêm à reprodução das relações sociais burguesas e à conformação dos indivíduos a essa ordem social. Por isso, segundo Marx, a burguesia, ao conquistar o poder político nos principais países da Europa, como na França e na Inglaterra, abriu mão de conhecer a realidade por meio de uma investigação, verdadeiramente, científica e passa a produzir uma apologética, já que esta contribui para a manutenção de seus interesses como classe social dominante (MARX, 2013, p. 86).

O pensamento burguês, necessariamente desprovido de “imparcialidade científica”, não pode preocupar-se em esclarecer profundamente a realidade, pois não objetiva sua transformação, mas sua conservação. Nesse sentido, essa “tacanha explicação” não historiciza o trabalho na sociedade burguesa, o toma de forma abstrata e imutável. Em direção oposta, Marx, no Livro quatro de *O Capital*, sobre a *Teorias da mais-valia*, com o rigor já explicitado e tendo a realidade concreta como pressuposto essencial⁸², distingue, historicamente, o trabalho produtivo na sociabilidade capitalista, do trabalho produtivo em geral, considerando o primeiro da seguinte forma:

Trabalho produtivo no sentido da produção capitalista é o trabalho assalariado que, na troca pela parte variável do capital (a parte do capital despendida em salário), além de reproduzir essa parte do capital (ou o valor da própria força de trabalho), ainda produz mais-valia para o capitalista. Só por esse meio, mercadoria ou dinheiro se converte em capital, se produz como capital. **Só é**

⁸²Os pressupostos de que partimos não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas **pressupostos reais**, de que só se pode **abstrair na imaginação**. São os **indivíduos reais**, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação. Esses pressupostos são, portanto, constatáveis por via puramente empírica (MARX; ENGELS, 2007, p. 86, grifos nossos).

produtivo o trabalho assalariado que produz capital. (Isso equivale a dizer que o trabalho assalariado reproduz, aumentada, a soma de valor nele empregada ou que restitui mais trabalho do que recebe na forma de salário. Por conseguinte, **só é produtiva a força de trabalho que produz valor maior que o próprio**) (MARX, 1987, p. 132-133, grifos nossos).

O trabalho produtivo na sociabilidade do capital ou nos próprios termos de Marx (1987, p. 133), “no sentido da produção capitalista”, não possui uma noção vaga, abstrata ou mesmo indiferenciada. O trabalho produtivo na sociedade capitalista é definido pelo autor de *O Capital* de forma precisa e inequívoca, a saber, é “trabalho assalariado” e “trabalho que produz mais-valia para o capitalista”. Observa-se que o trabalho produtivo é trabalho assalariado, mas nem todo trabalho assalariado é produtivo na forma de produção capitalista. Um trabalhador assalariado, que realiza uma atividade concreta da mesma natureza, pode ser produtivo e improdutivo na lógica de reprodução das relações sociais capitalistas. É por isso que, além de ser trabalhador assalariado, para ser trabalhador produtivo de capital, esse trabalhador assalariado tem que produzir mais-valor. Entretanto, não basta ser trabalhador assalariado e produtor de mais-valia, mas para ser produtivo, tem que ser assalariado e produtor de mais-valia para a valorização do capital. Isto significa que o trabalhador pode ser assalariado e produtor de mais-valia e não ser trabalhador, cujo trabalho reproduz o capital.

A partir dessa precisa análise concreta das relações econômicas capitalistas, Marx formula a categoria de trabalho produtivo de capital, considerando-o como o trabalho assalariado e produtor de mais-valia para o capitalista. Desse modo, o conceito de produtividade do trabalho no capitalismo é abstraído das próprias determinações específicas e objetivas que o trabalho assume nesse modo de produção. Assim, não se trata da produtividade em geral do trabalho e de maneira indiferenciada, mas da produtividade de um determinado tipo de trabalho e de trabalhador que o capital necessita para se realizar e se reproduzir enquanto capital. A partir disto, pode-se colocar a questão da formação/educação desse tipo específico de trabalhador que o capital necessita para produzir e se reproduzir. Em última análise, esta não pode ser uma educação que desenvolva as habilidades gerais dos trabalhadores, mas uma educação que, subsumida aos ditames do capital, forme os trabalhadores

com os valores e habilidades que são requeridos para a reprodução da sociabilidade capitalista.

Marx não trata os acontecimentos e os fatos de forma a-histórica, mas busca compreendê-los em sua concreção real. Então, ao abordar a produtividade no sentido capitalista e em qual tipo de trabalho esta se assentava, precisou o autor de *O Capital*, no Livro quatro, sobre a *Teorias da mais-valia*:

A produtividade no sentido capitalista baseia-se na produtividade relativa; então, o trabalhador não só repõe um valor precedente, mas também cria um novo; materializa em seu produto mais tempo de trabalho que o materializado no produto que o mantém vivo como trabalhador. Dessa espécie de trabalho assalariado produtivo depende a existência do capital (MARX, 1987, p. 133, grifos nossos).

A produtividade da qual o capital depende, essencialmente, para a sua reprodução, é obtida a partir da parte despendida na comprada força de trabalho, ou, mais precisamente, da produtividade do capital variável⁸³, da “produtividade relativa”. Para isso, o capitalista vai ao mercado e desembolsa seu capital na forma-dinheiro para comprar os meios de produção (capital constante⁸⁴) e força de trabalho (capital variável) para realizar o processo produtivo de mercadorias. A produção de mercadorias supõe um processo de trabalho e este só pode se efetivar porque é composto dos meios de produção, tais como: ferramentas, máquinas, instalações, matérias naturais e pela força de trabalho. Neste sentido, no Capítulo cinco do Livro I de *O Capital: O processo de trabalho e o processo de valorização*, Marx considera:

No processo de trabalho, a atividade do homem, com a ajuda dos meios de trabalho, opera uma transformação do objeto de trabalho segundo uma finalidade concebida desde o início. O processo se extingue no produto. Seu produto é um valor de uso, um material natural adaptado às necessidades humanas por meio da modificação

⁸³ [...] a parte do capital constituída de força de trabalho modifica seu valor no processo de produção. Ela não só reproduz o equivalente de seu próprio valor, como produz um excedente, um mais-valor, que pode variar, sendo maior ou menor de acordo com as circunstâncias. Essa parte do capital transforma-se continuamente de uma grandeza constante numa grandeza variável. Denomino-o, por isso, parte variável do capital ou, mais sucintamente: capital variável (MARX, 2013, p. 286).

⁸⁴ [...] a parte do capital que se converte em meios de produção, isto é, em matérias-primas, matérias auxiliares e meios de trabalho, não altera sua grandeza de valor no processo de produção. Por essa razão, denomino-a parte constante do capital, ou, mais sucintamente: capital constante (MARX, 2013, p. 286).

de sua forma. O trabalho se incorporou a seu objeto. Ele está objetivado, e o objeto está trabalhado. O que do lado do trabalhador aparecia sob a forma do movimento, agora se manifesta, do lado do produto, como qualidade imóvel, na forma do ser. Ele fiou, e o produto é um fio (MARX, 2013, p. 258).

Desse modo, toda a produção dos bens necessários para a reprodução da sociabilidade humana depende desses dois componentes e de seu desenvolvimento e aperfeiçoamento no desenrolar da história. Em *O Capital*, Marx afirma que o “trabalho é [...] uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre o homem e natureza e, portanto, da vida humana” (MARX, 2013, p. 120).

Entretanto, na sociabilidade capitalista, o processo produtivo não está organizado simplesmente para a reprodução e aperfeiçoamento dos meios de produção e da força de trabalho para melhorar as condições de vida de todos os seres humanos e dos trabalhadores produtivos, mas para contribuir com a reprodução do capital e das relações sociais que corroboram com seu desenvolvimento. O processo de produção no capitalismo não é um processo em geral, mas é um processo de produção de mercadorias, é uma unidade de dois processos: o processo de trabalho e o processo de valorização⁸⁵ (MARX, 2013, p. 273). É nessa direção que Marx, no Capítulo Treze do Livro I de *O Capital: Maquinaria e grande indústria*, considera a finalidade da introdução da máquina no processo de produção capitalista.

Como qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, **ela (a maquinaria) deve baratear mercadorias e encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador necessita para si mesmo**, a fim de prolongar a outra parte de sua jornada, que ele dá gratuitamente para o capitalista. **Ela é meio para a produção de mais-valor** (MARX, 2013, p. 445, grifos nossos).

O desenvolvimento dos meios de produção, como a maquinaria, sob o domínio do capital não visa de modo algum melhorar a labuta diária dos

⁸⁵ Toda produção capitalista, por ser não apenas processo de trabalho, mas, ao mesmo tempo, processo de valorização do capital, tem em comum o fato de que não é o trabalhador quem emprega as condições de trabalho, mas, ao contrário, são estas últimas que empregam o trabalhador; porém, apenas com a maquinaria essa inversão adquire realidade tecnicamente tangível (MARX, 2013, p. 495).

trabalhadores assalariados produtivos, pelo contrário, a maquinaria é o meio pelo qual o capital subsumiu realmente o trabalho a sua lógica⁸⁶, porque com a introdução da maquinaria no processo produtivo, o capital pode diminuir a parte da jornada de trabalho que o trabalhador produz para si mesmo e prolongar a parte da jornada de trabalho que ele produz gratuitamente para o capitalista.

O desenvolvimento da força produtiva do trabalho no interior da produção capitalista visa encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador tem de trabalhar para si mesmo precisamente para prolongar a parte da jornada de trabalho durante a qual ele pode trabalhar gratuitamente para o capitalista (MARX, 2013, p. 396).

Assim, a maquinaria foi o meio de o capital continuar se valorizando e não o meio para valorizar o trabalhador, na medida em que a sua utilização em larga escala desqualifica e barateia a força de trabalho, fazendo com que esta seja mais produtiva para o capital. Por isso, segundo Marx, a maquinaria “é meio para a produção de mais-valor”, mas de um tipo específico, o mais-valor relativo⁸⁷, que se difere do mais-valor absoluto⁸⁸. Sobre esse processo, Marx, em os *Grundrisse*, acrescenta:

O capital só emprega a máquina [...] na medida em que ela capacita o trabalhador a trabalhar uma parte maior do seu tempo para o capital, a se relacionar uma parte maior do seu tempo como não pertencente a ele, a trabalha mais tempo para o outro. Na verdade, por meio desse processo o quantum de trabalho necessário para a produção de um

⁸⁶ A subsunção real do trabalho no capital desenvolve-se em todas aquelas formas que produzem mais-valia relativa, ao contrário de absoluta. Com a subordinação real do trabalho no capital efectua-se uma revolução total (que prossegue e se repete continuamente) no próprio modo de produção, na produtividade do trabalho e na relação entre o capitalista e operário. [...] Desenvolvem-se as forças produtivas sociais do trabalho e, graças ao trabalho em grande escala, chega-se à aplicação da ciência e da maquinaria à produção imediata. Por um lado, o modo capitalista de produção, que agora se estrutura como um modo de produção *sui generis*, origina uma forma modificada da produção material. Por outro lado, essa modificação da forma material constitui a base para o desenvolvimento da relação capitalista, cuja forma adequada corresponde, por consequência, a determinado grau de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas do trabalho (MARX, 1975, p. 89).

⁸⁷ Para prolongar o mais-trabalho, o trabalho necessário é reduzido por meio de métodos que permitem produzir em menos tempo o equivalente do salário. A produção do mais-valor absoluto gira apenas em torno da duração da jornada de trabalho; a produção do mais-valor relativo revoluciona inteiramente os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais (MARX, 2013, p. 578).

⁸⁸ A extensão da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador teria de produzido apenas o equivalente do valor de sua força de trabalho, acompanhada da apropriação desse mais trabalho pelo capital – nisso consiste a produção do mais-valor absoluto. Ela forma a base geral do sistema capitalista e o ponto de partida da produção do mais-valor relativo (MARX, 2013, p. 578).

certo objeto é reduzido a um mínimo, mas só para que, com isso, um máximo de trabalho seja valorizado em um máximo de tais objetos (MARX, 2011, p. 585).

Cabe ainda esclarecer, com base em Marx, que a maquinaria é o “meio”, ou seja, ela tem a função de facilitar a extração de mais-valor relativo, mas ela própria não produz mais-valor. Desse modo, a maquinaria, por ser um componente do capital constante, não gera mais-valor, mas apenas transfere o seu valor no processo produtivo de mercadorias. Conforme preconiza, o autor de *O Capital* no capítulo treze do Livro I, Maquinaria e a grande indústria:

Como qualquer outro componente do capital constante, a maquinaria não cria valor algum, mas transfere seu próprio valor ao produto, para cuja produção ela serve. Na medida em que tem valor e, por isso, transfere valor ao produto, ela se constitui num componente deste último (MARX, 2013, p. 460).

Assim, o capital despendido na compra dos meios de produção (máquinas) “não cria valor algum, mas transfere seu próprio valor ao produto”. Por sua natureza e função no processo produtivo, a maquinaria, por ser parte do capital constante, não cria valor, mas transfere o seu valor na medida em que é consumida. Ao não produzir valor, a maquinaria apenas transfere o valor que possui enquanto tem vida útil. Dessa forma, por não criar valor no processo produtivo, não pode produzir mais-valor relativo ou absoluto e por não ter essa propriedade, só repõe o seu próprio valor e não valoriza o capital.

[...] a máquina entra sempre por inteiro no processo de trabalho e apenas parcialmente no processo de valorização. Ela jamais adiciona um valor maior do que aquele que perde, em média, devido a seu próprio desgaste, de modo que há uma grande diferença entre o valor da máquina e a parcela de valor que ela transfere periodicamente ao produto (MARX, 2013, p. 460).

A partir disso, fica explicitado que, para Marx, a valorização do capital ocorre no processo produtivo⁸⁹, mas por meio do capital investido na compra da

⁸⁹ Marx analisa o capital em sua totalidade, ou seja, como processo de produção e processo de circulação. A produção capitalista é constituída pela unidade entre o processo de produção e o processo de circulação (MARX, 2008, p. 41). O processo de produção e processo de valorização do capital foi discutido por Marx no Livro I de *O Capital*. O processo de circulação foi discutido

força de trabalho produtiva, no capital variável, que, ao ser consumido numa jornada de trabalho na produção de mercadorias, reproduz o seu próprio valor e produz um mais-valor. A apropriação desse mais-valor gerado pela força de trabalho produtiva é o que interessa ao capitalista, pois é por ele que o seu capital se valoriza. Nesse preciso sentido, o capitalista é obrigado pela própria lógica de reprodução do capital a desenvolver os meios necessários, como o aperfeiçoamento constante dos instrumentos de produção, para aumentar a taxa de extração de mais-valor, o que implica, gradativamente, a intensificação da exploração da força de trabalho pelo capital, ou seja, da exploração dos trabalhadores pelos capitalistas (MARX, 2013, p. 294).

Portanto, a reprodução do capital se realiza por meio da exploração do trabalho produtivo, a saber, da exploração do trabalho assalariado que produz mais-valor para o capitalista. “O capital desaparece se não explora a força de trabalho e, para explorá-la, é preciso comprá-la” (MARX, 2010, p. 50). Quanto mais o capital é consumido no emprego desses trabalhadores assalariados e quanto menos é consumido em trabalhadores assalariados improdutivos, que não criam mais-valor, mais ocorre a ampliação e a acumulação de capital.

Entretanto, para o capital comprar e explorar a força de trabalho, esta deve estar em condições para desempenhar as funções requeridas no processo produtivo capitalista e, para tal, a força de trabalho tem de receber uma formação/educação que lhe permita aprender as habilidades que a capacitem em ser comprada/utilizada pelo capital. E a força de trabalho que importa principalmente ao capital ou que tem valor de uso para o capital, é a força de trabalho dos trabalhadores assalariados produtivos, visto que estes valorizam diretamente o capital.

Ao abordar a questão da formação/educação do trabalho na grande indústria, ou seja, no capitalismo desenvolvido, Marx faz as seguintes

no Livro II de O Capital. Sobre isso, David Harvey comenta: “O Livro I de O capital concentra a atenção nos processos e dinâmicas da produção de valor e mais-valor, deixando de lado qualquer dificuldade que possa surgir das condições de realização. Marx supõe que sempre existe um mercado e que todas as mercadorias produzidas podem ser vendidas por seu valor. O Livro II toma exatamente o caminho contrário: o que se revela como processos difíceis e frequentemente instáveis de realização do mais-valor é colocado no microscópio [...] A unidade de produção e realização, como a da mercadoria, é uma unidade contraditória: ela internaliza uma oposição entre duas tendências radicalmente diferentes” (HARVEY, 2014, p. 9). Em síntese, no processo de produção ocorre a produção do valor e do mais-valor e no processo de circulação ocorre a realização do mais-valor. As crises do capital ocorrem fundamentalmente entre as contradições entre esses dois processos: produção e circulação.

considerações no capítulo treze, do Livro I de *O Capital*, Maquinaria e grande indústria:

Todo trabalho na máquina exige instrução prévia do trabalhador para que ele aprenda a adequar seu próprio movimento ao movimento uniforme e contínuo de um autômato. Como a própria maquinaria coletiva constitui um sistema de máquinas diversas, que atuam simultânea e combinadamente, a cooperação que nela se baseia **exige também uma distribuição de diferentes grupos de trabalhadores entre as diversas máquinas** (MARX, 2013, p. 492, grifos nossos).

Desse modo, a formação/educação do trabalho está submetida ao processo de produção de mercadorias, que se realiza fundamentalmente com a utilização de máquinas. Esse processo de produção está subsumido ao processo de valorização, que exige (impõe) que os trabalhadores não aprendam no processo formativo/educativo um conhecimento em geral, mas os conhecimentos e as habilidades que os preparem para desempenhar as diversas atividades que são requisitadas pela produção capitalista e a sua consequente divisão do trabalho⁹⁰. Por isso, a produção capitalista requer uma educação em sentido estrito, que tenha como função essencial, a de transmitir determinados conhecimentos, habilidade e valores, etc., que contribuam para a conformação dos indivíduos (dos trabalhadores) às necessidades de reprodução da ordem do capital.

4.2 O trabalhador produtivo e improdutivo de capital na teoria marxiana

Os capitalistas objetivam investir o capital da maneira mais produtiva possível para poder valorizá-lo. Essa é uma determinação do modo de produção capitalista da qual não se pode escapar e que deve ser perseguida a todo custo pelos capitalistas individuais. Como se expôs, anteriormente, a valorização do

⁹⁰ A reprodução da classe trabalhadora exige, ao mesmo tempo, a transmissão e a acumulação da destreza de uma geração a outra. Em que medida o capitalista conta com a existência de tal classe trabalhadora hábil entre as condições de produção que lhe pertencem e vê nela, de fato, a existência real de seu capital variável é algo que se revela tão logo uma crise ameaça provocar a perda dessa classe (MARX, 2013, p. 648).

capital só ocorre pela apropriação de mais-valor e este, é produzido pelo trabalhador assalariado e produtivo. Nesse sentido, Marx, no livro quarto de *O Capital*, Teorias da mais-valia, considera:

Só o trabalho que produz capital é trabalho produtivo. Mercadoria ou dinheiro tornam-se, porém, capital, por se trocarem diretamente por força de trabalho e se trocarem apenas para serem substituídas por mais trabalho do que neles se contém (MARX, 1987, p. 136).

O trabalho produtivo é o que permite a valorização do capital. É por isso, que os capitalistas procuram trocar seu dinheiro ou mercadoria por força de trabalho produtiva e evitam trocá-lo por força de trabalho improdutivo. O objetivo da troca de dinheiro/capital por força de trabalho produtiva é a obtenção de mais dinheiro/capital ($D - M - D'$). O dinheiro só pode se converter em mais-dinheiro, só pode se valorizar, na medida em que é trocado por força de trabalho produtiva, porque a força de trabalho, além de produzir seu próprio valor⁹¹, produz um mais-valor, e este se metamorfoseia em mais-dinheiro/capital. Nesta lógica, os seres humanos são reduzidos a meros custos de produção, à condição de mercadorias, que só têm valor se forem comercializados (MÉSZÁROS, 2007, p. 56).

Na perspectiva da sociabilidade capitalista, o trabalho é considerado produtivo na medida em que é trocado, diretamente, por capital e por valorizá-lo. A definição e a diferenciação entre o trabalhador produtivo e o trabalhador improdutivo não é dada simplesmente pela atividade concreta do trabalhador, nem pelo efeito de sua atividade. Sobre isso, Marx procura esclarecer com os seguintes termos:

O conceito de trabalhador produtivo não implica de modo nenhum apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também **uma relação de produção especificamente social, surgida historicamente e que cola no trabalhador o rótulo de meio direto de valorização do capital**. Ser

⁹¹ **O valor da força de trabalho**, isto é, o tempo de trabalho requerido para sua produção, determina o tempo de trabalho necessário para reprodução de seu valor. [...] Com o valor de seus **meios de subsistência** está dado o valor de sua **força de trabalho**, e com o valor de sua força de trabalho está dada a grandeza de seu tempo de trabalho necessário. **A duração do mais-trabalho**, no entanto, é obtida subtraindo da jornada de trabalho total o tempo de trabalho necessário (MARX, 2013, p. 388, grifos nossos).

trabalhador produtivo não é, portanto, uma sorte, mas um azar (MARX, 2013, p. 578, grifos nossos).

Para elaborar o conceito de trabalhador produtivo e o de trabalhador improdutivo, Marx tem como pressuposto a análise da produção, mas da produção como é realizada concreta e historicamente na moderna sociedade burguesa. A produção dominante nesta sociedade é a produção burguesa e esta se assenta numa relação social estabelecida entre dois possuidores distintos de mercadorias: os possuidores de dinheiro, meios de produção e de meios de subsistência, na forma de capital (o capital)⁹² e os que somente são os possuidores de força de trabalho, os trabalhadores assalariados (MARX, 2013, p. 786).

A sociedade burguesa fundada nesse antagonismo entre capital e trabalho, entre os possuidores dos meios de produção e os trabalhadores assalariados produtivos e improdutivos, entre burgueses e trabalhadores assalariados, não só mantém essa relação social antagônica, mas a reproduz em escala cada vez mais profunda e ampliada. Os trabalhadores produtivos e improdutivos não possuem meios de produção, por isso são assalariados e para viverem nessa forma de sociedade necessitam vender sua força de trabalho. O fato de viverem nessa mesma condição de vendedores de força de trabalho não os torna iguais, pois a função que ocupam no processo de produção da economia capitalista é totalmente distinta. Em relação ao trabalho assalariado produtivo, Marx utiliza os seguintes termos:

[...] o trabalho produtivo como trabalho que se troca de imediato por capital – troca em que as condições de produção do trabalho e o valor em geral, dinheiro ou mercadoria, antes de tudo se transformam em capital (e o trabalho em trabalho assalariado na acepção científica) (MARX, 1987, p. 137, grifos nossos).

⁹² O capital é constituído de matérias-primas, instrumentos de trabalho e meios de subsistência de toda a espécie, que são empregados para produzir novas matérias-primas, novos instrumentos de trabalho e novos meios de subsistência. Todas essas partes constitutivas do capital são criações do trabalho, produtos do trabalho, trabalho acumulado. Trabalho acumulado que serve de meio para nova produção é capital (MARX, 2010, p. 45).

O trabalho produtivo assalariado é aquele que é trocado, diretamente, por capital e o valoriza no processo de produção. Fica evidenciado para Marx, que o trabalho produtivo é aquele que é trocado por capital e aquele que tem a função de valorizar o valor, ou seja, de propiciar a acumulação capitalista. Desse modo, o capitalista se empenha em empregar o capital de forma produtiva e, para tal, tem que investi-lo em força de trabalho produtiva. Já o trabalho improdutivo, mesmo sendo assalariado, tem função totalmente diferente do trabalho produtivo. Por isso, Marx o define da seguinte maneira:

[...] o que é **trabalho improdutivo. É trabalho que não se troca por capital, mas diretamente por renda, ou seja, por salário ou lucro** (sem dúvida, pelas diversas rubricas, como juros e renda fundiária, co-participantes do lucro capitalista (MARX, 1987, p. 137, grifos nossos).

O trabalho improdutivo assalariado é o “trabalho que não é trocado por capital, mas diretamente por renda, por salário ou lucro”. A definição do trabalho improdutivo é dada por sua relação de troca diretamente por renda, salário ou lucro. Desse modo, o trabalho improdutivo não é trocado diretamente por capital e nem o valoriza diretamente. Isso não quer dizer que esse tipo de trabalho não tenha importância para a manutenção das relações sociais capitalistas, mas que sua função é de outra natureza que a do trabalho produtivo.

A economia política no período clássico, do mesmo modo que a própria burguesia no período inicial de autoafirmação, porta-se de maneira severa e crítica com a maquinaria governamental etc. Mais tarde, percebe e – como a prática também evidencia – pela experiência apreende que brota de sua própria organização a necessidade da combinação social de todas essas classes, em parte por completo improdutivas (MARX, 1987, p. 154).

Para Marx, a diferenciação entre o trabalho produtivo e o trabalho improdutivo na moderna sociedade burguesa é dada a partir da relação que o trabalhador estabelece com o capital e não por sua atividade concreta em um determinado processo de trabalho. A atividade concreta de um professor em lecionar aulas em uma escola ou de qualquer outro trabalhador assalariado não define se este trabalhador é produtivo ou improdutivo. O elemento que

caracteriza que um trabalhador é produtivo ou improdutivo é sua posição em relação ao capital. Sobre esse ponto, Marx ressalta:

Nessa categoria de trabalhadores produtivos figuram naturalmente os que, seja como for, contribuem para produzir a mercadoria, **desde o verdadeiro trabalhador manual até o gerente, o engenheiro (distintos do capitalista)** (MARX, 1987, p. 136, grifos nossos).

A categoria de trabalho produtivo ou de trabalho improdutivo não se restringe ou se aplica somente ao trabalhador manual ou ao trabalhador intelectual. A categorização de trabalhador produtivo ou improdutivo pode envolver esses dois tipos de trabalhadores, porque essas categorias não são utilizadas conforme a qualificação do trabalhador, se manual ou intelectual, mas se contribuem ou não para valorizar o capital. Nesse sentido, Marx esclarece o significado dessas categorias com as seguintes considerações:

As definições consideradas, portanto, não decorrem da qualificação material do trabalho (nem da natureza do produto nem da destinação do trabalho como trabalho concreto), mas da forma social determinada, das relações sociais de produção em que ele se realiza. Desse modo, **um ator por exemplo, mesmo um palhaço, é um trabalhador produtivo se trabalha a serviço de um capitalista (o empresário), a quem restitui mais trabalho do que dele recebe na forma de salário, enquanto um alfaiate que vai à casa do capitalista e lhe remenda as calças, fornecendo-lhe valor de uso apenas, é um trabalhador improdutivo. O trabalho do primeiro troca-se por capital, o do segundo, por renda. O primeiro trabalho gera mais-valia; no segundo, consome-se renda** (MARX, 1987, p. 137, grifos nossos).

A questão essencial a ser considerada na categorização do trabalho produtivo e do improdutivo não é o trabalho concreto, nem o valor de uso da mercadoria que é resultado desse trabalho⁹³, mas a relação social de produção estabelecida entre o trabalhador assalariado e o proprietário dos meios de produção. Se, nesta relação, o primeiro valoriza o valor que o segundo investiu no processo produtivo, o seu trabalho é produtivo de capital.

⁹³ O valor de uso da mercadoria onde se corporifica o trabalho de um trabalhador produtivo pode ser da espécie mais fútil. Esta destinação material nada tem a ver com a natureza desse trabalho, que ao contrário apenas expressa determinada relação social de produção. É uma definição do trabalho, a qual não deriva de seu conteúdo ou resultado, mas de sua forma social específica (MARX, 1987, p. 138).

Trabalho produtivo portanto é o que – no sistema de produção capitalista – produz mais-valia para o empregador ou que transforma as condições materiais de trabalho em capital e o dono delas em capitalista, por conseguinte trabalho que produz o próprio produto como capital. Assim, ao falar de trabalho produtivo, falamos de trabalho socialmente definido, trabalho que envolve relação bem determinada entre o comprador e o vendedor do trabalho (MARX, 1987, p. 391).

Por isso, Marx ao falar de trabalho produtivo no capitalismo, fala de um tipo de trabalho socialmente definido e de uma relação bem determinada, a saber, trabalho que produz mais-valor para o comprador da força de trabalho e uma relação entre o vendedor (o trabalhador) e o comprador de força de trabalho (o capitalista). Desse modo, nem todo trabalhador assalariado é produtivo de capital e, nem todo comprador de força de trabalho assalariado é capitalista. Por exemplo: um ator como trabalhador assalariado, que vende a sua força de trabalho em troca de um salário, pode ser produtivo e improdutivo de acordo com a forma de relação social entre este e o comprador de sua força de trabalho.

O mesmo trabalho pode ser produtivo, se o compro no papel de capitalista, de produtor, para produzir valor maior, ou improdutivo, se o compro na função de consumidor, de quem despende renda, para consumir seu valor de uso, não importando que esse valor de uso desapareça com a atividade da própria força de trabalho ou se materialize e fixe numa coisa (MARX, 1987, p. 144).

Um ator ao vender o valor de uso de sua força de trabalho a um capitalista, que o contrata para trabalhar em sua empresa de teatro é trabalhador produtivo de capital, porque “restitui mais trabalho do que dele recebe na forma de salário” e por isso, valoriza o capital (MARX, 1987, p, 137). Este mesmo ator pode vender o valor de uso de sua força de trabalho ao mesmo capitalista, que o contrata para o seu divertimento individual, porém neste caso, o trabalhador é improdutivo de capital, porque o seu salário será pago com a renda do capitalista e não contribuirá para a valorização de seu capital. Sobre essa questão, Marx acrescenta:

A força de trabalho do trabalhador produtivo é, para ele mesmo, mercadoria. O mesmo se estende ao trabalhador improdutivo. Mas, **o trabalhador produtivo produz mercadoria para o comprador de força de trabalho. Para este, o trabalhador improdutivo produz mero valor de uso e não mercadoria;** valor de uso imaginário ou real.

O trabalhador improdutivo, e isto o caracteriza, não produz mercadoria para seu comprador; ao contrário, deste recebe mercadorias (MARX, 1987, p. 139, grifos nossos).

O fundamental na teoria marxiana para a categorização do trabalho produtivo e do trabalho improdutivo é sua relação ou não com o capital. O trabalho improdutivo não produz mercadoria, mas apenas valor de uso para o seu comprador e deste recebe mercadoria/dinheiro em forma de salário. O trabalhador produtivo é aquele que produz mercadorias para o comprador de sua força de trabalho, ou seja, para o proprietário dos meios de produção na forma de capital. Entretanto, é importante considerar que o capitalista compra o valor de uso da força de trabalho produtiva não apenas para produzir mercadorias, mas para produzir mais-valor, o que permite ampliar o processo de acumulação de capital. Por isso, o processo de produção capitalista é, essencialmente, um processo de produção de mais-valor, ou seja, um processo produtivo que submete hierarquicamente o trabalho às condições mais precárias em função de sua lógica insaciável de valorização. Diante disso, Marx expõe no capítulo oito, do Livro I de *O Capital*, A jornada de trabalho:

A produção capitalista, que é essencialmente produção de mais-valor, sucção de mais trabalho, produz, com o prolongamento da jornada de trabalho, não apenas a **debilitação da força humana de trabalho, que se vê roubada de suas condições normais, morais e físicas, de desenvolvimento e atuação. Ela produz o esgotamento e a morte prematuros da própria força de trabalho**. Ela prolonga o tempo de produção do trabalhador durante certo período mediante o encurtamento de seu tempo de vida (MARX, 2013, p. 338, grifos nossos).

Desse modo, para o autor de *O Capital*, a produção capitalista se assenta na “sucção de mais trabalho” (de mais-valor), que é proveniente da exploração do trabalho assalariado produtivo. Quanto mais o capital suga o trabalhador produtivo no processo de produção, mais se amplia a extração de mais-valor, mais amplia a acumulação de capital. Sobre esse processo, Marx acrescenta no capítulo onze (Cooperação), do Livro I de *O Capital*:

[...] o motivo que impulsiona e **a finalidade** que determina o processo de **produção capitalista é a maior valorização possível do capital**, isto é, a **maior produção possível de mais-valor** e, portanto, **a maior exploração possível da força de trabalho pelo capitalista** (MARX, 2013, p. 406, grifos nossos).

Por isso, ser trabalhador assalariado produtivo nessa forma de sociabilidade não é sorte, mas um azar, porque ao contrário da produtividade proporcionar melhores condições de vida para esse trabalhador, propicia o seu esgotamento e o seu empobrecimento em função do processo de reprodução do capital (MARX, 2013, p. 578). A finalidade do capital é buscar uma maior valorização e isso se efetiva por meio de uma maior produção de mais-trabalho (de mais-valor), que implica necessariamente numa maior exploração da força de trabalho.

Nesse ímpeto por valorizar-se, o capital empenha-se em se apossar o máximo possível do mais trabalho, ampliando a jornada de trabalho ou reduzindo o tempo de trabalho necessário ou fazendo a combinação dessas duas formas de extração de mais-valor. O que importa ao capital é a sua própria valorização, mesmo que isso tenha como implicação a redução do tempo de vida de milhares de trabalhadores ou o seu precário desenvolvimento humano em seus aspectos morais e físicos, ou seja, sociais. Para o capital, o trabalho ou a vida do trabalhador só tem algum valor, se contribuir com sua autovalorização. O trabalho ou o trabalhador que não valoriza o capital, por mais útil que o seu trabalho possa ser socialmente, não tem valor para o capital, é trabalho improdutivo, é trabalho nocivo, é trabalho dispensável (MARX, 2011, p. 238). Nessa lógica, os trabalhadores assalariados que não servem ou não são utilizados no processo de valorização do capital tem suas existências ameaçadas, pois são descartados do processo de produção capitalista e não conseguem vender sua força de trabalho, que é o meio de terem acesso aos meios de subsistência no mercado capitalista.

Marx, ao analisar no Livro IV de *O Capital*, o processo de produção capitalista, não deixa dúvidas quanto ao seu resultado, ao afirmar:

O resultado do processo de produção capitalista não é mero produto (valor de uso) nem mercadoria, isto é, valor de uso que tem determinado valor de troca. Seu resultado, seu produto, **é criação de**

mais-valia para o capital e, por isso, conversão real de dinheiro ou mercadoria em capital; dinheiro e mercadoria são capital, antes do processo de produção, pela intenção apenas, em si, pela destinação. No processo de produção absorve-se mais trabalho do que foi comprado, e essa absorção, apropriação de trabalho alheio não pago, consumada no processo de produção, é o objetivo direto do processo de produção capitalista; pois, o que o capital quer produzir como capital (portanto, o capitalista como capitalista) não é valor de uso imediato para o próprio consumo pessoal, nem mercadoria para transformar primeiro em dinheiro e depois em valor de uso. **Seu objetivo é o enriquecimento, o acréscimo do valor, seu aumento, isto é, a conservação do valor antigo e a criação de mais-valia. E o capital só alcança esse produto específico do processo de produção capitalista, na troca pelo trabalho, que se chama por isso de trabalho produtivo** (MARX, 1987, p. 394-395, grifos nossos).

O ponto de partida da produção capitalista é o capital acumulado privadamente nas mãos de uma classe social, a burguesia e a expropriação do trabalhador dos meios de produção e dos meios de subsistência, criando uma classe social despossuída, os trabalhadores assalariados modernos. Entretanto, se o ponto de partida da produtividade capitalista é o capital concentrado nas mãos da burguesia, o ponto de chegada, o resultado dessa produtividade será a produção de mais-valor para o capital, ou seja, mais capital para a burguesia ($D \rightarrow M \rightarrow D'$). O objetivo de se investir o capital na produção não é o de produzir valor de uso ou mercadorias para serem trocadas por dinheiro ($D \rightarrow M \rightarrow D$), mas para a valorização constante do próprio capital, com a criação de mais-valor. Para atingir essa finalidade, o capital precisa necessariamente ser trocado por trabalho assalariado produtivo, pois este é o único meio de se obter o mais-valor. É por isso que a compreensão do trabalho assalariado produtivo e da sua diferenciação em relação aos outros tipos de trabalho assalariado, que são improdutivo de capital, é essencial para entender o funcionamento da sociabilidade capitalista. Sobre essa questão fundamental, Marx assinala:

Trabalho produtivo é uma abreviação para designar o conjunto do relacionamento e dos modos em que a força de trabalho figura no processo capitalista de produção. **É da maior importância, porém, distingui-lo de outras espécies de trabalho, pois essa distinção exprime a especificidade da forma do trabalho sobre que repousam o modo capitalista de produção por inteiro e o próprio capital** (MARX, 1987, p. 391, grifos nossos).

Como toda forma de sociabilidade se assenta e se reproduz por meio do trabalho, ou mais precisamente, em uma determinada forma de organização do trabalho, com a sociabilidade capitalista não seria diferente. Nesta, a forma hegemônica, conforme já foi fartamente exposto, é a forma do trabalho assalariado. Entretanto, entre os trabalhadores assalariados, existem aqueles que são improdutivos e aqueles que são produtivos de capital⁹⁴. É sobre o trabalho dos trabalhadores assalariados produtivos que o processo de produção capitalista e o próprio capital se reproduzem e sobre os ombros destes que os demais trabalhadores assalariados improdutivos asseguram a sua sobrevivência. Os trabalhadores assalariados improdutivos não produzem mais-valor com o seu trabalho e, por isso, não valorizam o capital. Isto não significa que esses trabalhadores improdutivos não desempenhem funções importantes para o funcionamento da ordem do capital, visto que o modo de produção capitalista necessita de todo um aparato jurídico-político para lhe dar legitimidade ideológica. Nesse sentido, Marx afirma na *Contribuição à crítica da economia política*:

Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência (MARX, 2007, p. 45).

Portanto, a partir da análise da teoria marxiana, pode se concluir que o capital, bem como o trabalho improdutivo, não pode existir sem o trabalho assalariado produtivo, já que este, por meio da realização do seu trabalho, é o responsável por produzir o mais-valor que valoriza o capital, como a parte que se destina aos trabalhadores improdutivos. Em função disto, o capital necessita aperfeiçoar, constantemente, os métodos de extração de mais-valor e submeter

⁹⁴ Em resumo: entre os assalariados, há dois grandes grupos. Há um grande grupo que produz mais-valia e outro grupo que não o faz. Os que produzem mais-valia são denominados por Marx (depois da sua crítica da Economia Política) de trabalhadores produtivos e suas atividades, trabalho produtivo (de mais-valia). Os demais trabalhadores que não produzem mais-valia são por ele denominados trabalhadores improdutivos (novamente, de mais-valia) (LESSA; TONET, 2012, p. 38).

os trabalhadores assalariados produtivos a condições cada vez mais precárias de existência, pois necessariamente tem que reduzir o valor da força de trabalho destes trabalhadores e aumentar o tempo que estes trabalham gratuitamente para o capital, produzindo o mais-valor.

4.3 A educação do trabalhador assalariado produtivo de capital

A compreensão da lógica imanente do capital é essencial para se entender o lugar e a função que a educação ocupa no processo de reprodução das relações sociais capitalistas. Neste sentido, não cabe aqui fazer reflexões a respeito de como a educação deveria ser na perspectiva do trabalhador ou de uma sociedade futura ou idealizada, mas de tentar apreendê-la em suas determinações fundamentais na sociedade capitalista. Assim foi a forma de investigação que Marx procura fazer em relação à lógica da própria sociedade burguesa em *O Capital*. É isso que o próprio autor destaca no Posfácio da segunda edição do Livro I de *O Capital*:

A investigação tem de se apropriar da matéria [Stuff] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Se isso é realizado com sucesso, e se a vida da matéria é agora refletida idealmente, o observador pode ter a impressão de se encontrar diante de uma construção a priori (MARX, 2013, p. 90).

Por isso, as categorias que o autor de *O Capital* abstraiu da sociedade burguesa em sua investigação não foram dadas de forma *a priori* ou idealizada, mas são extraídas da análise concreta da própria sociabilidade burguesa. Sobre isso, Marx afirma nos Grundrisse:

Como em geral em toda ciência histórica e social, no curso das categorias econômicas é preciso ter presente que o sujeito, aqui a moderna sociedade burguesa, é dado tanto na realidade como na cabeça, e que, por conseguinte, as categorias expressam formas de ser, determinações da existência [...] (MARX, 2011, p. 59).

Tendo isso por pressuposto, Marx expõe em *O Capital*, que a lei essencial da sociabilidade capitalista, é a lei da valorização do valor. “A produção de mais-valor, ou criação de excedente, é a lei absoluta desse modo de produção” (MARX, 2013, p. 695). A produção do mais-valor pelo trabalhador assalariado produtivo é o único meio de o capital valorizar-se, porque sua força de trabalho produz um valor adicional além do seu próprio valor. O capital não pode deixar de explorar o trabalho, pois segundo Marx: “O trabalho é o fermento que é jogado no capital e produz sua fermentação” (MARX, 2011, p. 232). O trabalho assalariado produtivo é o fermento que permite o capital crescer, na medida em produz um valor adicional, além do seu próprio valor. É este valor adicional que interessa ao capital e por isso, é de interesse dos capitalistas em desenvolver os meios que permitam ampliar ao máximo a extração de mais-valor. Nesse preciso sentido, Marx, no Livro I de *O Capital*, no capítulo oito, A jornada de trabalho enfatiza:

[...] o capital tem um único impulso vital, o impulso de se autovalorizar, de criar mais-valor, de absorver, com sua parte constante, que são os meios de produção, a maior quantidade possível de mais-trabalho. O capital é trabalho morto, que, como um vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo suga (MARX, 2013, p. 307, grifos nossos).

Desse modo, a discussão sobre a educação do trabalhador assalariado produtivo de capital não pode ser feita, sem ter por pressuposto, que o capital para sobreviver, para reproduzir-se como capital, necessariamente tem que subsumir o trabalhador assalariado produtivo para se apropriar do mais-trabalho. Nesse sentido, Marx considera que o capital é o poder econômico da sociedade capitalista, que domina tudo (MARX, 2007, p. 265). Domina o trabalho, bem como aperfeiçoa os instrumentos que propiciem a continuidade dessa dominação, já que o seu impulso vital é sua própria autovalorização e não a valorização do trabalho. Assim, a formação/educação não passa à margem desse processo, mas subsumida a esta lógica, assume em larga medida, a função de contribuir com a reprodução do capital.

Como poder econômico da sociabilidade burguesa, o capital submete o trabalho a sua própria lógica, forçando continuamente o trabalhador a vender sua força de trabalho como mercadoria para ter acesso aos meios de

subsistência para sobreviver. O trabalho assalariado produtivo de capital, por estar submetido ao processo de produção capitalista, acaba por produzir e reproduzir as condições de manutenção de sua submissão ao domínio do capital. Sobre esta relação entre capital e trabalho, Marx, no capítulo vinte e um, do Livro I de *O Capital*, a Reprodução simples, usa os seguintes termos:

O capital pressupõe o trabalho assalariado; o trabalho assalariado pressupõe o capital. Ambos se condicionam reciprocamente, ambos se produzem reciprocamente. Um trabalhador numa fábrica de algodão produz apenas tecidos de algodão? Não, ele produz capital. Ele produz valores que servem novamente para comandar seu trabalho e, por meio dele, criar novos valores (MARX, 2013, p. 653).

A educação do trabalhador assalariado produtivo de capital, bem como dos trabalhadores assalariados improdutivos de capital, não pode ser compreendida efetivamente sem ter em conta a relação entre capital e trabalho. Conforme discutido, no atual modo de produção, o capital é a força produtiva dominante (D – M – D') e como tal, atua para manter o seu domínio sobre o trabalho, o que garante a sua reprodução. A educação em sentido estrito dominante (institucionalizada/escolar), como se pode constatar pela análise do real, não se organiza de forma autônoma, pois tem como função essencial a reprodução das ideias e valores da ordem dominante⁹⁵, ou seja, da ordem do capital. Sobre essa finalidade da educação na ordem do capital, István Mészáros, no texto *Educação: o desenvolvimento contínuo da consciência socialista*, ressalta:

[...] a educação contínua do sistema do capital tem como cerne a asserção de que a própria ordem social estabelecida não precisa

⁹⁵ As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe dominante, são as ideias de sua dominação. Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que eles regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominante da época (MARX; ENGELS, 2007, p. 47).

de nenhuma mudança significativa. Precisa apenas de uma regulação exata em suas margens, que se deve alcançar pela metodologia idealizada do pouco a pouco. Por conseguinte, **o significado mais profundo da educação** contínua da ordem estabelecida **é a imposição arbitrária da crença na absoluta inalterabilidade de suas determinações estruturais fundamentais** (MÉSZÁROS, 2007, p. 295, grifos nossos).

A educação predominante no sistema do capital, ou seja, educação institucionalizada, a educação escolar, segundo Mészáros, atua fundamentalmente em defesa da ordem estabelecida (a ordem do capital), com o intuito (com a finalidade) de assegurar a reprodução das atuais relações sociais, bem como, de impedir qualquer assertiva de mudança significativa nessa sociedade. Deste modo, a educação dominante dissemina um ideário conformista, segundo o qual, não é possível mudar estruturalmente a sociedade, com o intuito que os indivíduos, que os trabalhadores, tanto os produtivos, quanto os improdutivos, reajam adequadamente ao requisitado pela ordem do capital.

A educação hegemônica (formal/escolar) ao ser analisada a partir de sua efetivação na sociabilidade do capital, ou seja, em sua dependência ontológica com o capital, tem contribuído para formar os trabalhadores assalariados (produtivos e improdutivos) com as habilidades e os valores necessários para estarem à disposição das necessidades do capital e para reconhecerem essa forma de sociedade como a única possível. Nesta linha de entendimento, István Mészáros, em *A educação para além do capital*, argumenta:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – **no seu todo** – ao propósito de não só **fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade**, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas. A própria História teve de ser totalmente adulterada, e de fato freqüente e grosseiramente falsificada para esse propósito (MÉSZÁROS, 2005, p. 35, grifos nossos).

A educação institucionalizada (dominante/formal) na sociabilidade do capital está comprometida “no seu todo” com a transmissão dos conhecimentos que formam “o pessoal necessário” para o funcionamento do “sistema do capital”, ou seja, a educação em seu sentido *stricto* (formal/escolar) está empenhada com a transmissão dos conhecimentos, habilidades, etc., que preparam os trabalhadores assalariados produtivos e improdutivos para servirem à produção e a reprodução da economia capitalista. Por isso, a função predominante que a educação institucionalizada (escolar) assume no capitalismo não pode ser outra, que contribuir com o processo de valorização do capital e das relações sociais que facilitem a sua reprodução em escala ampliada. Nesse sentido, a educação institucionalizada (dominante/formal) atua como legitimadora dos interesses da classe dominante, da burguesia, na medida em que transmite todo “um quadro de valores” que visam conformar os indivíduos a aceitarem esta forma de sociabilidade como a melhor possível e de que não existe outra alternativa de sociabilidade ao capital. Exercendo essa função, a educação contribui para manter o domínio do capital sobre o trabalho, da burguesia sobre os trabalhadores assalariados produtivos e improdutivos de capital, pois o horizonte colocado à classe trabalhadora não ultrapassa os limites dessa forma de sociabilidade.

Marx, no Capítulo vinte e quatro do Livro I de *O Capital: A assim chamada acumulação primitiva*, discorre sobre o processo de formação/educação da classe trabalhadora na sociedade burguesa, da seguinte forma

No evoluir da produção capitalista desenvolveu-se uma classe de trabalhadores que, por EDUCAÇÃO, tradição e hábito, reconhece as exigências desse modo de produção como leis naturais e evidentes por si mesmas. A organização do processo capitalista de produção desenvolvido quebra toda a resistência; a constante geração de uma superpopulação relativa mantém a lei da oferta e da demanda de trabalho, e, portanto, o salário, nos trilhos convenientes às necessidades de valorização do capital; **a coerção muda exercida pelas relações econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador.** A violência extraeconômica, direta, continua, é claro, a ser empregada, mas apenas excepcionalmente (MARX, 2013, p. 808, grifos nossos).

Com a transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista, novas relações sociais foram se constituindo em

substituição às anteriores. Nesse processo social de consolidação da relação capitalista de produção, duas classes sociais fundamentais e antagônicas se defrontam no processo produtivo⁹⁶. De um lado, a classe burguesa, proprietária dos meios de produção (do capital), do outro, os proletários, os trabalhadores assalariados produtivos e improdutivos, que são destituídos de meios de produção e apenas possuem sua força de trabalho e que necessitam vendê-la como mercadoria para terem acesso aos meios de subsistência para sobreviverem.

O capital, fundado a partir desse antagonismo social entre a classe possuidora e a despossuída, em seu “evoluir”, necessitou desenvolver um novo aparato jurídico-político e ideológico que correspondia e dava legitimidade a novas relações sociais. Isso significa que a sociabilidade capitalista não é apenas constituída por seus fundamentos econômicos, mas por um sistema de direito, de instituições, de formas pensamento e de valores que se organizam em função da reprodução do capital (VILAR, 2000, p. 49). Esse aparato se desenvolve a partir da nova estrutura econômica, a capitalista, e tem como finalidade (como função) predominante, a de conformar os indivíduos ao modo de se produzir a vida nesta forma de sociedade. Neste sentido, corrobora as considerações de Marx no prefácio da *Contribuição à crítica da economia política*:

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção material condiciona o processo de vida social, política e intelectual (MARX, 2007, p. 45).

A educação é o meio essencial, por meio do qual, os indivíduos internalizam as formas de consciência, os valores, ou seja, o modo de vida dominante em uma determinada sociedade. Por isso, a educação deve ser

⁹⁶ O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados (MARX, 2013, p. 786).

compreendida e entendida a partir destas bases na sociabilidade capitalista, pois esta assumiu a função de corroborar com a formação/conformação dos trabalhadores assalariados produtivos e improdutivos ao modo de vida desta sociabilidade. Como se pode constatar concretamente, a educação institucionalizada (formal/escolar) vem desempenhando essa função com bastante eficácia, visto que em sua grande maioria, os trabalhadores estão aceitando quase que passivamente as exigências do modo de produção capitalista como se estas fossem naturais.

Se num primeiro momento, como no período de transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista, caracterizado por Marx, de período da acumulação primitiva de capital, a violência foi o método predominante de formação/educação/conformação dos trabalhadores assalariados (expropriados dos meios de produção) à nova ordem econômica, num segundo momento, as próprias leis imanentes do sistema do capital exerceram esse papel, coagindo estes trabalhadores a se submeterem ao processo de produção capitalista. Nesse sentido, Marx, no capítulo oito do Livro I de *O Capital*, A jornada de trabalho, preconiza:

Foi preciso esperar séculos para que o trabalhador “livre”, em consequência do modo de produção capitalista desenvolvido, aceitasse livremente, isto é, fosse socialmente coagido a, vender a totalidade de seu tempo ativo de vida, até mesmo sua própria capacidade de trabalho, pelo preço dos meios de subsistência que lhe são habituais, e sua primogenitura por um prato de lentilhas (MARX, 2013, p. 343).

Na medida em que o modo de produção capitalista se consolidou como o modo de produção dominante, as suas próprias relações econômicas atuam no processo de coação dos trabalhadores, contribuindo para que aceitem uma condição de vida cada vez mais precária, na qual, necessitam vender a “totalidade do seu tempo ativo de vida”, “pelo preço dos meios de subsistência” fundamentais para se manterem vivos. O tempo de vida dos trabalhadores se converte em tempo para valorizar o capital e os meios de vida são os meios que apenas asseguram a sua reprodução como trabalhador assalariado.

Esse processo histórico de conformação dos trabalhadores assalariados produtivos, segundo Marx, demorou séculos, mas uma vez

consolidada, as novas gerações são formadas/educadas/conformadas para reconhecerem essa forma de vida com naturalidade. Por isso, o uso da “violência extraeconômica”, exercida, principalmente, por meio do Estado moderno⁹⁷, é usada apenas em momentos de forte crise do capital, em que a coerção propriamente econômica e a social não conseguem atenuar os conflitos entre os interesses inconciliáveis entre o capital e o trabalho.

Marx entende que a manutenção desse antagonismo entre a classe trabalhadora (sem meios de produção⁹⁸) e a classe burguesa (proprietária dos meios de produção) é uma necessidade vital do processo de produção capitalista, ou seja, esse antagonismo é essencial para a vida do capital e em seu “evoluir”, o capital tende a reproduzir em uma escala cada vez mais ampliada essa relação social contraditória entre essas duas classes sociais. Sobre essa situação, o autor de *O Capital* afirma:

Em seu próprio desenrolar, portanto, **o processo capitalista de produção** reproduz a cisão entre força de trabalho e condições de trabalho. Com isso, ele **reproduz e eterniza as condições de exploração do trabalhador**. Ele **força continuamente o trabalhador a vender sua força de trabalho para viver e capacita continuamente o capitalista a comprá-la para se enriquecer** (MARX, 2013, p. 652, grifos nossos).

O processo capitalista de produção está organizado para reproduzir continuamente a valorização do valor e para tal, a manutenção das condições de exploração da força de trabalho é inevitável, pois é por meio de sua exploração que o capital se valoriza. Para isso ter continuidade, a força de trabalho do trabalhador assalariado produtivo de capital deve permanecer apartada das condições de trabalho, ou seja, dos meios de produção. Na produção capitalista, o trabalhador é descolado, é separado dos meios de produção, como o “caracol e sua concha”. O trabalhador privado da propriedade dos meios de vida e estes convertidos em propriedade da classe burguesa em forma de capital são a base para a consolidação e desenvolvimento do modo de

⁹⁷ [...] a burguesia, com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno. O executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa (MARX; ENGELS, 2010, p. 42)

⁹⁸ Uma vez consumada a separação entre o trabalhador e seus instrumentos de trabalho, esse estado de coisas há de se manter e de se reproduzir em escala sempre crescente (MARX, 2010, p. 111).

produção capitalista. A este respeito, Marx, no capítulo cinquenta e dois, do Livro III de *O Capital*, As classes, considera:

A tendência constante e a lei de desenvolvimento do modo de produção capitalista consiste em separar cada vez mais do trabalho os meios de produção, bem como concentrar cada vez mais em grandes grupos os meios de produção que se encontram dispersos, isto é, transformar o trabalho em trabalho assalariado e os meios de produção em capital (MARX, 2017, p. 947).

Os trabalhadores assalariados produtivos e improdutivos de capital não possuem a propriedade dos meios de produção sendo, portanto, coagidos pelo processo de produção capitalista a vender sua força de trabalho para terem acesso aos meios de subsistência. Deste modo, o trabalhador é submetido à lógica de reprodução do capital, sendo forçado a vender sua força de trabalho⁹⁹ como mercadoria e ao mesmo tempo em que isso se efetiva, o trabalhador produtivo cria as condições favoráveis para o burguês ampliar o seu capital e o poder deste sobre o trabalho.

Vendida como uma mercadoria na sociedade mercantil capitalista, o valor da força de trabalho é determinado como o valor de qualquer outra mercadoria¹⁰⁰, a saber, pelo tempo de trabalho socialmente necessário a sua produção (MARX, 2013, p. 245). Marx ressalta que o valor da força de trabalho, bem como de todas as outras mercadorias permanece constante se permanecer igualmente constante o tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção (MARX, 2013, p. 118). Ocorre que o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de mercadorias não permanece constante, mas sofre alterações com cada mudança na força produtiva do trabalho, o que ocasiona, conseqüentemente, uma alteração no valor das mercadorias e no valor da força de trabalho. Sobre isso, o autor de *O Capital* afirma:

⁹⁹ Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o complexo [Inbegriff] das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade [Leiblichkeit], na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo (MARX, 2013, p. 242).

¹⁰⁰ Essa força de trabalho é uma mercadoria na sociedade capitalista, e como valor de todas as outras mercadorias, o seu valor é a quantidade de trabalho socialmente necessário para produzir e reproduzir, isto é, as despesas de manutenção do operário, no sentido largo do termo (MANDEL, 1978, p. 33).

Assim, a grandeza de valor de uma mercadoria permanece constante se permanece igualmente constante o tempo de trabalho requerido para a sua produção. Mas este muda com a mudança na força produtiva do trabalho. Essa força produtiva do trabalho é determinada por múltiplas circunstâncias, dentre outras pelo grau médio de destreza dos trabalhadores, o grau de desenvolvimento da ciência e de sua aplicabilidade tecnológica, à organização social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais (MARX, 2013, p. 118).

Por isso, em grandes linhas, as alterações que ocorrerem na força produtiva do trabalho ocasionam uma mudança na grandeza de valor das mercadorias e da força de trabalho. Desta feita, quanto menos tempo de trabalho socialmente necessário for consumido na produção e reprodução da mercadoria força de trabalho, menor será seu valor. Inversamente, quanto maior for o tempo de trabalho socialmente necessário requerido para a produção e reprodução da força de trabalho, maior será o seu valor. É importante considerar que as mercadorias não são vendidas ou compradas na sociedade capitalista meramente pelo valor que se queira atribuir, mas sendo definido a partir do próprio processo de produção capitalista. Nesse sentido, Marx explicita:

Que numa mercadoria seja aplicado apenas o tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção é algo que aparece na produção de mercadorias em geral como coerção externa da concorrência, dado que, expresso superficialmente, cada produtor individual é obrigado a vender a mercadoria pelo seu preço de mercado. Na manufatura, ao contrário, **o fornecimento de uma dada quantidade de produtos em dado tempo de trabalho torna-se uma lei técnica do próprio processo de produção** (MARX, 2013, p. 420, grifos nossos).

Na produção de qualquer mercadoria, como a força de trabalho do trabalhador assalariado produtivo ou improdutivo, deve-se consumir somente “o tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção”. Essa é uma determinação do próprio processo de produção capitalista, que atingindo certo nível de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, impõe-se como uma lei. Nessa direção, Ernest Mandel acrescenta:

[...] o valor de troca de uma mercadoria é determinada não pela quantidade de trabalho gasto para a produção dessa mercadoria por

cada produtor individual, mas pela quantidade de trabalho socialmente necessária para produzi-la. A fórmula “socialmente necessária significa: a quantidade de trabalho necessário nas condições médias de produtividade no trabalho existente numa época (MANDEL, 1978, p. 27).

Desse modo, a lei do valor das mercadorias não pode ser compreendida apenas de forma restrita, ou seja, sendo reduzida sua análise ao momento concreto em que uma mercadoria, em específico, é produzida num determinado processo produtivo, mas deve-se ter em conta que a lei do valor das mercadorias se articula ao tempo total de trabalho disponível que a sociedade possui e que pode gastar na produção de cada mercadoria particular. Marx a entende da seguinte forma:

[...] a lei do valor das mercadorias determina quanto do tempo total de trabalho disponível a sociedade pode gastar na produção de cada tipo particular de mercadoria. Mas essa tendência constante das diferentes esferas da produção de se pôr em equilíbrio é exercida apenas como reação contra a constante supressão desse mesmo equilíbrio (MARX, 2013, p. 430, grifos nossos).

A lei do valor das mercadorias se refere ao “tempo total de trabalho disponível que a sociedade pode gastar na produção de cada tipo particular de mercadoria”. Isso implica que os produtores individuais, os capitalistas, não podem produzir de acordo com suas vontades, mas são forçados a produzir as mercadorias individuais (arroz, feijão, telefone, etc.) levando em conta essa determinação do próprio processo de produção capitalista. Ao se consumir na produção de uma mercadoria em particular (arroz ou feijão), mais ou menos que o tempo de trabalho socialmente necessário, o valor dessa mercadoria (arroz ou feijão) cairá ou subirá. A mercadoria força de trabalho também está subsumida à lei do valor e na medida em que se gasta mais ou menos que o tempo socialmente necessário para a formação/educação de um determinado tipo de trabalhador (professor, operador de máquinas, etc.), ocorrerá uma variação no valor dessa mercadoria. Isso ocorre, constantemente, na economia burguesa, pois todo capitalista individual busca investir o seu capital na produção de uma mercadoria que lhe proporciona maior lucratividade. Isso leva a um desequilíbrio na produção, mas a lei do valor atua para equilibrar essa situação, pois do tempo total de trabalho disponível, não se pode consumir mais que o socialmente

necessário para a produção de cada mercadoria em particular (RUBIN, 1987, p. 94-95).

Sendo a força de trabalho uma mercadoria na economia capitalista, pois possui valor de uso e valor de troca, também está submetida à lei do valor. Desse modo, na formação/educação da força de trabalho do assalariado produtivo deve-se consumir apenas o tempo de trabalho socialmente necessário. A mercadoria força de trabalho possui uma especificidade que a torna especial, a saber, ao ser consumida no processo de produção, reproduz o seu valor e produz um mais-valor para o capitalista. Entretanto, reduzida a condição de mercadoria, a força de trabalho tem o seu valor determinado como o de qualquer outra mercadoria, pelo tempo de trabalho necessário para sua produção, que corresponde aos meios de subsistência e assim ela é comprada pelo capitalista.

Com o valor de seus meios de subsistência está dado o valor de sua força de trabalho, e com o valor de sua força de trabalho está dada a grandeza de seu tempo de trabalho necessário. A duração do mais-trabalho, no entanto, é obtida subtraindo da jornada de trabalho total o tempo de trabalho necessário (MARX, 2013, p. 388).

O valor da mercadoria força de trabalho, o tempo de trabalho requerido para sua produção, determina o tempo de trabalho necessário para a reprodução do seu valor (MARX, 2013, p. 338). O tempo de trabalho necessário é a parte de uma jornada de trabalho na qual o trabalhador assalariado produtivo trabalha para reproduzir o seu valor, que corresponde a uma determinada quantidade de meios de subsistência e o mais-valor, ou mais-trabalho, é a parte da jornada de trabalho que este trabalhador trabalha, gratuitamente, para o capitalista e na qual valoriza o capital.

O operário recebe meios de subsistência em troca de sua força de trabalho, mas o capitalista, em troca dos seus meios de subsistência, recebe trabalho, a atividade produtiva do operário, a força criadora por meio da qual o operário não só restitui o que consome, mas também dá ao trabalho acumulado um valor superior ao que ele anteriormente possuía (MARX, 2010, p. 48).

A principal forma utilizada pelo capitalista para valorizar, constantemente, o capital é encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador assalariado produtivo trabalha para reproduzir o seu valor. Assim, toda vez que se encurta o trabalho necessário, a parte da jornada de trabalho que o trabalhador reproduz o valor de sua força de trabalho, aumenta-se o mais-trabalho, o mais-valor, ou seja, o capital valoriza-se. Para isso ocorrer, o valor da força de trabalho tem que ser, necessariamente, desvalorizado e isso só é possível se dar com a redução do tempo de trabalho necessário para a sua produção e reprodução.

Para Marx, a redução do tempo de trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho tem como um dos fatores preponderantes o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, pois o aperfeiçoamento dessas forças contribui para aumentar a produtividade do trabalho, para baratear as mercadorias, para encurtar a parte do trabalho necessário e para aumentar o mais-trabalho (o mais-valor). Nesse sentido, corrobora Engels na introdução ao texto de Marx, *Trabalho assalariado e capital*:

No estado atual da produção, a força de trabalho humana não produz só, num dia, um valor maior do que ela própria possui e custa; a cada nova descoberta científica, a cada nova invenção técnica, esse excedente do seu produto diário sobre acima dos seus custos diários; reduz, portanto, aquela parte do dia de trabalho em que o operário retira do seu trabalho o equivalente ao seu salário e alonga-se, portanto, por outro lado, aquela parte do dia de trabalho em que ele tem de oferecer o seu trabalho ao capitalista sem ser pago por isso (ENGELS, 2010, p. 28-29).

O autor de *O Capital* tem como pressuposto, conforme já exposto, que o valor de todas as mercadorias é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário a sua produção e que sua grandeza sofre alterações com as mudanças na força produtiva do trabalho e, que a força produtiva do trabalho é determinada por diversas circunstâncias, como o grau médio de destreza dos trabalhadores, o grau de desenvolvimento da ciência e sua aplicação tecnológica, a organização do processo de produção, o desenvolvimento dos meios de produção e as condições naturais (MARX, 2013, p. 118). Sobre a queda no valor da força de trabalho, Marx acrescenta:

[...] a queda no valor da força de trabalho também é causada por um aumento na força produtiva do trabalho e por um correspondente barateamento das mercadorias naquelas indústrias que fornecem os elementos materiais do capital constante, isto é, os meios e os materiais de trabalho para a produção dos meios de subsistência. Em contrapartida, nos ramos de produção que não fornecem nem meios de subsistência nem meios de produção para fabricá-los, a força produtiva aumentada deixa intocado o valor da força de trabalho (MARX, 2013, p. 390).

Como o objetivo do capitalista é valorizar o capital e não melhorar as condições de vida dos trabalhadores assalariados, investe parte do capital no desenvolvimento dos meios de produção (maquinaria) para encurtar a parte do dia que o trabalhador trabalha para si e para aumentar a parte que trabalha para produzir mais-valor para o capitalista¹⁰¹. Entretanto, essa não é a única forma de baratear o valor da mercadoria força de trabalho. A sua desvalorização também ocorre na medida em que se reduz e se encurta o tempo necessário com a formação/educação do trabalhador produtivo de capital. Nessa direção, no Capítulo doze, do Livro I de *O Capital*, Divisão do trabalho e manufatura, Marx considera:

A desvalorização relativa da força de trabalho, decorrente da eliminação ou redução dos custos de aprendizagem, implica imediatamente uma maior valorização do capital, pois tudo o que encurta o tempo de trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho estende, ao mesmo tempo, os domínios do mais-trabalho (MARX, 2013, p. 424, grifos nossos).

A redução no tempo de trabalho necessário com aprendizagem e com a formação da força de trabalho implica na diminuição do valor da mercadoria força de trabalho. Isso significa que a força de trabalho será vendida por um valor menor, ou seja, que o trabalho necessário será reduzido e o mais trabalho ampliado em favor do capitalista. Assim, é de extremo interesse do capital (do capitalista) a redução do tempo necessário com a formação/educação dos trabalhadores produtivos e improdutivos ou que se consuma do tempo total de

¹⁰¹ O desenvolvimento da força produtiva do trabalho no interior da produção capitalista visa encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador tem de trabalhar para si mesmo precisamente para prolongar a parte da jornada de trabalho durante a qual ele pode trabalhar gratuitamente para o capitalista (MARX, 2013, p. 396).

trabalho disponível, somente o necessário, na formação/educação dos trabalhadores. Nesse sentido, a educação em sentido estrito (formal/escolar), sob a lógica do capital, se volta fundamentalmente para o desenvolvimento de habilidades específicas nos indivíduos (nos trabalhadores), para que estes exerçam funções específicas, de acordo com as necessidades da divisão capitalista do trabalho. Com o encurtamento no tempo de formação, diminui-se o valor da mercadoria força de trabalho, diminui-se o seu equivalente em mercadorias (em meios de subsistência) e aumenta-se o mais-valor (o lucro do capitalista). Sobre isso, Marx, no capítulo quatro, do Livro I de *O Capital*, A transformação do dinheiro em capital, afirma:

Para modificar a natureza humana de modo que ela possa adquirir habilidade e aptidão num determinado ramo de trabalho e se torne uma força de trabalho desenvolvida e específica, faz-se necessária uma formação ou um treinamento determinados, que, por sua vez, custam uma soma maior ou menor de equivalentes de mercadorias. Esses custos de formação variam de acordo com o caráter mais ou menos complexo da força de trabalho. Assim, os custos dessa educação, que são extremamente pequenos no caso da força de trabalho comum, são incluídos no valor total gasto em sua produção (MARX, 2013, p. 246).

As considerações que Marx fez a respeito da formação/educação do trabalhador assalariado produtivo se vinculam, essencialmente, a sua análise da lógica imanente de produção e reprodução do capital, ou, mais precisamente, de como o valor se valoriza no processo de produção capitalista. Desta feita, não se pode compreender as reflexões que Marx faz sobre a formação/educação dos trabalhadores assalariados sem ter como pressuposto o conjunto de categorias que são expostas por ele em *O Capital*.

Por isso, a formação/educação em sentido estrito (escolar/formal) não é autônoma em relação à ordem do capital, mas está subsumida à valorização do valor (ao capital). Nesta condição, a formação/educação tem que contribuir com a redução do tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho e aumentar o mais-trabalho. Dessa forma, o tempo de formação, o tempo de aprendizagem é reduzido, empobrecido, ao mínimo possível, para o desenvolvimento humano, pois está organizado e voltado para contribuir com a reprodução do sistema capitalista e neste, o que importa é o seu próprio desenvolvimento. Isso é claramente constatável na educação em sentido estrito

(institucionalizada/escolar), na atual sociedade, em que se limita o período de formação dos indivíduos em poucos anos de vida e de maneira extremamente desigual (MÉSZÁROS, 2007, p. 294), mesmo tendo condições materiais para ampliar o tempo e a qualidade da educação dos trabalhadores. Sobre a questão da formação/educação do trabalhador produtivo na lógica do capital, Marx utiliza os seguintes termos no texto, *Trabalho assalariado e capital*:

Quanto menor for o tempo de formação profissional exigido por um trabalho, menores serão os custos de produção do operário, menor será o preço do seu trabalho, o seu salário. Nos ramos da indústria em que quase não se exige tempo de aprendizagem e a mera existência física do operário basta, os custos exigidos para a produção do operário reduzem-se quase somente às mercadorias indispensáveis para mantê-lo vivo em condições de trabalhar. O preço do seu trabalho será, portanto, determinado pelo preço dos meios de existência necessários. [...] Devem de ser incluídos, nos custos de produção da força de trabalho simples, **os custos de reprodução pelos quais a espécie operária é posta em condições de se multiplicar e de substituir os operários usados por operários novos** (MARX, 2010, p. 44, grifos nossos).

Na perspectiva do capital, o “tempo de formação” ou o período de educação do trabalhador assalariado produtivo deve ser o menor possível, pois se deve reduzir ao máximo “os custos” com a produção desse trabalhador, para que o valor da sua força de trabalho seja cada vez menor. Diminuindo o valor da força de trabalho, menor será o tempo de trabalho necessário em que o trabalhador assalariado produtivo trabalhará para produzir e reproduzir o seu valor, ou seja, menor será o tempo que trabalhará para si mesmo e maior será o tempo em que trabalhará para produzir mais-trabalho, mais-valor para o capitalista. O tempo de vida do trabalhador assalariado produtivo não é tempo para ele, mas tempo de trabalho subsumido à autovalorização do capital (MARX, 2013, p. 337). Por isso, o tempo de formação, ou seja, o tempo a ser consumido na educação dos trabalhadores, na perspectiva do capital, é um tempo mínimo possível, o que acarreta um desenvolvimento humano limitado. A este respeito, Marx, no capítulo oito, do Livro I de *O Capital*, A jornada de trabalho, enfatiza:

Tempo para a formação humana, para o desenvolvimento intelectual, para o cumprimento de funções sociais, para relações sociais, para o livre jogo das forças vitais físicas e intelectuais, mesmo o tempo livre do domingo – e até mesmo no país do sabbatismo – é pura futilidade! (MARX, 2013, p. 337).

Dessa forma, o desenvolvimento humano do trabalhador assalariado produtivo e improdutivo de capital fica circunscrito ao interesse de reprodução do capital e, por isso, sua formação/educação é rebaixada a condições mínimas, por ser regida pela lógica da produção de mercadorias. Esse rebaixamento é inerente ao funcionamento do capital, pois, para ampliar a extração de mais-valor, é forçado a baratear o valor da força de trabalho, que implica em redução do valor do seu salário, com o qual o trabalhador tem apenas acesso aos meios de subsistência básicos para se reproduzir como trabalhador, ou seja, como mercadoria força de trabalho. Portanto, na sociabilidade do capital, a formação/educação do trabalhador está subsumida a lei de valorização do valor e o tempo destinado para a realização desta, não deve ultrapassar os limites do tempo socialmente necessários à sua produção. Diante disto, essa formação/educação não possibilita que o trabalhador tenha tempo para desenvolver suas potencialidades humanas, mas quase que somente as potencialidades que são de necessidade do capital.

5 A EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DA EMANCIPAÇÃO DO TRABALHO NA TEORIA MARXIANA

Marx não escreveu um manual em específico sobre a temática da educação, assim como, em sua principal obra, *O Capital*, não elaborou um manual de economia nos cânones das ciências burguesas. Pelo contrário, o autor de *O Capital* realizou uma crítica profunda do padrão de conhecimento burguês, da economia política burguesa¹⁰² e instaurou uma nova forma de análise da realidade social, com o intuito de produzir um conjunto de conhecimentos que se contrapusesse ao burguês e que servisse de instrumento para a classe trabalhadora modificar radicalmente a sociedade capitalista e para construir uma nova sociabilidade, a sociabilidade emancipada. Nessa linha de compreensão, Ivo Tonet, afirma:

[...] **Marx lança os fundamentos de uma concepção radicalmente nova de mundo** e, conseqüentemente, também **de fazer ciência e filosofia**. Estamos, obviamente, nos referindo à compreensão da realidade social e não da natureza, embora esse novo padrão científico também tenha repercussões na elaboração do conhecimento da natureza. [...] Marx não é um clássico da sociologia, da economia, da ciência política, da filosofia ou da história. Clássicos dessas ciências são Comte, Durkheim, Webber, Adam Smith, Ricardo, Maquiavel, Vico, etc. **Marx é o instaurador de um padrão radicalmente novo de conhecimento** (TONET, 2013, p. 69, grifos nossos).

Marx ao se defrontar com a tradição burguesa hegemônica em seu momento histórico, a filosofia alemã, a economia política inglesa e o socialismo francês (LENIN, 2006, p. 66), não desconsidera os seus avanços, mas não lhe poupava uma crítica radical, que o propiciou elaborar uma nova concepção de mundo e de ciência, opondo-se profundamente à perspectiva burguesa. Segundo Mészáros, a crítica marxiana não deve ser entendida de forma

¹⁰² Todas as principais obras de Marx carregam o título ou subtítulo de “uma crítica da economia política”, começando pelo manuscritos de 1857 – 1858 de *Grundrisse zueiner Kritik der Politischen Economie* [esboços de uma crítica da economia política], publicados postumamente, seguido pelo livro publicado pelo próprio em 1859 sob o título de *Contribuição à crítica da economia política*, e coroado por seu magistral, mesmo que inacabado, *O capital*, obra que leva o subtítulo *crítica da economia política*. Ademais, os extensos volumes de suas *Teorias da mais-valia* também pertencem ao mesmo complexo de investigações. Assim, obviamente, um acerto de contas crítico com a economia política ocupou um lugar central na obra de Marx (MÉSZÁROS, 2009, p. 219).

simplista, como mera negação ou rejeição, mas em seu sentido dialético de “*superação preservadora*” e de “*preservação superadora*” MÉSZÁROS, 2009, p. 220).

Em alguns de seus primeiros textos, como *Para a questão judaica*, de 1843, *A ideologia alemã*, de 1845, *Miséria da filosofia*, de 1847 e o *Manifesto Comunista*, de 1848, Marx considerou que a classe burguesa tinha desempenhado um papel revolucionário na história, destacando os progressos da sociedade burguesa em relação à sociedade feudal. Entretanto, não deixou de considerar os limites dessa forma de sociabilidade, que se assenta em uma nova forma de exploração do trabalho (trabalho assalariado) e de domínio de uma classe sobre outra, da burguesia sobre os trabalhadores assalariados. Nesse sentido, consideram Marx e Engels no *Manifesto Comunista*:

A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, **não aboliu os antagonismos de classe**. Não fez mais do que **estabelecer novas classes**, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das que existiram no passado (MARX; ENGELS, 2010, p. 40, grifos nossos).

A sociedade burguesa não eliminou as classes sociais, mas estabeleceu novas relações de classes. Para reproduzir essas relações sociais, fundadas no antagonismo entre capital e trabalho, a classe burguesa, proprietária do capital, converteu-se em uma classe cujo interesse central era o da conservação do modo de produção que estabeleceu, o capitalismo (NETTO; BRAZ, 2007, p. 20). Isso significa que a essência do projeto da burguesia é o de perpetuar a sociedade de classes e a exploração do homem pelo homem. Por isso, a burguesia, ao instaurar o seu domínio econômico-político de classe sobre o proletariado, passou a ser uma classe conservadora, abandonou qualquer perspectiva progressista e atuou para desenvolver os meios que corroboravam para legitimar a lógica do capital. Dentre estes meios, Marx ressalta no *Posfácio da segunda edição de O Capital* de 1873, a produção e disseminação da apologética burguesa, afirmando:

Na França e na Inglaterra, a burguesia conquistara o poder político. A partir de então, a luta de classes assumiu, teórica e praticamente, formas cada vez mais acentuadas e ameaçadoras. **Ela fez soar o**

dobro fúnebre pela economia científica burguesa. Não se tratava mais de saber se este ou aquele teorema era verdadeiro, mas se, para o CAPITAL, ele era útil ou prejudicial, cômodo ou incômodo, se contrariava ou não as ordens policiais. O lugar da investigação desinteressada foi ocupado pelos espadachins a soldo, e a má consciência e as más intenções da APOLOGÉTICA substituíram a investigação científica imparcial (MARX, 2013, p. 86, grifos meus).

Para Marx, a burguesia, ao conquistar o poder e se tornar a classe dominante, ou seja, não mais em luta para chegar ao poder contra a classe dominante do modo de produção anterior (feudal), a dos senhores feudais, mas para manter seu domínio sobre os trabalhadores assalariados, assume outras formas de luta¹⁰³. No que se refere à produção do conhecimento científico, pode-se verificar claramente essa inflexão na luta. Se, no período de autoafirmação, a burguesia necessitava desenvolver o conhecimento de forma “desinteressada” e que contribuísse para modificar radicalmente a sociedade, no período posterior, a produção do conhecimento ou da “verdade” estava submetida aos interesses de reprodução do capital. Por isso, a classe burguesa não tinha a intenção de trazer a verdade à tona, mas somente as “verdades” que eram úteis e não prejudicavam a ordem do capital. Isso significa que as produções dos conhecimentos científicos “desinteressados”, bem como a sua transmissão no processo educativo, estão subsumidas aos ditames do capital.

Nessa perspectiva, considera István Mészáros:

Em consequência da divisão social do trabalho, **a ciência está de fato alienada (e privada) da determinação social dos objetivos de sua própria atividade**, que ela recebe “pronta”, sob a forma de ditames materiais e objetivos de produção, do órgão reificado de controle do metabolismo social como um todo, ou seja, **do capital** (MÉSZÁROS, 2004, p, 270, grifos nossos).

Desse modo, Marx constata pela análise concreta da sociabilidade do capital, que a economia política burguesa e a ciência burguesa abandonaram “a investigação científica imparcial” e tornaram-se uma apologética do capital e dos interesses da classe burguesa em detrimento da classe trabalhadora. Por isso, em *O Capital: crítica da economia política*, Marx expõe o “movimento real” da

¹⁰³ Na história da burguesia, devemos distinguir duas fases: aquela durante a qual a burguesia se constituiu em classe, sob o regime da feudalidade e da monarquia absoluta, e aquela em que, já constituída em classe, derrubou a feudalidade e a monarquia para fazer da sociedade uma sociedade burguesa (MARX, 2009, p. 190).

forma de produção e reprodução da sociabilidade do capital, desconstruindo as mistificações e naturalizações das explicações burguesas, para colocar à disposição da classe trabalhadora uma compreensão profunda das leis imanentes do modo de produção capitalista, das suas contradições essenciais, da sua transitoriedade e da possibilidade de sua superação pela luta dos trabalhadores.

5.1 Considerações críticas sobre o conhecimento e a educação burguesa em Marx, Lukács e Mészáros

O objetivo fundamental de *O Capital: crítica da economia política* foi o de demolir as explicações vulgares sobre a economia¹⁰⁴, mas também, as explicações parciais e insuficientes da economia política clássica¹⁰⁵ (burguesa) e, para isso, Marx analisou radicalmente o modo de produção capitalista em sua totalidade, a saber, em suas relações de produção e de circulação. Sobre essa questão, o autor discorre no Livro III de *O Capital*:

¹⁰⁴ Em primeiro lugar, devemos recordar que a divisão do material em três partes [fórmula trinitária], habitual na economia burguesa, nem sempre servia a fins apologéticos. Nesse aspecto, devemos distinguir entre a economia política clássica e a economia vulgar. Sabemos que Marx reduziu a pó, sem piedade, a “fórmula trinitária” da economia vulgar, sua doutrina dos três “fatores de produção” – o capital, a terra e o trabalho. Essa teoria concebe tais fatores não somente como três fontes de rendimentos diferentes, mas também como fontes autônomas e cooperantes no processo de criação de valor (assim como, “na agricultura, por exemplo, o agricultor, os bois, o arado e a terra colaboram harmoniosamente no processo de trabalho real, não obstante sua diversidade”). Ele demonstrou que essa fórmula – que mistura sem o menor escrúpulo as formas sócias de produção, historicamente determinadas, como os elementos materiais do processo de trabalho real – aparece desenvolvida “a mistificação do modo capitalista de produção, a reificação das relações sociais”: “O mundo encantado, invertido e virado de ponta-cabeça onde Monsieur Le Capital e Madame La Terre, ao mesmo tempo caracteres sociais e simples coisas, rondam como espectros”. Todavia, essa caracterização só se aplica-se à economia vulgar propriamente dita, ou então ao elemento de economia vulgar presente nos trabalhos dos clássicos. Nestes, porém, há um pequeno elemento de verdade na “fórmula trinitária”, pois, por causa da separação entre os verdadeiros produtores e os meios de produção, o valor criado pelo trabalho anual agregado se divide em três partes, que assumem três formas diferentes de rendimentos e constituem a renda anual de três classes sociais: os capitalistas, os proprietários fundiários e os trabalhadores (ROSDOLSKY, 2001, p. 41-42).

¹⁰⁵ Para deixar esclarecido de uma vez por todas, entendo por economia política clássica toda teoria econômica desde W. Petty, que investiga a estrutura interna das relações burguesas de produção em contraposição à economia vulgar, que se move apenas no interior do contexto aparente e ruma constantemente o material há muito fornecido pela economia política científica a fim de fornecer uma justificativa plausível dos fenômenos mais brutais e servir às necessidades domésticas da burguesia, mas que, de resto, limita-se a sistematizar as representações banais e egoístas dos agentes de produção burgueses como o melhor dos mundos, dando-lhes uma forma pedante e proclamando-as como verdades eternas (MARX, 2013, p. 156).

No Livro Primeiro, investigamos os fenômenos do processo de produção capitalista considerando apenas como processo imediato de produção, quando abstraímos de todos os efeitos induzidos por circunstâncias a ele estranhas. Mas o processo imediato de produção não abrange a vida toda do capital. Completa-o o processo de circulação, que constituiu o objeto de estudo do Livro Segundo. Evidenciou-se que **o processo de produção capitalista, observado na totalidade, é unidade constituída por processo de produção e processo de circulação** (MARX, 2008, p. 41, grifos nossos).

Procedendo a uma análise do modo de produção capitalista em sua totalidade¹⁰⁶, ou seja, como uma unidade contraditória entre processo de produção e processo de circulação, Marx desmistifica a visão dos economistas burgueses, bem como o seu padrão de cientificidade, que explicava os fenômenos econômicos de forma fragmentada e isolada da totalidade das relações sociais.

É certo que as obras econômicas do Marx maduro estão centradas coerentemente na cientificidade da economia, mas nada têm em comum com a concepção burguesa, segundo a qual a economia é mera ciência particular, na qual os chamados fenômenos econômicos puros são isolados do conjunto das inter-relações do ser social como totalidade e, depois, analisados nesse isolamento artificial, visando – eventualmente – relacionar de maneira abstrata o território assim formado com outros territórios isolados de modo igualmente artificial (o direito, a sociologia etc.). A economia marxiana, ao contrário, parte sempre da totalidade do ser social e volta a desembocar nessa totalidade (LUKÁCS, 2012, p. 291).

¹⁰⁶ Totalidade, portanto, como princípio metodológico, significa que nada pode ser compreendido de modo isolado. O sentido de cada parte, de cada fato, de cada dado só emerge na medida em que ele for apreendido como momento de um conjunto, como resultado de um processo através do qual cada um dos elementos parciais vai adquirindo a sua natureza e a sua especificidade. Trata-se, pois, de apreender o processo através do qual vão se constituindo, ao mesmo tempo, a totalidade de determinado objeto e as partes que o compõem, a hierarquia e a ordem entre os diversos momentos, o modo como se relacionam entre si o todo e as partes, sob a regência do primeiro, as relações das diversas partes entre si e a passagem de um momento a outro (TONET, 2013, p. 116).

[...] o conceito de totalidade (todo) não pode representar, na dialética, algo rígido nem unívoco no sentido formal. O que decide acerca dos limites do todo que se investiga em cada caso é a realidade efetiva, assim como o problema que se aborda. Então se descobrirá que qualquer totalidade, por amplos que sejam os seus limites, pode subordinar-se a outra, ainda mais inclusiva. Igualmente, no curso da investigação, impor-se-á a necessidade de decompor em totalidades subordinadas o recorte do todo que inicialmente constitui o objeto, sem com isso, contudo, perder de vista a conexão universal das manifestações, tal como esteve dada no primeiro recorte (KOFLEK, 2010, p. 56).

Diferentemente da ciência burguesa, que procurava explicar as partes da realidade, sem considerar sua íntima relação com a totalidade, a teoria marxiana busca rastrear o nexo imanente de um determinado fenômeno com a totalidade¹⁰⁷ social da qual faz parte, neste caso, a relação entre o processo de produção e o processo de circulação capitalista. Em carta ao amigo Engels, Marx fala da diferença e da especificidade de sua investigação:

Não conseguirei me obrigar a enviar nada até ter o todo diante de mim. Por mais que tenha falhas, a vantagem do meu texto é o fato de ser escrito artisticamente, e isso só posso conseguir através da prática de jamais imprimir nada até ter o texto escrito diante de mim em sua totalidade (MARX, 2004 apud GABRIEL, 2013, p. 436).

Marx se recusava em expor os resultados de sua investigação sobre o modo de produção capitalista, com a publicação de *O Capital*, enquanto não tivesse uma compreensão global das leis de funcionamento da moderna sociedade burguesa. Entendia que sua investigação tinha de se apropriar da matéria em todos os seus detalhes e extrair dela mesma, ou seja, da própria sociedade capitalista, o seu modo de funcionamento. Somente após esse processo investigativo se poderia apresentar adequadamente o movimento real do capital (MARX, 2013, p. 90). Nesse sentido, *O Capital* de Marx reflete às formas de ser e às determinações da existência real¹⁰⁸, neste caso, às determinações reais da moderna sociedade burguesa.

Sobre isso, nos *Grundrisse*, Marx afirma:

Como em geral em toda ciência histórica e social, **no curso das categorias econômicas é preciso ter presente que o sujeito, aqui a moderna sociedade burguesa, é dado tanto na realidade como na cabeça**, e que, por conseguinte, **as categorias expressam formas de ser, determinações da existência**, com freqüência somente aspectos singulares, dessa sociedade determinada, desse sujeito, e que, por isso, a sociedade, também, do ponto de vista científico, de

¹⁰⁷ O que distingue [...], antes de mais nada, é a consideração da economia burguesa como um “todo orgânico”, é o ponto de vista da totalidade ou, como disse Lukács, o “predomínio multifacético e determinante do todo sobre as partes”. (Como isso está distante do método da economia burguesa, que estabelece uma vinculação exterior entre os fenômenos econômicos!) (ROSDOLSKY, 2001, p. 40).

¹⁰⁸ Segundo Lukács: “[...] o ser só pode ser abordado como ser se for objetivamente determinado em todos os sentidos. Um ser privado de determinações é apenas um produto do pensamento: uma abstração de todas as determinações (LUKÁCS, 2010, p. 171).

modo algum só começa ali onde o discurso é sobre ela enquanto tal (MARX, 2011, p. 59, grifos nossos).

Marx concebe que as categorias eram dadas na “realidade como na cabeça”. Elas só poderiam existir na cabeça, porque existem na realidade e da realidade foram abstraídas. As categorias não são dadas, a priori, na cabeça, mas a partir da análise da realidade concreta, ou seja, da abstração da própria coisa que se investiga e se quer conhecer, neste caso, a lógica da moderna sociedade burguesa. Investigando concretamente a lógica dessa forma de sociabilidade, o autor de *O Capital*, extraiu as suas determinações essenciais e as reproduziu no plano do pensamento. Por isso, *O Capital* é considerado a reprodução ideal do movimento real da lógica de reprodução do modo de produção capitalista (NETTO, 2006, p. 55).

Os esforços e os sacrifícios que Marx enfrentou para compreender realmente o modo de produção e reprodução do capital e para desconstruir as explicações dos economistas burgueses e de seus ideólogos (apologistas), não foram somente para substituir uma explicação por outra explicação mais elaborada ou para trocar uma frase por outra frase mais complexa, conforme sua crítica aos pensadores idealistas de esquerda em sua obra *A ideologia Alemã* (MARX, 2009, p. 23)¹⁰⁹, mas para produzir um conhecimento que contribuísse com a luta da classe trabalhadora na superação do modo de produção capitalista, visto que este se assenta essencialmente na exploração da força de trabalho no processo produtivo. Por isso, a partir da análise do mundo real, da reprodução do capital, considerou que a sua constante valorização e acumulação são fundadas no trabalho não pago e desse modo, a situação da classe trabalhadora não pode melhorar nessa forma de produção, pelo contrário,

¹⁰⁹ Como para os jovens-hegelianos as representações, as ideias, conceitos, em geral os produtos da consciência (por eles autonomizadas), têm o valor de autênticos grilhões dos homens; como, do mesmo modo, para os velhos-hegelianos significam os verdadeiros elos da sociedade humana, percebe-se que os jovens-hegelianos também só tenham de lutar contra essas ilusões da consciência. Segundo a sua fantasia, as relações dos homens, tudo o que os homens fazem, os seus grilhões e barreiras, são produto da consciência; assim os jovens-hegelianos, de modo consequente, colocam aos homens o postulado moral de trocarem a sua consciência presente pela consciência humana, crítica ou egoísta e, desse modo, de eliminarem as suas barreiras. Essa exigência de mudar a consciência conduz à exigência de interpretar de outro modo o que existe, ou seja, de reconhecê-lo por meio de outra interpretação. Os ideólogos jovens-hegelianos são, apesar das frases com que pretendem “abalar o mundo”, os maiores conservadores (MARX; ENGELS, 2009, p. 22-23).

tem como consequência o agravamento em suas condições de vida. Nesse preciso sentido, Marx assevera:

[...] à medida que o capital é acumulado, a situação do trabalhador, seja sua remuneração alta ou baixa, tem de piorar. [...] Ela ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. Portanto, a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como trabalho (MARX, 2013, p. 721).

O conhecimento dessa lógica de reprodução do capital é fundamental para que a classe trabalhadora não nutra ilusões em relação a essa forma de sociabilidade, pois é inerente ao modo de produção capitalista a concentração de riquezas num polo da sociedade e num outro polo, a concentração da miséria¹¹⁰. Observe-se que o conceito marxiano de miséria não se restringe ao lado econômico, ao lado material (uma “remuneração alta ou baixa”), mas relaciona o material ao espiritual/intelectual (“a ignorância, a degradação moral”) da classe trabalhadora.

Desse modo, a riqueza se concentra do lado da classe burguesa e as misérias do lado da classe trabalhadora e, quanto mais se desenvolve a produtividade do trabalho sob a lógica do capital, mais se amplia relativamente o abismo social entre a classe burguesa e a classe trabalhadora. A respeito dessa relação contraditória, Marx destaca no capítulo vinte e três, do Livro I de *O Capital: A lei geral da acumulação capitalista*:

Se a classe trabalhadora continua “pobre”, mas agora é “menos pobre” na proporção em que produz um “aumento inebriante de riqueza e poder” para a classe proprietária, isso quer dizer que, em termos relativos, ela continua tão pobre como antes. Se os extremos da pobreza não diminuíram, eles aumentaram, já que aumentaram os extremos da riqueza (MARX, 2013, p. 727).

¹¹⁰ Dia após dia, torna-se assim mais claro que as relações de produção nas quais a burguesia se move não têm um caráter uno, simples, mas um caráter dúplice; que, nas mesmas relações em que se produz a riqueza, também se produz a miséria; que, nas mesmas relações em que há desenvolvimento das forças produtivas, há uma força produtora de repressão; que essas relações só produzem a riqueza burguesa. Ou seja: a riqueza da classe burguesa [...] (MARX, 2009, p. 139).

A partir da análise das leis imanentes do capital, Marx colocou em evidência que, sob a forma de produção capitalista, a riqueza tendencialmente se concentra nas mãos da classe proprietária dos meios de produção, por meio da exploração da força de trabalho da classe trabalhadora, que não é proprietária dos meios de produção. Por isso, sob o capital, quanto mais se aperfeiçoa o processo produtivo, com o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, mais se aumenta a produção de riqueza, mas contraditoriamente não se diminui a “pobreza” da classe produtora, da classe trabalhadora. Essas riquezas são produzidas pelo trabalho da classe trabalhadora (do trabalhador produtivo), mas no modo de produção capitalista não os enriquecem e ainda se voltam contra estes, pois são concentradas nas mãos da classe burguesa e fortalecem o poder desta frente ao trabalho. Em os *Grundrisse*, Marx destaca:

Portanto, todos os progressos da civilização ou, em outras palavras, todo aumento das forças produtivas, se se quiser, das forças produtivas do próprio trabalho – tal como resultam da ciência, das invenções, da divisão e combinação do trabalho, do aperfeiçoamento dos meios de comunicação, da criação do mercado mundial, da maquinaria etc. -, não enriquecem o trabalhador, mas o capital, em consequência, só ampliam o poder que domina o trabalho; só multiplicam a força produtiva do capital. Como o capital é a antítese do trabalhador, tais progressos aumentam unicamente o poder objetivo sobre o trabalho (MARX, 2011, p. 241).

Nesse sentido, a manutenção da forma de produção capitalista e o seu conseqüente aperfeiçoamento, significam a manutenção do domínio da classe burguesa sobre a classe trabalhadora, pois a reprodução dessas relações sociais é a reprodução do domínio do capital sobre o trabalho. A classe trabalhadora pode até se tornar “menos pobre” no capitalismo, mas continuará sendo pobre, porque os extremos entre a sua condição e a condição da classe burguesa não diminuem, pelo contrário, se ampliam com o crescimento da produção de riquezas¹¹¹. Sobre isso, Marx acrescenta:

¹¹¹ A desigualdade está crescendo. Hoje, apenas 8 homens têm a mesma riqueza que as 3,6 bilhões de pessoas mais pobres do mundo. O 1% mais rico da população detém uma riqueza maior que os outros 99% juntos! No Brasil não é diferente. **Em nosso país, os 6 bilionários mais ricos detêm a mesma riqueza que a metade mais pobre de nossa população** – cerca de 100 milhões de pessoas (OXFAM, 2017). “No mundo, oito pessoas detêm o mesmo

Portanto, se a receita do operário aumenta com o rápido crescimento do capital, a verdade é que, ao mesmo tempo, aumenta o abismo social que afasta o operário do capitalista, aumenta ao mesmo tempo o poder do capital sobre o trabalho, a dependência do trabalho relativamente ao capital. [...] Quando o capital cresce rapidamente, o salário pode até subir, mas o lucro do capital cresce incomparavelmente mais depressa. A situação material do operário melhorou, mas às custas da sua situação social. O abismo social que o separa do capitalista ampliou-se (MARX, 2010, p. 56-57).

A partir dessa análise, Marx desconstrói o ideário burguês propalado por seus apologistas, pelos economistas vulgares e pela economia política burguesa, segundo o qual, com o crescimento da produtividade do trabalho e com o aumento da produção de riquezas, a situação social da classe trabalhadora melhoraria¹¹². Ao contrário disto, a situação social da classe trabalhadora piora, porque a sua melhoria material é momentânea e determinada pelo crescimento do capital¹¹³. Na verdade, a melhora é apenas aparente, pois o crescimento do capital ou a reprodução do capital se dá por um aumento na taxa de extração de mais-valor, ou seja, no aumento da exploração da força de trabalho do trabalhador. Na essência, isso significa que o aumento momentâneo na receita do trabalhador não é positivo, mas negativo, pois ela é oriunda da intensificação da exploração de sua força de trabalho e implica no fortalecimento do poder do capital sobre o trabalho.

patrimônio que a metade mais pobre da população. Ao mesmo tempo, mais de 700 milhões de pessoas vivem com menos de US\$ 1,90 por dia. NO BRASIL, a situação é pior: APENAS SEIS PESSOAS POSSUEM RIQUEZA EQUIVALENTE AO PATRIMÔNIO DOS 100 MILHÕES DE BRASILEIROS MAIS POBRES. E mais: os 5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda que os demais 95%. Por aqui, uma trabalhadora que ganha um salário mínimo por mês levará 19 anos para receber o equivalente aos rendimentos de um super-rico em um único mês” (OXFAM, 2017, p. 6).

¹¹² É a grande multiplicação das produções de todas as artes, consequência da divisão do trabalho, que origina, numa sociedade bem administrada, a opulência generalizada que se estende às camadas mais inferiores da população. Cada trabalhador dispõe de uma quantidade de trabalho próprio muito superior àquela que se pode utilizar; e, uma vez que todos os outros trabalhadores estão exatamente na mesma situação, é-lhes possível trocar uma grande quantidade dos seus próprios produtos por uma grande quantidade, ou, o que vem a dar no mesmo, pelo preço de uma grande quantidade dos deles. Fornece-lhes em abundância aquilo que necessitam e eles fornece-lhes, com igual profusão, tudo o que ele pretende, difundindo-se a abundância pelas diferentes camadas sociais (SMITH, 1980, p. 89).

¹¹³ Estas breves indicações bastarão para demonstrar, precisamente, que o próprio desenvolvimento da indústria moderna contribui forçosamente para inclinar, cada vez mais, a balança em benefício do capitalista contra o operário e que, em consequência disso, a tendência geral da produção capitalista não é elevar o nível médio do salário, mas, ao contrário, diminuí-lo, baixando o valor do trabalho mais ou menos até seu limite mínimo (MARX, 2010, p. 140).

Desse modo, Marx, em *O Capital*, busca revelar à classe trabalhadora a essência da reprodução do modo de produção capitalista que fundada na extração de mais-valor, não melhoraria a situação social da classe trabalhadora, mas fortaleceria o poder social da classe burguesa. A apreensão dessa determinação da sociabilidade do capital, por parte da classe trabalhadora era fundamental, pois, por meio desta, a classe trabalhadora poderia orientar a luta revolucionária para superar as relações sociais capitalistas e o domínio da classe burguesa. Foi nessa direção que, em uma carta a um amigo de Genebra, Marx diz: “*O capital é sem dúvida o Míssil mais terrível já disparado contra as cabeças da burguesia*” (MARX, 2004 apud GABRIEL, 2013, p. 456).

De fato, a análise da sociabilidade burguesa exposta em *O Capital* visava demolir as teorias apologéticas dos economistas burgueses e em se constituir numa arma teórica poderosa do trabalho na luta contra o capital. Marx considerava a análise dos economistas burgueses como vulgar, como uma explicação meramente aparente da realidade social, em tudo subserviente aos interesses da classe burguesa. Por isso, no Livro III de *O Capital*, Marx usa os seguintes termos em relação à economia burguesa:

Na realidade, **a economia vulgar se limita** a interpretar, a sistematizar e **a pregar** doutrinariamente **as idéias dos agentes do capital, prisioneiros das relações de produção burguesas. Por isso, não admira que de todo se harmonize com as relações econômicas em sua aparência alienada, em que são evidentes contradições absurdas e completas (aliás, toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre aparência e a essência das coisas); que aí se sinta em casa, parecendo-lhe essas relações tanto mais naturais quanto mais nelas se dissimule o nexos causal, e assim correspondam às idéias vigentes** (MARX, 2008, p. 1080, grifos nossos).

Pode-se depreender da crítica radical de Marx que a economia política burguesa e a ciência burguesa se limitavam/limitam a produzir um conhecimento aparente da realidade, porque eram/são “prisioneiras das relações de produção burguesas”. Ao se encontrarem subsumidas às relações de produção capitalistas, a economia política e a ciência burguesa assumiram/assumem a função de agentes das ideias que dão legitimidade à ordem do capital e, por isso, ao contrário de explicar a realidade em sua

efetividade, se restringem a uma explicação da aparência alienada dos fenômenos, com o intuito de dissimular o nexos causal do real, para que, assim, possam corresponder aos interesses da classe burguesa. Nessa mesma linha de análise da economia burguesa e da ciência burguesa, considera Lukács:

[...] ocorre na economia uma fuga da análise do processo geral de produção e reprodução, e uma fixação na análise dos fenômenos superficiais da circulação, tomados isoladamente. [...] Enquanto na época clássica havia um esforço no sentido de compreender a conexão dos problemas sociais com os econômicos, a decadência coloca entre eles uma muralha divisória artificial, pseudocientífica e pseudometodológica, criando assim compartimentos estanques que só existem na imaginação (LUKÁCS, 2010, p. 64).

Tanto na economia, como nas outras ciências burguesas, como na sociologia, a análise se restringe aos aspectos particulares da realidade e não se busca estabelecer a conexão real que existe entre esses aspectos que foram isolados. Essa maneira de proceder expressa a “decadência ideológica” da economia burguesa, bem como das ciências burguesas, em geral, que, por estarem submetidas à lógica de produção e reprodução do capital, produzem um conhecimento fragmentado e aparente da realidade.

A ciência econômica e as ciências modernas (particulares) ao se desenvolverem em estreita relação com a produção capitalista e subsumindo-se a divisão do trabalho, tornando-se uma profissão reconhecida, porém, foi perdendo sua relativa independência, passando a atender aos interesses da produção (do capital) e da classe detentora dos meios de produção (a burguesia). Sobre esse processo, István Mészáros, em sua obra, O poder da ideologia, sustenta:

Em consequência da divisão social do trabalho, **a ciência está de fato alienada (e privada) da determinação social dos objetivos de sua própria atividade, que ela recebe “pronta”, sob a forma de ditames materiais e objetivos de produção**, do órgão reificado de controle do metabolismo social com um todo, ou seja, **do capital** (MÉSZÁROS, 2004, p, 270, grifos nossos).

Esse conhecimento fragmentado, particularizado e aparente produzido pelas ciências burguesas corresponde aos interesses da produção e

reprodução da sociabilidade capitalista, pois contribui para a formação/educação de determinados assalariados (produtivos e improdutivos) que recebem conhecimentos fragmentados da realidade para que estejam aptos a desempenhar as funções requeridas pelo capital, de acordo com o desenvolvimento da divisão capitalista do trabalho, alcançando somente um conhecimento aparente ou “pseudocientífico da realidade”. Nesta linha de compreensão, o teórico marxista, István Mészáros, na obra *A teoria da alienação em Marx*, ressalta a função da educação na sociabilidade do capital afirmando:

A educação tem duas funções principais numa sociedade capitalista: (1) a produção das qualificações necessárias ao funcionamento da economia, e (2) a formação dos quadros e a elaboração dos métodos de controle político (MÉSZÁROS, 2006, p. 275).

Marx analisa e critica esse fenômeno em *O Capital*, considerando que esse nível de conhecimento e de formação/educação fragmentada e subsumida à divisão do trabalho no capitalismo promove “certo atrofiamento” no desenvolvimento das potencialidades humanas dos trabalhadores, na medida em que essa educação está voltada para atender as necessidades de desenvolvimento do capital (MARX, 2013, p. 437). Esse tipo de conhecimento e de formação prepara o trabalhador para servir à produtividade capitalista, ou seja, para vender sua força de trabalho como assalariado “especializado”.

Esse conhecimento e formação/educação podem ser suficientes para os trabalhadores garantirem a sobrevivência como assalariados ou como vendedores de sua força de trabalho ao apreenderem um determinado tipo de conhecimento ou de habilidade que sirvam para valorizar o capital, mas são insuficientes para que os trabalhadores compreendam as relações sociais em sua totalidade e, munidos dessa compreensão, lutem por sua transformação. Assim, a crítica desse conhecimento e dessa formação era um procedimento essencial, visto que não favoreciam a luta do trabalho contra o capital, mas pelo contrário, reforçavam o domínio das relações de produção capitalistas e da classe burguesa sobre a classe trabalhadora.

Diante disto, Marx realiza em *O Capital* uma crítica radical da sociabilidade burguesa em sua totalidade e dos apologistas deste modo de produção (os economistas), que produzem um conhecimento que visa conformar

ou adaptar os trabalhadores à ordem do capital. “Os economistas querem que os operários permaneçam na sociedade tal como ela está formada e tal como eles a consignaram e sancionaram em seus manuais” (MARX, 2009, p. 188).

Em um caminho oposto ao dos apologistas vulgares do capital e dos economistas clássicos burgueses, Marx realiza uma crítica teórica radical do capital com o objetivo de dispor à classe trabalhadora um novo conhecimento, que demonstra como o capital se constituiu historicamente, como ocorre a sua reprodução e como pode ocorrer a sua superação. Se os teóricos da ciência burguesa produzem conhecimentos que favorecem ou contribuem para a dominação do capital sobre o trabalho, Marx, em direção oposta, com a crítica do capital, produz uma teoria revolucionária, que, posta em prática pelos trabalhadores, os sujeitos da revolução¹¹⁴, poderia servir de instrumento para a superação da sociabilidade capitalista e organização de uma nova forma de produção da vida. Nessa perspectiva de entendimento da obra *O Capital*, afirma o teórico marxista, Karel Kosik, em a *Dialética do concreto*:

“O Capital” de Marx não é uma teoria: é uma crítica teórica ou uma teoria crítica do capital. Não é apenas uma descrição das configurações objetivas do movimento social do capital e das correspondentes formas de consciência, dos agentes do próprio movimento; em unidade indissolúvel com a investigação das leis objetivas do funcionamento do sistema (que compreende interrupções e crises), **ele investiga também a gênese e a configuração do sujeito que efetua a destruição revolucionária do sistema.** O sistema é descrito na sua totalidade e concreticidade quando se descreve as leis imanentes do seu movimento e da sua destruição. **O conhecimento ou a tomada de consciência da natureza do próprio sistema, como sistema de exploração, são a *conditio sine qua non* para que a odisséia da forma histórica da práxis chegue a termo na práxis revolucionária.** Marx define esta tomada de consciência como tomada de consciência histórica (KOSIK, 1976, p. 167-168, grifos nossos).

N’ *O Capital*, Marx não apenas elabora uma teoria crítica ou uma nova interpretação da economia política que criticava as teorias econômicas burguesas e o conhecimento produzido por estes, mas, a partir da análise

¹¹⁴ De todas as classes que hoje em dia se opõem à burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. As outras classes degeneram e perecem com o desenvolvimento da indústria; o proletariado, pelo contrário, é seu produto mais autêntico (MARX; ENGELS, 2010, p. 49).

imane do modo de produção capitalista, produz um conhecimento que apreende às determinações e contradições essenciais do capital, com a clara intenção de contribuir com a formação/educação da classe trabalhadora. Para a classe trabalhadora atuar praticamente ou revolucionariamente para transformar a realidade, Marx entende que “o conhecimento” e “a tomada de consciência” de que o capital é um sistema que só se reproduz por meio da exploração da força de trabalho é de fundamental importância. Por isso, em *O Capital*, Marx objetiva uma análise que estava em conformidade com a décima primeira tese *Ad Feuerbach* de 1845, segundo a qual, o autor considerava que não era suficiente interpretar/conhecer ou representar o mundo de uma forma diferente, mas conhecer e interpretar o mundo, a realidade social, para contribuir com a sua transformação radical (MARX, 2009, p. 126). *O Capital* é uma interpretação da sociabilidade capitalista, das leis inerentes a este modo de produção, mas uma interpretação que se destina à objetivação de uma prática revolucionária que transforme radicalmente essa sociabilidade, tendo como o destinatário e o agente principal dessa prática transformadora a classe trabalhadora.

5.2 A formação/educação na perspectiva da emancipação do trabalho em *O Capital*

O capital tem uma perspectiva de conhecimento e de formação/educação em sentido estrito (formal/escolar) que visa conformar os trabalhadores assalariados produtivos e improdutivos a sua lógica de reprodução e a prepará-los com determinadas habilidades para exercerem as diversas funções que são requeridas no processo de produção capitalista, conforme já discutido anteriormente. Entretanto, Marx, em sua obra *O Capital*, não expôs só um lado da questão, só a perspectiva do capital, mas apresenta o lado do trabalho, as contradições entre os interesses do trabalho e do capital, da classe trabalhadora e da classe burguesa. Essas classes possuem interesses radicalmente opostos e inconciliáveis e, por isso, ao refletir sobre o conhecimento e particularmente a educação, a partir do ponto de vista da classe trabalhadora em *O Capital* ou na teoria marxiana, deve-se ter como pressuposto

que a educação será chamada a cumprir com uma função contrária a da hegemônica na atual sociabilidade, que predominantemente corresponde com os interesses da classe burguesa.

Como se constata, aparece claramente na obra de Marx, *O Capital*, a função que a formação/educação institucionaliza (formal/escolar) assume sob a lógica do capital, que é a de contribuir com o processo de valorização do valor (do capital) e com a reprodução das conseqüentes relações sociais. A questão fundamental que se impõe e que merece ser investigada, com base no arcabouço categorial, que Marx abstraiu da análise materialista da sociabilidade burguesa (da lógica do capital) e apresentou em sua obra de maturidade, *O Capital*, é a de abstrair dessas categorias, uma concepção de educação ou de atividades educativas na perspectiva da emancipação da classe trabalhadora e, a função que esta desempenharia na luta do trabalho contra o capital e na construção de outra forma de sociabilidade, a comunista.

De acordo com o que aparece, já em seus primeiros textos, como a *Ideologia Alemã*, de 1845, *Miséria da filosofia*, de 1847 e o *Manifesto Comunista*, de 1848, Marx delinea as contradições fundamentais entre a classe burguesa e a classe trabalhadora, considerando que essas classes sociais se situam em lados opostos, que possuem objetivos e interesses antagônicos na sociabilidade do capital¹¹⁵. A intencionalidade da classe burguesa, é de manter, é de reproduzir as relações produtivas e sociais do capital, a da classe trabalhadora, é de superar, é de transformar a atual sociedade¹¹⁶ e fundar uma nova, uma sociedade humana, uma sociedade realmente emancipada. Nesse preciso sentido, Marx enfatiza na décima tese *Ad Feuerbach*, de 1845: “O ponto de vista do velho materialismo é a sociedade burguesa; o ponto de vista do novo é a sociedade humana, ou a humanidade socializada” (MARX, 2009, p. 126).

Em sua obra *O Capital*, Marx evidencia de forma clara as contradições entre o capital e o trabalho, entre a classe burguesa e a classe trabalhadora, ou seja, entre os interesses do capital e do trabalho. Marx considera que a

¹¹⁵ A nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade divide-se cada vez mais em dois campos opostos, em duas grandes classes em confronto direto: a burguesia e o proletariado (MARX; ENGELS, 2010, p. 40-41).

¹¹⁶ Dentro dessa antítese o proprietário privado (o burguês) é, portanto, o partido conservador, e o proletário o partido destruidor. Daquele parte a ação que visa a manter a antítese, desse a ação de seu aniquilamento (MARX; ENGELS, 2009, p. 48).

elucidação e a compreensão dessa problemática era de fundamental importância para que a classe trabalhadora tivesse êxito na luta contra o capital e na superação dessas relações sociais. Nesse sentido, em *O Capital*, o autor apresentou um novo conhecimento sobre a sociabilidade capitalista, que se opunha radicalmente ao dos teóricos burgueses (dos economistas), que expressavam os interesses da classe burguesa, tendo em vista contribuir com a formação da consciência de classe dos trabalhadores.

Essa preocupação com a formação/educação dos trabalhadores assalariados, mesmo que não consideremos toda a atividade política de Marx e seu envolvimento com as lutas dos trabalhadores, como na fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores¹¹⁷, é evidenciada desde as primeiras páginas de *O Capital*, como se pode verificar no *Posfácio da Segunda Edição de O Capital*, na qual Marx saúda a importância de a classe trabalhadora ter acesso (conhecimento de) a sua obra, afirmando: “*A acolhida que O capital rapidamente obteve em amplos círculos da classe trabalhadora alemã é a melhor recompensa de meu trabalho*” (MARX, 2013, p. 84) e no *Prefácio da Edição Francesa*, em que considera: “*Aplaudo vossa ideia de publicar a tradução de O Capital em fascículos. Sob essa forma, o livro será mais acessível à classe trabalhadora e, para mim, essa consideração é mais importante do que qualquer outra*” (MARX, 2013, p. 93).

Para Marx, o fato de que “amplos círculos da classe trabalhadora alemã” estavam tendo acesso e o conhecimento da sua obra *O Capital* era a melhor recompensa pelos anos de árduo trabalho, no qual despendeu na tarefa de investigação das principais determinações do modo de produção capitalista, porque todo esse esforço havia sido feito em função da luta dos trabalhadores assalariados contra a forma de produção/exploração capitalista e por considerar que essa classe seria o agente principal na construção de uma sociedade socializada. Nessa direção, corrobora o aplauso de Marx a iniciativa do editor francês, Maurice La Châtre, que ao publicar *O Capital* em fascículos, tornava a

¹¹⁷ **A Associação Internacional dos Trabalhadores** (1864 – 1876) – **a Primeira Internacional** – foi uma federação internacional das organizações da classe trabalhadora de vários países da Europa Central e Ocidental, onde o movimento operário estava renascendo, na década de 1860, após derrotas de 1848-1849. Embora tenha sido fundada pelos esforços espontâneos dos trabalhadores de Londres e Paris, que manifestavam sua solidariedade com o levante nacional polonês de 1863, Marx (de 1864 a 1872) e Engels (de 1870 a 1872) iriam desempenhar o papel chave em sua liderança (BOTTOMORE, 1988, p. 195, grifos nossos).

obra mais acessível aos trabalhadores e era isso que Marx considerava “a coisa mais importante do que qualquer outra”. O autor de *O Capital* queria ser compreendido pelos trabalhadores assalariados, pelos proletários, pois entendia que esses últimos eram os sujeitos principais da luta revolucionária pela superação do capital e na constituição de uma nova forma de produção da vida, fundada no trabalho dos produtores associados, mas, para avançar nessa direção, era necessário terem acesso a uma formação e a um conhecimento que os auxiliassem nesse processo de luta.

O esforço de Marx em contribuir com a produção de um novo conhecimento sobre a forma de reprodução da sociabilidade capitalista e que se destinava à formação/educação da classe trabalhadora para a luta revolucionária contra o capital já é evidente em um texto publicado em 1849 na *Nova Gazeta Renana*¹¹⁸: *Trabalho assalariado e capital*, que tem por base as conferências proferidas pelo autor na Associação dos Operários Alemães de Bruxelas e no qual afirma:

Vamos procurar fazer uma exposição o mais simples e popular possível, nem mesmo considerando os mais elementares conceitos da Economia Política. **Queremos que os operários nos compreendam** (MARX, 2010, p. 33, grifos nossos).

No texto *Trabalho assalariado e capital*, assim como em *O Capital*, Marx procurou esclarecer os conceitos fundamentais da economia política aos trabalhadores assalariados. No primeiro texto, Marx ainda estava em um período inicial de suas investigações a respeito da crítica da economia política burguesa e nem todos os conceitos/categorias que desenvolveu e apresentou em *O Capital* estavam claros, como a diferença entre trabalho e força de trabalho. Desde muito cedo, desde a elaboração dos seus primeiros textos até a produção de sua grande obra, *O Capital*, sempre esteve claro para o autor a certeza de que o conhecimento produzido em suas obras deveria ser acessível à classe operária e que os operários pudessem compreendê-las para empreenderem um movimento prático transformador.

¹¹⁸ *Nova Gazeta Renana*, jornal publicado em Colônia sob a direção de Marx, de primeiro de junho de 1848 a 19 de maio de 1849. Engels fazia parte da redação.

Para Marx, o entendimento por parte da classe trabalhadora das principais categorias que foram expostas em *O Capital* era de essencial importância para o êxito da luta dos trabalhadores contra o capital, visto que estas categorias revelavam o movimento interno de reprodução da sociabilidade burguesa. Por isso, o acesso a este conhecimento contribuiria para que os trabalhadores assalariados compreendessem a lei geral e necessária do movimento do capital em seu processo de expansão e para se organizarem como classe trabalhadora no processo de luta contra a exploração da classe burguesa. Nesta direção, no *Capítulo 23* de *O Capital*, sobre a lei geral da acumulação capitalista, Marx considera:

A lei da acumulação capitalista, mistificada numa lei da natureza, expressa apenas que a natureza dessa acumulação **exclui toda a diminuição no grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que possa ameaçar seriamente a reprodução constante da relação capitalista**, sua reprodução em escala sempre ampliada. **E não poderia ser diferente, num modo de produção em que o trabalhador serve às necessidades de valorização de valores existentes, em vez de a riqueza objetiva servir às necessidades de desenvolvimento do trabalhador.** Assim como na religião o homem é dominado pelo produto de sua própria cabeça, na produção capitalista ele o é pelo produto de suas próprias mãos (MARX, 2013, p. 697, grifos nossos).

Em seu processo de acumulação e de expansão, o capital necessariamente aumenta o grau de exploração da força de trabalho do trabalhador produtivo e em função dessa determinação (dessa lei), o capital exclui qualquer elevação no valor da força de trabalho que possa implicar na diminuição das taxas de lucros ou que possa ameaçar “seriamente a reprodução constante da relação capitalista” em uma escala cada vez mais ampliada. O capital se valoriza na medida em que se apossa do mais-trabalho, do mais-valor e isso ocorre, fundamentalmente, com a exploração da força de trabalho, a única mercadoria que produz o seu valor e gera um mais-valor no processo de produção. Na reprodução em escala ampliada da relação capitalista de produção, a taxa de extração de mais-valor deve-se intensificar, o que implica o aumento no grau de exploração da força de trabalho. Isso se efetiva, principalmente, por meio da diminuição do trabalho necessário (parte da jornada de trabalho que o trabalhador produz o valor de sua força de trabalho) e pela

ampliação do mais-trabalho (parte da jornada de trabalho que o trabalhador produz mais-valor para o capitalista). A forma essencial para diminuir o trabalho necessário, o valor da força de trabalho e aumentar o grau de exploração da força de trabalho e a produção de mais-valor (mais riquezas) ocorre com o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho.

Nesse processo produtivo, o trabalhador é reduzido à condição de mercadoria (força de trabalho), pois sua função é a de valorizar os valores existentes. O trabalhador serve, tem utilidade (valor de uso) para o capital (para o capitalista) na medida em que seu trabalho produz mais-valor, que é o objetivo perseguido por todos os capitalistas. Nesta perspectiva de compreensão, o autor Franz Mehring pondera:

A coisa mais importante para o capital não é o processo de trabalho em si, nem a produção de valores de uso, mas o processo de exploração, de produção de valores de troca, durante o qual ele pode extrair um valor maior do que investiu. A demanda por mais-valia não conhece saciedade (MEHRING, 2013, p. 355).

Nesse sentido, o aperfeiçoamento das forças produtivas do trabalho e o aumento na produção de riquezas sob a lógica da produtividade capitalista não se convertem em favor do desenvolvimento dos trabalhadores (em melhores condições de vida e de trabalho), mas pelo contrário, as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores pioram, porque as riquezas (o mais-valor) produzidas por estes, se concentram nas mãos dos capitalistas e se convertem em meios para manter a exploração e a dominação do capital sobre o trabalho.

Em *O Capital*, Marx desvenda como esse processo contraditório ocorre na produção capitalista e ressaltou que era de essencial importância que os trabalhadores tivessem o seu conhecimento, pois, a partir deste, poderiam se organizar como classe para lutarem e resistirem às usurpações do capital em seu desejo insaciável por mais-valor. Sobre isso, no Capítulo 23, do Livro I de *O Capital, A lei geral da acumulação capitalista*, Marx discorre:

Tão logo os trabalhadores desvendam, portanto, o mistério de como é possível que, na mesma medida em que trabalham mais, produzem mais riqueza alheia, de como a força produtiva de seu trabalho pode aumentar ao mesmo tempo que sua função como meio de valorização do capital se torna cada vez mais precária

para eles; tão logo descobrem que o grau de intensidade da concorrência entre eles mesmos depende inteiramente da pressão exercida pela superpopulação relativa; tão logo, **portanto, procuram organizar, mediante trade's unions etc., uma cooperação planificada entre empregados e o desempregados com o objetivo de eliminar ou amenizar as consequências ruins que aquela lei natural da produção capitalista acarreta para sua classe,** o capital e seu sicofanta, o economista político, clamam contra a violação da “eterna” e, por assim dizer, “sagrada” lei da oferta e demanda. Toda solidariedade entre os ocupados e os desocupados perturba, com efeito, a ação “livre” daquela lei. Por outro lado, assim que nas colônias, por exemplo, surgem circunstâncias adversas que impedem a criação do exército industrial de reserva e, com ele, a dependência absoluta da classe trabalhadora em relação à classe capitalista, o capital, juntamente com seu Sancho Pança dos lugares-comuns, rebela-se contra a lei “sagrada” da oferta e demanda e tenta dominá-la por meios coercitivos (MARX, 2013, p. 716, grifos nossos).

Os trabalhadores, ao desvendarem a lei da produção capitalista, desvendam o mistério de como se dá a produção e reprodução do capital e entendem que o seu trabalho, subsumido à lógica da produção de mercadorias é reduzido à mera condição de meio de valorização dos valores existentes. Nesta condição, a situação dos trabalhadores se torna cada vez mais precária, visto que para os capitalistas aumentarem a taxa de valorização do capital, necessitam desenvolver as forças produtivas do trabalho, que diminuem o tempo de trabalho necessário para a força de trabalho produzir o seu valor, o que implica no barateamento do valor da força de trabalho (menor salário), no aumento do desemprego e na concorrência entre os próprios trabalhadores¹¹⁹. Compreendendo esse mecanismo imanente da lógica da reprodução do capital, os trabalhadores entendem que precisam se organizar como classe trabalhadora para “eliminar ou amenizar” (MARX, 2013, p. 716) as suas consequências.

Uma das primeiras formas de organização dos trabalhadores para lutarem contra os efeitos ou para tentarem por um freio na voracidade dos capitalistas em ampliarem a taxa de extração de mais-valor foi a de formar coalizões¹²⁰ e de se associarem nas “trade's unions”¹²¹ (primeiros sindicatos),

¹¹⁹ [...] quanto maior a força produtiva do trabalho, tanto maior a pressão dos trabalhadores sobre seus meios de ocupação, e tanto mais precária, portanto, a condição de existência do assalariado, que consiste na venda da própria força com vistas ao aumento da riqueza alheia ou à autovalorização do capital (MARX, 2013, p. 720).

¹²⁰ Os primeiros ensaios dos trabalhadores para se associarem entre si sempre se verificaram sob a forma de coalizões (MARX, 2009, p. 189).

¹²¹ Na Inglaterra, não se ficou nas coalizões parciais, que só objetivavam uma greve passageira e desaparecia com ela. Formaram-se coalizões permanentes, trade-unions que servem de baluarte aos operários em suas lutas contra os patrões (MARX, 2009, p. 189).

nas quais os trabalhadores procuravam defender os seus salários e conquistar melhores condições de trabalho, como a redução da jornada de trabalho. Em relação à organização de coalizões entre os trabalhadores, Marx na obra, *Miséria da filosofia*, considera:

A coalizão, pois, **tem sempre um duplo objetivo: fazer cessar entre elas a concorrência, para poder fazer uma concorrência geral ao capitalista.** Se o primeiro objetivo da resistência é apenas a manutenção do salário, à medida que os capitalistas, por seu turno, se reúnem em um mesmo pensamento de repressão, as coalizões, inicialmente isoladas, agrupam-se e, em face do capital sempre reunido, a manutenção da associação torna-se para elas mais importante que a manutenção do salário. Isso é tão verdadeiro que os economistas ingleses assombram-se ao ver que os operários sacrificam boa parte do seu salário em defesa das associações que, aos olhos desses economistas, só existem em defesa do salário. Nessa luta – verdadeira guerra civil -, **reúnem-se e se desenvolvem todos os elementos necessários a uma batalha futura. Uma vez chegada a esse ponto, a associação adquire uma caráter político** (MARX, 2009, p. 190, grifos nossos).

A coalizão organizada entre os trabalhadores assalariados se funda no conhecimento e reconhecimento como classe trabalhadora e no seu antagonismo inconciliável com a classe burguesa. A partir disto, os trabalhadores buscaram se associar para suprimir a concorrência entre eles e para lutar como classe contra a exploração da classe burguesa¹²². Marx, assim como Engels, considera que a luta da classe trabalhadora podia evoluir e ganhar

¹²² [...] essas associações e as greves que elas organizavam adquirem uma importância específica na escala em que representam a primeira tentativa operária para suprimir a concorrência – o que pressupõe a consciência de que o poder da burguesia se apoia unicamente na concorrência entre os operários, isto é, na divisão do proletariado, na recíproca contraposição dos interesses dos operários tomados como indivíduos. As associações, ainda que de modo unilateral e limitado, confrontam-se diretamente com a concorrência, nervo vital da ordem social vigente, e por isso constituem uma grave ameaça a essa ordem. Esse é o ponto mais nevrálgico que o operário poderia encontrar para dirigir seus ataques à burguesia e à inteira estrutura da sociedade. Uma vez suprimida a concorrência entre os operários, uma vez que todos decidam a não mais deixar-se explorar pela burguesia, o reino da propriedade chegará ao fim. O salário depende da relação entre demanda e oferta, da conjuntura do mercado de trabalho, porque, até hoje, os operários deixaram-se tratar como coisas que se podem comprar e vender; quando decidirem não mais se deixar comprar e vender, quando se afirmarem como homens na determinação do valor efetivo do trabalho, quando demonstrarem que, além de força de trabalho, eles dispõem também de vontade, então toda a economia política moderna e as suas leis que regem o salário haverão de desaparecer. É claro que, se os operários se contentassem em apenas abolir a concorrência entre si, as leis que regem o salário voltariam a impor-se novamente; se se contentassem com isso, trairiam seu movimento atual e a mútua concorrência retornaria – por isso, não se contentarão. A necessidade os compele a destruir não uma parte da concorrência, mas a concorrência em geral, e é isso que farão (ENGELS, 2010, p. 253).

um cunho radical (revolucionário), na medida em que ampliasse o conhecimento e a consciência sobre o modo de funcionamento da sociabilidade capitalista e com esse evoluir poderia, inclusive, pautar em sua luta a própria supressão das relações de produção capitalista, fato que se constituiria em uma ameaça à ordem burguesa. Nessa direção, Marx e Engels, em *A sagrada família*, afirmam:

É certo que os trabalhadores ingleses e franceses formaram associações nas quais não são apenas suas necessidades imediatas enquanto trabalhadores, mas também suas necessidades enquanto homens as que formam o objeto de seus mútuos ensinamentos e nas quais se exterioriza, ademais, uma consciência bastante ampla e cuidadosa sobre a força “monstruosa” e “imensurável” que nasce de sua cooperação. Mas esses trabalhadores massivos e comunistas, que atuam nos ateliers (oficinas) de Manchester e Lyon, por exemplo, não crêem que possam eliminar, mediante o “pensamento puro”, os seus senhores industriais e a sua própria humilhação prática. **Eles sentem** de modo bem doloroso a diferença entre ser e pensar, entre consciência e vida. **Eles sabem que a propriedade, o capital, dinheiro, salário e coisas do tipo não são, de nenhuma maneira, quimeras ideais de seu cérebro, mas criações deveras práticas e objetivas de sua própria auto-alienação, e que portanto só podem e devem ser superadas de uma maneira também prática e objetiva** (MARX; ENGELS, 2009, p. 65-66, grifos nossos).

Os trabalhadores assalariados com o conhecimento de que a sua situação é produto, é resultado das próprias relações de produção atual e de sua própria auto alienação, compreendem que ela pode ser mudada, mas não no pensamento, mas de uma maneira prática, ou seja, por meio de sua ação concreta. Com esse ensejo, os trabalhadores começam a formar associações, coalizões, que não se limitam a reivindicar as necessidades do estômago, mas as necessidades de se reproduzirem como homens. Essa elevação nos objetivos da luta dos trabalhadores não decorre diretamente ou espontaneamente de sua condição, nem somente a partir do lugar em que ocupam no processo produtivo na sociedade atual, mas da consciência (do conhecimento) que os trabalhadores adquirem, de que a sua condição só será modificada, se eles modificarem as condições materiais que limitam a sua existência (o seu ser) as necessidades do estômago ou limitam a sua existência a condição de se reproduzirem apenas como força de trabalho. Nesse sentido, Marx e Engels, em *A sagrada família*, acrescentam:

Mas ele não pode libertar-se a si mesmo sem supra-sumir suas próprias condições de vida. Ele não pode supra-sumir suas próprias condições de vida **sem supra-sumir todas as condições de vida desumana da sociedade atual**, que se resumem em sua própria situação. Não é por acaso que ele passa pela escola do trabalho, que é dura mas forja resistência. Não se trata do que este ou aquele proletário, ou até mesmo do que o proletariado inteiro pode imaginar de quando em vez como sua meta. Trata-se do que o proletariado é e do que ele será obrigado a fazer historicamente de acordo com seu ser. **Sua meta e sua ação histórica se acham clara e irrevogavelmente predeterminadas por sua própria situação de vida e por toda a organização da sociedade burguesa atual.** E nem sequer é necessário deter-se aqui a expor como grande parte do proletariado inglês e francês **já está consciente de sua missão histórica e trabalha com constância no sentido de elevar essa consciência à clareza completa** (MARX; ENGELS, 2009, p. 49, grifos nossos).

Para Marx e Engels, a práxis revolucionária da classe trabalhadora decorre da elevação de sua consciência, da clareza, do conhecimento que adquire de que a sua condição é inerente à lógica do capital e que só poderá ser efetivamente modificada com a superação do modo de produção capitalista. É nesse contexto que a luta da classe trabalhadora se tornava ameaçadora a ordem burguesa (à burguesia, ao capital), na medida em que parte significativa de suas organizações começavam a fazer uma luta política classista contra o próprio capital (contra o poder da burguesia) e pela emancipação real do trabalho¹²³.

A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Essa massa, pois, é já, face ao capital, uma classe mais ainda não o é para si mesma. Na luta, [...] essa massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política (MARX, 2009, p. 190).

Em face disso, a classe burguesa se articulava e agia para impedir que os trabalhadores se organizassem em associações, como as *trade unions* (sindicatos), pois temia que os trabalhadores pudessem seguir o seu próprio exemplo e organizassem uma luta política com o objetivo de destruir este modo

¹²³ UM ESPECTRO ronda a Europa – o espectro do comunismo. Todas as potências da velha Europa unem-se numa Santa Aliança para conjurá-lo: o papo e o czar, Metternich e Guizot, os radicais da França e os policiais da Alemanha (MARX, ENGELS, 2010, p. 39).

de produção, o capitalista, e instaurar um novo, o comunista¹²⁴. Foi nesse contexto, que se aprovaram leis trabalhistas que proibiam e criminalizavam as coalizões e as organizações dos trabalhadores em favorecimento aos interesses da dominação da classe burguesa. As leis sobre o trabalho assalariado, segundo Marx, desde sua origem servem para legitimar a exploração da classe trabalhadora. Por isso, as leis anticoalizes somente foram revogadas parcialmente em 1824/1825 por conta da luta do proletariado ter se tornado ameaçadora à ordem burguesa (MARX, 2013, p. 811). Sobre a revogação da lei anticoalizio e a conquista do direito de formar associações (*trade unions*), Engels, na obra *A situaçao da classe trabalhadora na Inglaterra* destaca:

Quando, em 1824, os operários obtiveram o direito à livre associaçao, essas sociedades rapidamente se expandiram por toda a Inglaterra e tornaram-se fortes. **Em todos os ramos de trabalho constituíram-se organizaçoes** semelhantes (*trade unions*), com o objetivo declarado de proteger o operário contra a tirania e o descaso da burguesia. **Eram suas finalidades fixar o salário, negociar en masse** (coletivamente), como força, com os patrões, regular os salários em relaçao aos lucros patronais, aumentá-los no momento propício e mantê-los em todas as partes no mesmo nível para cada ramo de trabalho; por isso, **trataram de negociar com os capitalistas uma escala salarial** a ser cumprida por todos e recusar empregos oferecidos por aqueles que não a respeitassem. Ademais, outras finalidades eram: **manter o nível de procura do trabalho**, limitando o emprego de aprendizes e, assim, os estratagemas patronais utilizados para reduzir salários mediante a utilizaçao de novas máquinas e instrumentos de trabalho etc.; e, enfim, ajudar financeiramente os operários desempregados (ENGELS, 2010, p. 250, grifos nossos).

A conquista ao direito de livre associaçao e de criaçao de diversas *trade unions* (sindicatos) em diversos ramos de trabalho teve como consequência a fragmentaçao da luta dos trabalhadores (por categorias) e a limitaçao do seu horizonte nos marcos da sociedade burguesa, pois tiveram que se submeter às regras do “direito burguês”, tendo como condiçao a preservaçao do direito de propriedade privada dos meios de produçao (EDELDMAN, 2016, p. 22). Engels e Marx exaltaram a força que essas organizaçoes possuíam para defender e representar os trabalhadores frente à “tirania” e à exploraçao destes

¹²⁴ A burguesia tinha a noçao correta de que todas as armas que ela havia forjado contra o feudalismo começavam a ser apontadas contra ela própria, que todos os recursos de formaçao que ela havia produzido se rebelavam contra a sua própria civilizaçao, que todos os deuses que ela havia criado apostataram dela (MARX, 2011, p. 80).

por seus patrões (a burguesia). Entretanto, as *trade unions* (os sindicatos) passaram a fazer quase que, exclusivamente, uma luta defensiva e para atenuar as consequências da relação capitalista de produção sobre os trabalhadores, tendo como norte principal a negociação dos salários dos trabalhadores com a burguesia. Desse modo, essas instituições passaram a desempenhar um papel conservador, pois direcionavam e educavam a classe trabalhadora a lutar contra os efeitos da lógica do capital e não contra a própria lógica do capital.

Marx critica duramente esse posicionamento das *trade unions* (dos sindicatos), considerando-o em grande medida como resultado da incompreensão que essas instituições e suas lideranças possuíam em relação à forma de como o capital se reproduz. Nesse sentido, no relatório do Conselho Geral da Primeira Internacional, em junho de 1865, intitulado, *Salário, preço e lucro*, Marx assevera:

[...] a tendência geral da produção capitalista não é elevar o nível médio do salário, mas, ao contrário, diminuí-lo, baixando o valor do trabalho mais ou menos até seu limite mínimo. Porém, sendo essa a tendência das coisas neste sistema, isso quer dizer que a classe operária deva renunciar a se defender dos abusos do capital e deva abandonar seus esforços para aproveitar todas as possibilidades que surgirem de melhorar em parte a sua situação? Se assim proceder, será transformada numa massa informe de homens famintos e arrasados, sem probabilidade de salvação. [...] a classe operária não deve exagerar, a seus próprios olhos, o resultado final dessas lutas diárias. Não deve se esquecer de que luta contra os efeitos, mas não contra as causas desses efeitos; que luta para retardar o movimento descendente, mas não para mudar sua direção; que aplica paliativos, mas não cura a enfermidade. Não deve, portanto, deixar-se absorver exclusivamente por essas lutas de guerrilhas, provocadas continuamente pelos abusos incessantes do capital ou pelas flutuações do mercado. [...] Em vez do motto [mote – italiano] conservador: “*Um salário justo por uma jornada de trabalho justa!*”, deverá inscrever na sua bandeira esta divisa revolucionária: “*Abolição do sistema de trabalho assalariado!*” (MARX, 2010, p. 140-141).

Marx combate à compreensão teórico-prática das *trade unions* que fazem da luta econômica (luta por melhores salários) o objetivo final da luta dos operários. Em contraposição a essa perspectiva conservadora (um salário justo, uma jornada de trabalho justa), Marx procura esclarecer e educar os trabalhadores e suas organizações que a luta por melhores salários e por melhores condições de trabalho são importantes e que devem ser feitas para

que a situação da classe trabalhadora não seja rebaixada a “uma massa de homens famintos”, porém, deve-se ter claro que essas lutas são paliativas e contra os efeitos da ordem do capital e, portanto, têm que estarem subordinadas ao objetivo revolucionário: o fim do sistema de trabalho assalariado, ou seja, à luta pela superação do capital, da propriedade privada e pela organização de uma nova forma de sociedade, a comunista. Neste mesmo relatório e em consonância com as categorias que foram expostas em *O Capital*, Marx acrescenta:

Os sindicatos trabalham bem como centros de resistência contra as usurpações do capital. Falham em alguns casos, por usar pouco inteligentemente a sua força. Mas são deficientes, de modo geral, por se limitarem a uma luta de guerrilhas contra os efeitos do sistema existente, em lugar de, ao mesmo tempo, se esforçarem para transformá-lo, em lugar de empregarem suas forças organizadas como alavanca para a emancipação final da classe operária, isto é, para a abolição do sistema de trabalho assalariado (MARX, 2010, p. 141).

Marx, assim com Engels, enfatizam que os sindicatos (*trade unions*) são eficientes na organização dos trabalhadores para lutarem contra “as usurpações do capital”, contra os seus efeitos, mas erram gravemente por não usarem “inteligentemente” a força que as suas organizações possuem para educar a classe trabalhadora na luta pela transformação radical da sociedade existente (capitalista). Nesta direção crítica, Marx, *nas Resoluções do Congresso de Genebra*, asseverou:

Concentrados com demasiada exclusividade nas lutas locais e imediatas contra o capital, os sindicatos ainda não entenderam plenamente seu poder de ação contra o sistema de escravidão assalariado. Por essa razão, mantiveram-se demasiadamente distantes dos movimentos sociais e políticos em geral. Nos últimos tempos, no entanto, eles parecem começar a adquirir alguma noção de sua grande missão histórica (MARX, 2014, p. 106, grifos nossos).

Marx entende que as organizações dos trabalhadores devem fazer a articulação entre a luta econômica (luta por salários, etc.) e a luta política

revolucionária (superação do sistema assalariado, da propriedade privada)¹²⁵. Considera que a primeira forma de luta deve estar submetida à segunda. A primeira é uma luta conjuntural, contra os efeitos produzidos pela sociedade capitalista, a segunda é estrutural, é contra a própria ordem capitalista, é a luta da classe proletária contra a exploração burguesa, é a luta do trabalho contra o capital e pela emancipação real do trabalho. Deste modo, está presente na crítica que Marx realiza à atuação das *trade unions* (dos sindicatos) a sua concepção teórica e formativa, segundo a qual, os trabalhadores devem ser esclarecidos e educados para entenderem que as contradições produzidas pela sociabilidade capitalista, como o seu empobrecimento crescente e o enriquecimento de uma minoria, a classe burguesa, só serão superadas com a luta da classe trabalhadora contra a classe burguesa, proprietária do capital. No texto *Miséria da Filosofia*, Marx esclarece esse processo de luta com os seguintes termos:

A condição da libertação da classe laboriosa é a abolição de toda classe [...]. A classe laboriosa substituirá, no curso do seu desenvolvimento, a antiga sociedade civil por uma associação que excluirá as classes e seu antagonismo, e não haverá mais poder político propriamente dito, já que o poder político é o resumo oficial do antagonismo na sociedade civil. Entretanto, o antagonismo entre o proletariado e a burguesia é uma luta de uma classe contra a outra, luta que, levada à sua expressão mais alta, é uma revolução total (MARX, 2009, p. 191, grifos nossos).

Para Marx, a libertação real da classe produtora (laboriosa) só é possível com a “abolição de todas as classes”, com a abolição de toda a forma de exploração do homem pelo homem. Entretanto, isso só será alcançado com a luta política do proletariado contra a burguesia, proprietária privada dos meios de produção e de subsistência (do capital). Nessa luta, o proletariado tem que perseguir o objetivo de expropriar a propriedade capitalista e torná-la propriedade social (MARX, 2013, p. 833), visto que a propriedade privada é a base de sustentação da sociedade de classes, da exploração de uma classe por outra (do proletariado pela burguesia), e do correspondente poder político (do

¹²⁵ Para além de seus propósitos originais, eles [os sindicatos] devem agora aprender a agir deliberadamente como centros organizadores da classe operária no interesse mais amplo de sua *emancipação total*. Devem auxiliar todo movimento social e político que aponte nessa direção. [...] Devem convencer o mundo inteiro de que seus esforços, longe de serem estreitos e egoístas, visam à emancipação dos milhões de oprimidos (MARX, 2014, p. 107).

Estado). Em mensagem à *Liga dos Comunistas*, em 1850, Marx e Engels deixam claro que os trabalhadores tinham que ser educados/formados em uma perspectiva revolucionária, ou seja, para lutarem por uma nova forma de sociedade.

Para nós, **não se trata de reformar a propriedade privada, mas de aboli-la**; não se trata de atenuar os antagonismos de classe, mas de abolir as classes; **não se trata de melhorar a sociedade existente, mas de estabelecer uma nova** (MARX, p. 86, grifos nossos).

Marx e Engels compreendem que o capital só se reproduz por meio da exploração do trabalho, ou seja, sugando trabalho vivo, se apossando de trabalho não pago, extraindo mais-valor. Essa é a determinação essencial do capital e este não pode deixar de intensificar o processo de exploração dos trabalhadores sem deixar de ser capital. Isso significa que o capital (o capitalista) ao perseguir necessariamente esse objetivo (valorizar o valor), não melhora a sociedade existente, não melhora a situação dos trabalhadores, mas aperfeiçoa as próprias condições de manutenção e reprodução de domínio do capital (da classe burguesa). Nesse sentido, o trabalho (os trabalhadores assalariados) não pode ser iludido ou convencido a ter como o objetivo final de luta a reforma das relações de produção capitalistas, visto que, por sua própria natureza, estas relações não podem ser reformadas, mas abolidas e transformadas com a luta dos trabalhadores, em novas relações sociais.

Na busca em se reproduzir em escala ampliada, o capital tem que aumentar o grau de exploração do trabalho para ampliar a extração de mais-valor e não há como isso ser mudado. Para isso, é forçado a desenvolver as forças produtivas do trabalho, que contribuem para diminuir o trabalho necessário (parte da jornada de trabalho em que o trabalhador tem que trabalhar para produzir o valor de sua força de trabalho: os meios de subsistência) e aumentar o mais-trabalho (parte da jornada de trabalho em que o trabalhador trabalha para valorizar o capital). Essa é a lógica de expansão do capital que, forçosamente, desenvolve a força produtiva do trabalho para se apropriar de mais-trabalho (mais-valor) para se reproduzir. Esse desenvolvimento não melhora as condições de vida do trabalhador, visto não ser esta a sua finalidade sob a lógica do capital, mas ao promover o aumento extraordinário da força produtiva do trabalho, com a introdução sistemática de maquinaria (tecnologia)

produz indiretamente as condições reais para se estruturar a sociedade de uma maneira totalmente diferente, ou seja, produz as condições materiais para a emancipação do trabalho em relação ao capital. Sobre isso, Marx, em os *Grundrisse* de 1857-1858, considera:

O capital só emprega a máquina [...] na medida em que ela capacita o trabalhador a trabalhar uma parte maior do seu tempo para o capital, a se relacionar uma parte maior do seu tempo como não pertencente a ele, a trabalhar mais tempo para o outro. Na verdade, por meio desse processo o quantum de trabalho necessário para a produção de um certo objeto é reduzido a um mínimo, mas só para que, com isso, um máximo de trabalho seja valorizado em um máximo de tais objetos. O primeiro aspecto é importante, porque o capital aqui – de forma inteiramente involuntária – reduz o trabalho humano, o dispêndio de energia, a um mínimo. Isso beneficiará o trabalho emancipado e é a condição de sua emancipação (MARX, 2011, p. 585, grifos nossos).

Com o desenvolvimento das forças produtivas (da produção) sob a lógica do capital, se tornou possível reduzir a um mínimo o tempo do trabalho necessário e continuar produzindo muito, ou seja, pode-se produzir muito, a abundância com um mínimo de tempo, com um mínimo de dispêndio de energia humana. Isso significa concretamente, que o capital, em sua lógica insaciável por sua própria valorização, criou as condições reais para que seja reduzida significativamente a parte da jornada de trabalho necessário para a produção material e que os homens disponham de tempo livre para não trabalharem e desenvolverem outras atividades. Entretanto, o capital (a burguesia) impede que isso seja realizado, pois o seu objetivo não é dispor tempo livre para o trabalho, para o trabalhador, mas fazer que com que este trabalhe a maior parte do tempo possível de forma gratuita, ou seja, produzindo mais-valor. Neste preciso sentido, Marx argumenta no capítulo quinze do Livro I de *O Capital*, Variação de grandeza do preço da força de trabalho e do mais valor:

Dadas a intensidade e a força produtiva do trabalho, a parte da jornada social de trabalho necessária para a produção material será tanto mais curta e, portanto, tanto mais longa a parcela de tempo disponível para a livre atividade intelectual e social dos indivíduos quanto mais equitativamente o trabalho for distribuído entre todos os membros capazes da sociedade e quanto menos uma camada social puder esquivar-se da necessidade natural do trabalho, lançando-a sobre os ombros de outra camada. O limite absoluto para a redução da jornada

de trabalho é, nesse sentido, a generalização do trabalho. **Na sociedade capitalista, produz-se tempo livre para uma classe transformando todo o tempo de vida das massas em tempo de trabalho** (MARX, 2013, p. 597, grifos nossos).

Na sociabilidade capitalista, o tempo de trabalho necessário é reduzido como o aumento da força produtiva do trabalho, não para que os trabalhadores tenham tempo livre (tempo disponível para eles), mas para aumentar o trabalho excedente (parte da jornada de trabalho em que continuam trabalhando para produzirem mais-valor) para os burgueses. Deste modo, a redução do trabalho necessário subsumido ao processo de produção capitalista cria riqueza e tempo livre para poucas pessoas (para a classe burguesa), tornando o tempo de vida da imensa maioria das pessoas (dos trabalhadores) em tempo de trabalho. Marx, em seus *Esboços da economia política* (os *Grundrisse*) de 1857-1858 coloca esta questão da seguinte maneira:

A criação de muito tempo disponível para além do tempo necessário de trabalho, para a sociedade como um todo e para cada membro dela (i.e., espaço para o desenvolvimento das forças produtivas plenas do indivíduo singular, logo também da sociedade), essa criação de não tempo de trabalho aparece, da perspectiva do capital, assim como de todos os estágios anteriores, como não tempo de trabalho, tempo livre para alguns indivíduos. O capital dá seu aporte aumentando o tempo de trabalho excedente da massa por todos os meios da arte e da ciência, porque a sua riqueza consiste diretamente na apropriação de tempo de trabalho excedente; uma vez que sua finalidade é diretamente o valor, não o valor de uso. Desse modo, e a despeito dele mesmo, ele é instrumento na criação dos meios para o tempo social disponível, na redução do tempo de trabalho de toda a sociedade a um mínimo decrescente e, com isso, na transformação do tempo de todos em tempo livre para o seu desenvolvimento. Todavia, sua tendência é sempre, por um lado, de criar tempo disponível, por outro lado, de convertê-lo em trabalho excedente. [...] Quanto mais se desenvolve essa contradição, tanto mais se evidencia que o crescimento das forças produtivas não pode ser confinado à apropriação do trabalho excedente alheio, mas que a própria massa de trabalhadores tem de se apropriar do seu trabalho excedente. Tendo-o feito – e com isso o tempo disponível deixa de ter uma existência contraditória -, então, por um lado, o tempo necessário de trabalho terá sua medida nas necessidades do indivíduo social, por outro, o desenvolvimento da força produtiva social crescerá com tanta rapidez que, embora a produção seja agora calculada com base na riqueza de todos, cresce o tempo disponível de todos. Pois a verdadeira riqueza é a força produtiva desenvolvida de todos os indivíduos. Neste caso, o tempo de trabalho não é mais de forma alguma a medida da riqueza, mas o tempo disponível. O tempo de trabalho como medida da riqueza põe a própria riqueza como riqueza fundada sobre a pobreza e o tempo disponível como tempo existente

apenas na e por meio da oposição ao tempo de trabalho excedente, ou significa pôr todo o tempo do indivíduo como tempo de trabalho, e daí a degradação do indivíduo a mero trabalhador, sua subsunção ao trabalho (MARX, 2011, p. 590-591, grifos nossos).

Marx deixa claro em *O Capital*, que o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho na sociedade capitalista visa reduzir o trabalho necessário para se apropriar de mais trabalho excedente e não para criar tempo disponível para o trabalhador. O capital só se reproduz pela apropriação de trabalho excedente e o seu objetivo é sempre ampliar o máximo possível o tempo de trabalho excedente, forma pela qual a classe burguesa valoriza o valor. Entretanto, Marx também esclarece que, “a despeito” dessa finalidade essencial do capital, o desenvolvimento das forças produtivas (da produtividade do trabalho) cria as condições materiais para a “redução do tempo de trabalho de toda a sociedade” e tempo disponível (tempo livre) para a realização de outras atividades para além da atividade de trabalho.

Como aspiração incansável pela forma universal de riqueza, o capital impele o trabalho para além dos limites de sua necessidade natural e cria assim os elementos materiais para o desenvolvimento da rica individualidade, que é tão universal em sua produção quanto em seu consumo, e cujo o trabalho, em virtude disso, também não aparece mais como trabalho, mas como desenvolvimento pleno da própria atividade, na qual desapareceu a necessidade natural em sua forma imediata; porque uma necessidade historicamente produzida tomou o lugar da necessidade natural. Por isso o capital é produtivo; i.e., uma relação essencial para o desenvolvimento das forças produtivas sociais. Só deixa de sê-lo quando o desenvolvimento dessas próprias forças produtivas encontra um limite no próprio capital (MARX, 2011, p. 256).

O capital cria as condições para a redução do tempo de trabalho (para o tempo disponível), mas a sua realização não se dará de forma automática ou mecânica, visto não ser esse o objetivo do capital (da classe burguesa). A lógica do capital é reduzir o tempo de trabalho necessário para se apropriar de mais trabalho excedente. Do próprio capital (da classe burguesa) não pode surgir outra coisa que não seja mais capital e mais dominação da classe burguesa sobre a classe trabalhadora. Por isso, Marx afirma que essa mudança deve ser obra da ação da classe trabalhadora (do proletário), que em luta contra o capital (contra a classe burguesa) se aproprie dos meios de produção, substitua o

trabalho assalariado pelo trabalho associado¹²⁶ e converta o tempo de trabalho excedente em tempo disponível (tempo livre).

Para tal, a classe trabalhadora deve ser formada/educada para compreender/conhecer a lógica imanente de reprodução do capital, visto que para Marx, este conhecimento era fundamental para a classe não ficar lutando somente contra os efeitos do capital (salários baixos, desemprego crescente, etc.), mas para superar as próprias relações de produção da sociedade capitalista, pois são estas que degradam e precarizam as condições de vida dos trabalhadores ao submeterem as suas existências em função das necessidades de valorização do capital e ao reduzirem o tempo de vida dos trabalhadores ao tempo de trabalho. A compreensão de que, sob o capital, a vida estará confinada ao trabalho (ao trabalho assalariado, ao trabalho explorado) e ao viver para trabalhar e para suprir as necessidades impostas pelo capital, era de essencial importância para que os trabalhadores tomassem consciência de que deveriam lutar por outra forma de sociedade, na qual a vida não se reduzisse ao trabalho (ao reino da necessidade) e na qual eles mesmos (os trabalhadores associados) organizassem a produção para suprir as suas necessidades e pudessem ter tempo disponível para o não trabalho (reino da liberdade) e para o desenvolvimento de uma rica individualidade. Nesse sentido, no capítulo quarenta e oito, do Livro III de *O Capital*, A fórmula trinitária, Marx afirma:

A riqueza efetiva da sociedade e a possibilidade de ampliar sempre o processo de reprodução depende não da duração do trabalho excedente e sim da produtividade deste e do grau de eficiência das condições de produção em que se efetua. De fato, **o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta; por natureza, situa-se além da esfera da produção material propriamente dita.** O selvagem tem de lutar com a natureza para satisfazer as necessidades,

¹²⁶ O trabalho associado é uma forma de trabalho em que os indivíduos põem em comum as suas forças e o resultado deste esforço coletivo é distribuído para todos, de acordo com as necessidades de cada um. Para além de qualquer outra marca, esta forma de trabalho tem como característica essencial o *controle consciente e coletivo dos produtores sobre o processo de produção*. Deste modo, são os homens que regem o processo de produção e não os produtos, transformados em mercadoria pela compra-e-venda da força de trabalho, que dominam a vida humana. É evidente que esta forma de trabalho é muito mais humanamente digna porque neste caso são os próprios homens que decidem como, o que e de que forma será realizada a produção. Sob esta forma, então, o trabalho terá adquirido a sua forma mais digna, humana e livre possível. E é por isso mesmo que ele poderá ser a base de uma forma de sociabilidade onde os homens poderão ser não apenas formalmente, mas realmente livres e iguais (TONET, 2012, p. 25).

para manter e reproduzir a vida, e o mesmo tem de fazer o civilizado, sejam quais forem a forma de sociedade e o modo de produção. Acresce, desenvolvendo-se, o reino do imprescindível. É que aumentam as necessidades, mas, ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas para satisfazê-las. **A liberdade nesse domínio só pode consistir nisto: o homem social, os produtores associados regulam racionalmente o intercâmbio material com a natureza, controlam-no coletivamente, sem deixar que ele seja a força cega que os domina; efetuam-no com o menor dispêndio de energias e nas condições mais adequadas e mais condignas com a natureza humana. Mas, esse esforço situar-se-á sempre no reino da necessidade. Além dele começa o desenvolvimento das forças humanas como um fim em si mesmo, o reino genuíno da liberdade, o qual só pode florescer tendo por base o reino da necessidade. E a condição fundamental desse desenvolvimento humano é a redução da jornada de trabalho** (MARX, 2008, p 1084 – 1085, grifos nossos).

Na sociedade capitalista, o desenvolvimento humano, a formação dos trabalhadores é determinada e circunscrita de acordo com as necessidades de reprodução capital. Desse modo, nesta forma de sociabilidade não há espaço para o pleno desenvolvimento humano como “um fim em si mesmo”, pois este é tido apenas como meio para a valorização do capital. Por mais que a força produtiva do trabalho cresça e se amplie, enormemente, e que a redução da jornada de trabalho dos trabalhadores seja possibilidade real para que estes possam ter tempo disponível (tempo livre) para outras atividades humanas, isso não pode se objetivar sob o regime capitalista, porque a finalidade do capital em desenvolver a força produtiva do trabalho é para se apropriar de mais-trabalho excedente (de mais-valor).

É por isso que em *O Capital*, Marx se esforça para elucidar a lógica imanente de reprodução do capital, tendo como destinatários principais os trabalhadores assalariados produtivos, os proletários, pois estes, com o seu trabalho, produzem a riqueza de toda a sociedade burguesa e são privados de ter acesso a essa riqueza que é resultado do seu próprio trabalho. Para Marx, era fundamental que os trabalhadores tivessem conhecimento desse processo, pois entendia que a partir deste, podiam, de fato, organizar um movimento de luta, não apenas para reformar o capital, mas transformar radicalmente essa forma de sociedade.

Portanto, a partir da análise da obra *O Capital* de Marx, das suas categorias essenciais, pode-se considerar que o autor não só critica a concepção de formação/educação hegemônica na sociabilidade burguesa, que tem como

função principal a de preparar os trabalhadores assalariados (formar força de trabalho) para suprirem as necessidades de reprodução do capital e para reconhecerem essas relações como se fossem “naturais” e imutáveis, mas também delinea as linhas essenciais de uma formação/educação na perspectiva da emancipação do trabalho (dos trabalhadores), que tem como função fundamental a de transmitir um conhecimento radical sobre a realidade social (das relações sociais burguesas), entendendo-a como transitória (histórica) e que podem ser superada pela luta da classe trabalhadora por uma nova forma de sociedade, a comunista, na qual, não existirá a exploração do homem pelo homem e que todos os seres humanos poderão desenvolver todas as suas potencialidades.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Conquistar o poder político tornou-se, portanto, o grande dever das classes trabalhadoras. [...] Um elemento de sucesso elas possuem: o número de seus membros. Mas essa quantidade só pesa na balança se esses membros são unidos por uma articulação comum e guiados pelo conhecimento” (MARX, 2014, p. 98).

A questão fundamental que norteou este trabalho de tese foi: refletir sobre a formação/educação na perspectiva da emancipação do trabalho, principalmente, na obra de maturidade de Karl Marx, *O Capital: crítica da economia política*.

Com esse ensejo, procurou-se entender a relação entre o trabalho e a educação em suas determinações essenciais e a função que esses dois complexos desempenham no processo de produção e reprodução do ser social, independentemente, de todas as formas sociais concretas e nas sociedades de classes, principalmente, na sociabilidade capitalista.

Nas sociedades de classes, o trabalho e a educação não mudam em sua essência, em seu sentido ontológico, o primeiro continua sendo uma teleologia primária e a segunda, uma teleologia secundária. Entretanto, a função do trabalho e da educação é profundamente alterada, pois estão submetidos aos interesses de classes e, como tal, predominantemente, passam a corroborar com a produção e com a reprodução dos interesses da classe dominante, conforme se pode constatar pela análise do processo histórico e na atual sociabilidade, a capitalista. Neste sentido, Marx e Engels, em *A ideologia alemã*, consideram:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, a sua força espiritual. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual (MARX; ENGELS, 2007, p. 47, grifos nossos).

Nesta mesma direção, Marx e Engels, no *Manifesto do Partido Comunista*, acrescentaram:

O que demonstra a história das ideias (*Geschichte der Ideen*) senão que a produção intelectual se transforma com a produção material? **As ideias dominantes de uma época sempre foram apenas as ideias da classe dominante (MARX, ENGELS, 1996, p. 85, grifos nossos).**

Deste modo, ao analisar o trabalho e a educação concretamente, situando-os em um determinado modo de produção, como o atual, o capitalista, não se deve ignorar que a forma de trabalho e a educação dominante, é a que serve aos interesses da classe dominante, da classe burguesa. Entretanto, as sociedades de classes são atravessadas de contradições, por isso, faz-se necessário, considerar essas contradições fundamentais. Na sociedade de classes atual, os interesses do capital e do trabalho são inconciliáveis. Os interesses destas duas classes fundamentais da sociabilidade capitalista são diametralmente opostos. A burguesia, para reproduzir o capital, necessariamente tem que subsumir os trabalhadores assalariados produtivos (os proletários) e improdutivos de capital, e estes, para saírem desta submissão, necessitam lutar contra a burguesia e para superar as relações sociais burguesas¹²⁷. Marx, na sua obra de maturidade, em específico, em *O Capital: Crítica da economia política*, desvela o segredo do modo de produção e reprodução do capital (da sociedade capitalista), demonstrado que o capital e o trabalho (a burguesia e proletariado) possuem interesses inconciliáveis e diametralmente opostos.

Por isso, entende-se que a partir das categorias essenciais que Marx elaborou em sua investigação sobre a sociedade burguesa e as apresentou em *O Capital*, ser possível refletir sobre a atividade educativa na perspectiva do capital, mas principalmente, sobre uma atividade educativa em consonância com

¹²⁷ Os proletários não podem se apoderar das forças produtivas sociais a não ser suprimindo o modo de apropriação existente até hoje. Os proletários nada têm de seu para salvaguardar, têm para destruir toda a segurança privada e todas as garantias privadas até aqui existentes. [...] O proletário, estrato (*Schicht*) inferior da atual sociedade, não pode erguer-se, pôr-se de pé, sem que salte pelos ares toda a superestrutura (*Überbau*) dos estratos que constituem a sociedade atual (MARX; ENGELS, 1996, p. 76).

os interesses da emancipação do trabalho (do proletariado). Assim, a partir desses pressupostos, a reflexão, nesta tese, se concentrou em compreender a função que a atividade educativa pode assumir na sociedade atual, na sociedade burguesa, tendo como norte a luta pela emancipação do trabalho (dos trabalhadores) contra o capital (contra a burguesia) e não do fenômeno da educação em uma sociedade do futuro, em uma sociedade comunista, sem classes e fundada no trabalho associado, que assumirá a função de contribuir com o pleno desenvolvimento do gênero humano¹²⁸. Nesta sociedade, a formação/educação terá uma função completamente diferente da qual exerce na sociedade de classes, pois conforme Marx e Engels:

[...] na sociedade comunista, onde cada um não tem um campo de atividade exclusivo, mas pode aperfeiçoar-se em todos os ramos que lhe agradam, a sociedade regula a produção geral e me confere, assim, a possibilidade de hoje fazer isto, amanhã aquilo, de caçar pela manhã, pescar à tarde, à noite dedicar-me à criação de gado, criticar após o jantar, exatamente de acordo com a minha vontade, sem que eu jamais me torne caçador, pescador, pastor ou crítico (MARX. ENGELS, 2007, p. 37-38, grifos meus).

Na sociabilidade do capital, conforme discutido, a formação/educação (formal/escolar) está subsumida ao capital, a sua lógica de valorização e por isso, impõe aos indivíduos (aos trabalhadores) uma formação restrita e que favorece, predominantemente, ao processo de reprodução do capital e ao domínio da classe burguesa sobre a classe trabalhadora. O indivíduo, o trabalhador, é educado, é conformado a desempenhar determinadas funções ou determinadas atividades, as quais não são propriamente de sua livre escolha, e nem propiciam o seu amplo desenvolvimento, mas somente as atividades que

¹²⁸ Ao adornar-se de todos os meios de produção visando utilizá-los socialmente de modo planejado, a sociedade aniquila a anterior escravização dos seres humanos pelos próprios meios de produção. A totalidade {da sociedade} obviamente não consegue se libertar sem que cada indivíduo se liberte. O antigo modo de produção precisa, portanto, ser revolucionado desde a base e, principalmente, a antiga divisão do trabalho tem de desaparecer. Ela deve ser substituída por uma organização da produção em que, por um lado, nenhum indivíduo possa transferir para outros a parcela que lhe corresponde no trabalho produtivo, nessa condição natural da existência humana, e, por outro lado, o trabalho produtivo, em vez de ser um meio de escravização, torne-se um meio de libertação dos seres humanos, proporcionando a cada indivíduo a oportunidade de formar plenamente e utilizar em todos os sentidos todas as suas capacidades, tanto físicas como intelectuais, de modo que o trabalho, no lugar de ser uma carga, se torne um prazer (ENGELS, 2015, p. 328).

são demandadas pelas necessidades de autovalorização do capital e de suas correspondentes relações sociais. Nessa linha de análise, Talvanes Eugênio Maceno afirma:

As necessidades reprodutivas da sociabilidade capitalista exigem uma diversidade imensa de indivíduos. Esses devem “sempre” agir no interesse da reprodução do sistema, operando e pondo em prática ações que são socialmente desejadas por essa reprodução. Por isso, o complexo da educação na sociabilidade capitalista precisa, necessariamente, ter um grau elevado de complexidade e desigualdades formativas (MACENO, 2017, p. 145).

Ao refletir sobre a educação em sentido estrito, contudo não reduzindo esta atividade a forma escolar (formal/institucionalizada), que é a forma hegemônica na sociabilidade capitalista, mas entendendo-a em sua dimensão ontológica, ou seja, de ser uma atividade intencional, sistematizada e que tem o objetivo de influenciar os indivíduos a agirem em determinadas direções e de determinadas maneiras, considera-se que é possível a realização de atividades educativas, em sentido estrito, que possuam uma finalidade diferente da formal/escolar, ou seja, que é possível desenvolver atividades educativas na perspectiva da emancipação do trabalho (na perspectiva da classe trabalhadora). Uma educação em sentido estrito, organizada na perspectiva da emancipação do trabalho, deve assumir uma função oposta da formal/escolar pois, ao contrário, de educar e conformar os trabalhadores assalariados produtivos de capital e improdutivos de capital para corresponderem passivamente as necessidades de produção e reprodução do capital, educa-os, forma-os, para entenderem as determinações essenciais da sociabilidade do capital e para lutarem por uma mudança radical dessa realidade social.

Subsumida ao poder do capital, a atividade educativa, em sentido estrito (escolar/formal), tem a função predominante de contribuir com a produção e a reprodução das relações sociais de produção capitalista. Na perspectiva da emancipação do trabalho (do proletariado), a atividade educativa deve assumir uma função totalmente oposta, qual seja, a de propiciar um conhecimento radical da realidade social, um conhecimento que auxilie a classe trabalhadora no processo de luta contra a sociabilidade do capital e no processo de constituição de uma sociedade verdadeiramente emancipada, fundada no trabalho

associado, na qual não haverá mais a sociedade de classes, nem a dominação do homem pelo homem.

Não se pode ignorar que a educação, em sentido estrito (escolar/formal), que é a dominante na sociabilidade capitalista, é um potente instrumento na formação/conformação dos indivíduos à sociedade capitalista e, que tem conseguido cumprir eficazmente com os seus propósitos, com as suas finalidades, que é o de contribuir com o processo de valorização do valor (do capital) e de conformar os indivíduos a esse modelo de sociedade. Nesta direção, o filósofo húngaro, István Mészáros em, *A educação para além do capital*, nos adverte:

As instituições formais de educação certamente são uma parte importante do sistema de internalização. [...] Quer os indivíduos participem ou não – por mais ou menos tempo, mas sempre em um número de anos bastante limitado – das instituições formais de educação, eles devem ser induzidos a uma aceitação ativa (ou mais ou menos resignada) dos princípios reprodutivos orientadores dominantes na própria sociedade, adequados a sua posição na ordem social, e de acordo com as tarefas reprodutivas que lhes foram atribuídas (MÉSZÁROS, 2005, p. 44).

A educação institucionaliza (escolar/formal) induz os indivíduos a aceitarem as exigências da ordem do capital. Isso significa que, por meio dessa educação, os trabalhadores produtivos e improdutivos de capital são induzidos a terem uma ação de sujeição e resignação e, ainda reproduzam as tarefas que lhes foram requisitadas pela ordem social burguesa. Entretanto, a educação em sentido estrito, conforme exposto, não se reduz à forma institucionaliza (formal/escolar), mas pode ocorrer em outros espaços e exercer uma função socialmente oposta à da escolar. É nesta direção que, se coloca a reflexão sobre uma educação em sentido estrito na perspectiva da emancipação do trabalho (dos trabalhadores).

Consideramos que uma educação que tenha por finalidade a emancipação do trabalho ou que vise contribuir nesta direção, deve ter por base fundamental a obra de Marx, em particular, *O Capital: crítica da economia política*, porque nesta obra, Marx não apenas desvelou as leis imanentes da produção capitalista, como também, as condições para a sua superação radical.

Por isso, a obra *O Capital* de Marx traz um conhecimento fundamental à classe trabalhadora, um conhecimento radical da realidade social, da sociedade burguesa e da necessidade e da possibilidade de construção de outra forma de produção da vida, a produção socializada, a sociedade realmente emancipada.

Mesmo não tendo escrito um capítulo em específico sobre a educação em *O Capital*, ou sobre a formação, é inegável, que os conhecimentos produzidos por Marx nesta obra, constituem um instrumento imprescindível para o desenvolvimento e para a organização de atividades educativas ou formativas que objetivem a emancipação do trabalho.

Marx, assim como em obras anteriores ao *O Capital*, fez uma análise radical da realidade social, produzindo uma teoria revolucionária, que se destinava a formação da consciência de classe dos trabalhadores (dos proletários), pois acreditava que essa classe social era o sujeito da transformação, da revolução. Dessa forma, *O Capital*, a obra de maturidade de Marx, é a expressão mais elevada do seu empenho para a produção desse conhecimento revolucionário e no qual, apresentou um conjunto de conhecimentos (de categorias), que se opõem radicalmente ao propalado pela sociedade burguesa e aos interesses do capital, tendo em vista que esses conhecimentos (categorias) fossem apreendidos pela classe trabalhadora e que as auxiliassem na luta revolucionária para superar radicalmente a sociabilidade do capital. Por isso, considera-se que a obra *O Capital* é por excelência, uma obra de formação/educação do proletariado, da classe trabalhadora. Nesta perspectiva de entendimento da obra de Marx, José Paulo Netto, afirma:

O conhecimento da estrutura da sociedade burguesa era, para Marx, essencial à iniciativa revolucionária. Se recusava essa sociedade por suas iniquidades, ele não considerava que uma fundamentação ética era suficiente para substituí-la por uma ordem social em que a igualdade garantisse a liberdade (o valor último por que sempre lutou) – **seu realismo político conduzi-o a buscar na teoria as armas da crítica, sem a qual toda crítica das armas é ilusória** (NETTO, 2017, p. 154, grifos nossos).

Para Marx, a classe trabalhadora (o proletariado), pelo seu lugar e por sua função no processo produtivo capitalista, é a classe verdadeiramente revolucionária, pois ao efetivar a sua emancipação, emancipará toda a

sociedade. Os elementos para sua emancipação, conforme Marx demonstra em *O Capital*, estão postos pelo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho na sociedade capitalista, entretanto essas condições objetivas (materiais) não levarão por si só a emancipação do trabalho (dos trabalhadores) e de toda a sociedade, ou seja, a emancipação do trabalho não ocorrerá de forma mecânica, de forma automática a partir de uma evolução natural das forças produtivas, mas por meio da luta da classe trabalhadora revolucionária, que compreendendo esse processo e possuindo o conhecimento (a consciência de classe), lutará por sua emancipação. Marx, de forma sintética, expõe esse processo no Prefácio da *Contribuição à crítica da economia política* de 1859, da seguinte forma:

Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais eles se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução (MARX, 2008, p. 45).

Com o ensejo de contribuir com a emancipação efetiva do trabalho, Marx dedicou a maior parte da sua vida em atividades teóricas e práticas vinculadas às lutas dos trabalhadores (dos proletários). É nesta direção que deve ser situada a sua obra de maturidade, *O Capital*, que segundo o próprio Marx, era a sua contribuição mais importante para a causa (a luta) dos trabalhadores (MEHRING, 2013, p. 349). Nesse sentido, István Mészáros, considerou:

[...] o bem-sucedido cumprimento da tarefa histórica exige o preenchimento de um empreendimento revolucionário político, teórico e educacional ao qual o próprio Marx dedica sua vida inteira, precisamente porque essas dimensões do desafio histórico em questão **não podem ser resolvidas pelos processos materiais espontâneos da antiga sociedade** (MÉSZÁROS, 2009, p. 190, grifos nossos).

Desse modo, em *O Capital*, Marx não apenas elabora uma teoria crítica ou uma nova interpretação da economia política, na qual critica as teorias econômicas burguesas, mas a partir da análise imanente das leis da produção

capitalista, apreende às suas determinações, as suas contradições essenciais, e as condições de sua superação, tendo em vista contribuir com a luta revolucionária da classe trabalhadora para superar este modo de produção (o capitalista) e na construção de uma sociedade realmente emancipada, a sociedade comunista.

Assim, o árduo trabalho de Marx na investigação da sociedade burguesa não foi feito em função dos seus interesses individuais, mas para contribuir com a formação/educação dos trabalhadores assalariados (dos proletários) e com a sua luta contra a forma de produção/exploração capitalista, pois considerava que esta classe era o principal agente da construção de uma sociedade realmente emancipada. Marx, nos *Estatutos da Associação Internacional dos Trabalhadores*, confirma o protagonismo da classe trabalhadora no processo de constituição da emancipação de toda a sociedade, com as seguintes considerações:

Que a emancipação das classes trabalhadoras deverá ser conquistada pelas próprias classes trabalhadoras; que a luta pela emancipação das classes trabalhadoras não significa uma luta por privilégios e monopólios de classe, e sim uma luta por direitos e deveres iguais, bem como pela abolição de todo o domínio de classe; Que a servidão em todas as suas formas, toda miséria social, toda a degradação intelectual e dependência política é o resultado da sujeição econômica do trabalhador aos monopolizadores dos meios de trabalho, isto é, das fontes da vida; Que a emancipação econômica das classes trabalhadoras é, portanto, o objetivo primordial a que todo movimento político deve subordinar-se como meio (MARX, "s.d.", p. 322).

Nesse sentido, os conhecimentos (as categorias) expostos (as) em *Capital*, tinham que ser apreendidos (conhecidos) pelo conjunto da classe trabalhadora, pelos proletários, pois entendia que estes eram os sujeitos principais da luta revolucionária pela superação do capital e na constituição de uma nova forma de produção da vida, fundada no trabalho dos produtores associados, mas para avançar nessa direção, era necessário terem acesso à formação e ao conhecimento que os auxiliem nesse processo de luta.

Portanto, da obra *O Capital* de Marx, das suas categorias essenciais, pode-se depreender as linhas essenciais de uma formação/educação em sentido estrito na perspectiva da emancipação do trabalho (dos trabalhadores). Essa

educação deve ter como função fundamental a de transmitir um conhecimento radical sobre a realidade social atual (sobre as relações sociais burguesas), entendendo-a como transitória (histórica) e que pode ser superada pela luta da classe trabalhadora. Desse modo, a educação na perspectiva da emancipação do trabalho, ao contrário da educação na perspectiva do capital, tem um caráter revolucionário, porque se propõe a influenciar os indivíduos (os trabalhadores) a lutarem contra o capital e construir uma nova forma de sociedade, a sociedade realmente emancipada, a sociedade comunista, na qual não existirá mais a exploração do homem pelo homem e na qual todos os seres humanos poderão desenvolver livremente todas as suas potencialidades.

REFERÊNCIAS

- AVINERI, Shlomo. O Proletariado. In: BOTTOMORE, Tom. **Karl Marx**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- BENSAÏD, Daniel. Apresentação. In: MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- BERTOLDO, Edna. **Trabalho e educação no Brasil**: da centralidade do trabalho à centralidade da política. Maceió: EDUFAL, 2009.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- BOTTOMORE, Tom. **Karl Marx**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- CARCANHOLO, Reinaldo A. Apresentação. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- BOTTOMORE, Tom. **A determinação ontonegativa da politicidade**. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.
- CHASIN, José. **Marx**: estatuto ontológico e resolução metodológica. São Paulo: Boitempo, 2009.
- CHASIN, José. **Superação do liberalismo**. Maceió: UFAL, 1988.
- CLAUDÍN, Fernando. **Marx, Engels y la revolucion de 1848**. México: Siglo XXI, 1985.
- COGGIOLA, Osvaldo. 150 Anos do manifesto comunista. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- DUSSEL, Enrique. **A produção teórica de Marx**: um comentário aos Grundrisse. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- EDELMAN, Bernard. **A legalização da classe operária**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ENDERLE, Rubens. NOTAS. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- ENGELS, Friedrich. **Carta a Starkenburg**. In: obras escolhidas. São Paulo: Alfa-Omega, s/d.

ENGELS, Friedrich. Para a história da liga dos comunistas. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

ENGELS, Friedrich. **Princípios do comunismo**. Rio de Janeiro: Editora Cátedra, 1987.

FEDOSSEIEV, P. N. et al. **Karl Marx**: biografia. Lisboa: Edições Avante, 1983.

FREDERICO, Celso. **O jovem Marx: 1843 – 1844 as origens da ontologia do ser social**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GABRIEL, Mary. **Amor e capital**: a saga familiar de Karl Marx e a história de uma revolução. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

GEMKOW, Heinrich. **Marx & Engels: vida e obras**. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

GORENDER, Jacob. Apresentação. In: MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção de capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, David. **Para entender O capital**: livros II e III. São Paulo: Boitempo, 2014

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

KOFLER, Leo. **História e dialética**: estudos sobre a metodologia da dialética marxista. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

KONDER, Leandro. **Marx**: vida e obras. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LENIN, Vladimir Ilitch. **As três fontes**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O ESTADO E A REVOLUÇÃO**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LEONTIEV, Alexis. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

LESSA, Sergio. Da contestação à rendição. In: BERTOLDO, Edna; MOREIRA, Luciano Accioly; JIMENEZ, Susana (Orgs.). **Trabalho, educação e formação humana frente a necessidade histórica da revolução**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LESSA, Sergio. **Mundo dos Homens: trabalho e ser social**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LESSA, Sergio. **Lukács – ética e política**: observações acerca dos fundamentos ontológicos da ética e da política. Chapecó: Argos, 2007.

LESSA, Sergio; TONET, Ivo. **Proletariado e sujeito revolucionário**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LIMA, Marteano Ferreira de; JIMENEZ, Susana Vasconcelos. **O complexo da educação em Lukács**: uma análise à luz das categorias trabalho e reprodução. Belo Horizonte: Educação em Revista, 2011.

LÖWY, Michel. **A teoria da revolução no jovem Marx**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

LUKÁCS, George. **As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

LUKÁCS, George. **Marxismo e teoria da literatura**. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

LUKÁCS, George. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

LUKÁCS, George. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, George. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUKÁCS, George. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MACENO, Talvanes Eugênio. **Educação e reprodução social**: a perspectiva da crítica marxista. São Paulo: Instituto Lukács, 2017.

MACLELLAN, David. A concepção materialista da história. In: HOBBSAWM, Eric J. (Org.). **História do Marxismo**: O Marxismo no tempo de Marx. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

MACLELLAN, David. **As ideias de Marx**. São Paulo: Cultrix, 1975.

MACLELLAN, David. **Karl Marx**: vida e pensamento. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

MANDEL, Ernest. **A formação do pensamento econômico de Karl Marx**: de 1843 até a redação de O Capital. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968;

MANDEL, Ernest. **Iniciação à teoria econômica marxista**. Lisboa: Edições Antídoto, 1978.

MARX, Karl. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Capítulo inédito do capital**: resultados do processo de produção imediato. Porto: Publicações escorpião, 1975.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma de social” de um prussiano**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. Estatutos da Associação Internacional dos Trabalhadores. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, s.d.

MARX, Karl. Mensagem inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores. In: MUSTO, Marcello. (org.). **Trabalhadores, Uni-vos!**: antologia política da I Internacional. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**: resposta à filosofia da miséria, do Sr. Proudhon. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: Livro III: o processo global da produção do capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: Livro III: o processo global de produção capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. Resoluções do Congresso de Genebra (1866). In: MUSTO, Marcello. (org.). **Trabalhadores, Uni-vos!**: antologia política da I Internacional. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. Sobre a educação na sociedade moderna. In: MUSTO, Marcello. (org.). **Trabalhadores, Uni-vos!**: antologia política da I Internacional. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Teorias da Mais-Valia**: história Crítica do pensamento econômico. Vol I. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A sagrada família** ou A crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes. São Paulo: Boitempo, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

MEHRING, Franz. **Karl Marx: a história de sua vida**. São Paulo: José Luís e Rosa Sundermann, 2013.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MORA, José Ferrater. **Diccionario de filosofía**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1971.

NETO, Artur Bispo dos Santos. **Trabalho e tempo de trabalho na perspectiva marxiana**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

NETTO, José Paulo. Apresentação: Marx em Paris. In: MARX, Karl. **Cadernos de Paris & Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. São Paulo: Expressão popular, 2015.

NETTO, José Paulo. **Breve nota à interlocução entre pensadores da educação e Marx**. Florianópolis: ANPEd, 2015.

NETTO, José Paulo. **Ensaio de um marxista sem repouso**. São Paulo: Cortez, 2017.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método em Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo. Prólogo à edição brasileira. In: MARX, Karl. **Para a questão judaica**. São Paulo: Expressão popular, 2009.

NETTO, José Paulo. Relendo a teoria marxista da história. In: SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís. **História e história da educação: o debate teórico-metodológico atual**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Introdução: um manifesto que fez história. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

RANIERI, Jesus. APRESENTAÇÃO. In: MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

REALE, Giovanni. **História da Filosofia Antiga**. Vol. III. São Paulo: Loyola, 1994.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

RUBEL, Maximilien. **Crônica de Marx - Vida e Obra**. São Paulo: Ensaio, 1991.

RUBIN, Isaak Illich. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Editora Polis, 1987.

SMITH, Adam. **Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.

TONET, Ivo. A propósito de "glosas críticas. In: MARX, Karl. **Glosas críticas marginais ao artigo "O rei da Prússia e a reforma de social" de um prussiano**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012

TONET, Ivo. **Método científico: uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

TONET, Ivo. **Sobre o socialismo**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

TRASPADINI, Roberta. Apresentação. In: MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

TUMOLO, Paulo Sergio. **Da contestação à conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.

VAISMAN, Ester; FORTES, Ronaldo Vielmi. Apresentação. In: LUKÁCS, György. **Prolegônomos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010.